

Felipe Zschaber Alves Passos

Jornalismo Online, contextualização e memória: uma análise dos Questions & Answers produzidos pela BBC News

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção de grau de bacharel em Comunicação Social na Faculdade de Comunicação Social da UFJF

Orientadora: Profa. Ms. Janaina de Oliveira Nunes Ribeiro

Juiz de Fora
Agosto de 2012

Felipe Zschaber Alves Passos

Jornalismo Online, contextualização e memória: uma análise dos Questions & Answers produzidos pela BBC News

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção de grau de bacharel em Comunicação Social na Faculdade de Comunicação Social da UFJF

Orientador: Profª. Ms. Janaina de Oliveira Nunes Ribeiro

Trabalho de Conclusão de Curso Aprovado em 23/08/2012 pelos seguintes membros:

Profª. Ms. Janaina de Oliveira Nunes Ribeiro - Orientadora

Prof. Dr. Wedencley Alves Santana (UFJF) – Convidado

Prof. Ms. Jorge Carlos Felz Ferreira (UFJF) – Convidado

Conceito Obtido: _____

Juiz de Fora
Agosto de 2012

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Janaina, minha orientadora, por toda a atenção e amizade. Com ela todos os momentos de orientação se transformaram tanto em trabalho quanto em lazer. Não poderia completar esse trabalho sem sua ajuda.

A meus grandes amigos de faculdade, que estiveram sempre presentes, Cícero (Cicin) e Marco Túlio (Tulhão). Não posso esquecer de outros que não estiveram tão presentes nos últimos anos, mas que, todos juntos, tornaram esses anos de estudo uma experiência inesquecível. Valeu também Jefferson (Jeff) e João (Jão)!

Ao Weden, grande professor e parceiro de todos nós! Ao professor Jorge, que sempre me ajudou quando foi preciso nessa faculdade. À professora Teresa Neves, quem teve a paciência de ser a primeira a discutir o tema dessa monografia comigo, há alguns anos. Ao professor Paulo Roberto, pois, bem, ele é o Paulo Roberto. Ao funcionário Paulo Avezani, grande pessoa, de ótimo gosto musical e personalidade, que fez com que as horas de trabalho no impresso fossem sempre uma nova descoberta.

A Rede pode dar acesso a uma massa de informações, mas ninguém é um cidadão do mundo, querendo saber tudo, sobre tudo, no mundo inteiro. Quanto mais informação há, maior é a necessidade de intermediários – jornalistas, arquivistas, editores, etc – que filtrem, organizem, priorizem. Ninguém quer assumir o papel de editor chefe a cada manhã.

Dominique Wolton

RESUMO

No presente estudo tratamos de entender uma forma específica de produção jornalística encontrada na rede. Acreditamos que tal material tem por característica fornecer o contexto, a explicação, entre outros dados que, em geral, não são encontrados em notícias concisas tradicionalmente produzidas para o ambiente online. Diante dessa perspectiva, trabalhamos com especificidades da prática jornalística, entre as quais destacamos a questão da classificação em gêneros e as mudanças que vêm sofrendo essa prática com a evolução tecnológica e a transformação social presentes na Sociedade em Rede. cremos que esse momento suscita novas possibilidades de se fazer jornalismo, dentre as quais está nosso objeto de estudo – os *Questions & Answers*, publicados pela BBC em seu site. Nesse panorama, em que a informação é veiculada em grandes quantidades e de maneira incrivelmente veloz, analisamos a forma textual e estrutural de um trabalho que reestrutura e organiza parte das informações que podem ser de interesse ao usuário que navega na Web.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo explicativo; Jornalismo Online; Contexto; Memória; *Questions & Answers*

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Box da seção “Making it Clear” do site da BBC Internacional.....	58
FIGURA 2 – Página da BBC Brasil que apresenta o Q&A (4), abordando o tema do novo Código Florestal.....	59

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Indicadores encontrados nos Q&A.....	63
GRÁFICO 2: Distribuição dos Indicadores.....	64

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Divisão dos gêneros jornalísticos proposta por José Marques de Melo.....	99
TABELA 2 - Divisão quantitativa dos Indicadores.....	100
TABELA 3 - Descrição do material de análise.....	100

LISTA DE TRANSCRIÇÕES

TRANSCRIÇÃO 1 – Q&A 1 - Entenda a crise na Grécia e suas implicações.....	110
TRANSCRIÇÃO 2 – Q&A 2 - Greece Q&A.....	112
TRANSCRIÇÃO 3 – Q&A 3 - Austerity debate.....	114
TRANSCRIÇÃO 4 – Q&A 4 - Senado aprova texto-base do Código Florestal; entenda as mudanças.....	115

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	10
2 – O JORNALISMO E OS GÊNEROS.....	13
2.1. O JORNALISMO, SUAS BASES E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	13
2.2. OS GÊNEROS JORNALÍSTICOS E A QUESTÃO DA CLASSIFICAÇÃO.....	19
2.3. OS GÊNEROS INTERPRETATIVO E EXPLICATIVO EM QUESTÃO.....	25
3 – A SOCIEDADE EM REDE E O JORNALISMO ONLINE.....	32
3.1. A SOCIEDADE EM REDE E SUAS CARACTERÍSTICAS.....	32
3.2. A QUEDA DO GATEKEEPER E A ASCENSÃO DO GATEWATCHER.....	36
3.3. CARACTERÍSTICAS E POTENCIALIDADES DO JORNALISMO ONLINE...	40
3.4. O CONTEXTO E A MEMÓRIA ATRAVÉS DO ESPAÇO ILIMITADO.....	47
4 - O FORMATO QUESTIONS & ANSWERS E A ANÁLISE DO MATERIAL PRODUZIDO PELA BBC.....	51
4.1. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O FORMATO Q&A.....	51
4.2. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA PARA ANÁLISE DOS Q&A.....	56
4.3. O MÉTODO DE ANÁLISE.....	59
4.4. A ANÁLISE DOS Q&A.....	62
4.4.1. Análise quantitativa.....	62
4.4.2. Análise das perguntas.....	64
4.4.3. Análise qualitativa.....	66
1) Histórico.....	66
2) Contexto.....	67
3) Explicação.....	72
4) Análise.....	78
5) Opinião / Ponto de Vista.....	81
6) Consequências.....	84
7) Previsões.....	86
8) Resumo.....	88

	9
4.4.4. Considerações acerca das análises.....	91
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96
APÊNDICE.....	99
ANEXO	109

1 – INTRODUÇÃO

Em nosso trabalho vamos tratar das mudanças que ocorreram e que vem ocorrendo no jornalismo, que por sua vez se deram devido às alterações estruturais no cerne tecnológico da sociedade, configurando-a em um sistema de redes. Nessa Sociedade em Rede, assim denominada pelo sociólogo catalão Manuel Castells, se tem modificada a cultura, a economia, o tempo e as relações sociais. Tais modificações só se tornaram possíveis devido à evolução da informática e da telecomunicação. Com o advento do jornalismo online, permitido também pela evolução informacional, a prática jornalística está sendo reestruturada, tendo a extinção de antigos atores e dilemas e o surgimento de novas possibilidades e indagações, devido as suas características essenciais e as suas potencialidades.

O assunto sempre nos interessou desde o início do curso de Comunicação Social, e julgamos que é importante tentar entender as mudanças que ocorrem na âmago da área de nossa formação. O estudo de materiais apresentados nesse contexto jornalístico da Web é importante para compreendermos como pode se transcorrer a reestruturação da prática profissional e também permite com que façamos a análise dessas formas contemporâneas, seja para entendê-las, seja na busca de aprimoramentos pessoais e técnicos.

Em tal ambientação, escolhemos um objeto de estudo os *Questions & Answers*. Resumidamente esse material se caracteriza por uma produção bastante utilizada pela BBC¹, apresentada em uma sequência de perguntas e respostas que possui um texto fluído, direto e conciso. Julgamos ser uma forma de se praticar um jornalismo que prima pelo contexto e pela explicação, frente a dominação da instantaneidade no ambiente online, apesar de sua limitação na exploração de todas as potencialidades do meio.

Inicialmente percebemos que a prática jornalística na Web é configurada pelo

¹ - The British Broadcasting Corporation: É um órgão comunicacional inglês que trabalha em diversas mídias, como TV, rádio e Internet. No caso da Internet, encontramos uma sucursal brasileira, a BBC Brasil, que possui seu próprio site. No estudo avaliaremos um material encontrado nos sites da BBC Internacional e BBC Brasil.

fornecimento de uma grande quantidade de informação, sem que haja muitas vezes a preocupação de se relacionar essas informações, passando a impressão de que tais fatos simplesmente ocorreram e que não são relacionados a uma suíte de acontecimentos ou que tenham um determinado histórico. Percebemos que muitas vezes se preza pelo “furo” jornalístico, se esquecendo de apresentar o porquê do acontecimento, deixando-o “solto” e produzindo notícias curtas e efêmeras. Isso se torna ainda mais complicado para quem busca informação, pois a quantidade disponível se torna cada vez maior, o que não acontece de forma similar a sua disposição de tempo para apreendê-las.

Devido a isso, partimos em busca de uma outra forma de se fazer jornalismo nesse âmbito, na qual buscávamos a capacidade de se oferecer algo além da informação “crua”. Após uma busca em sites noticiosos e blogs, chegamos ao nosso objeto de estudo, que, como dissemos, acreditamos ser uma forma de jornalismo com um viés mais contextual e explicativo, ao mesmo tempo em que supre a precariedade do tempo disponível para o usuário que navega na Web, pois possui em sua estrutura a simplicidade e a sucinticidade. Em nossa hipótese, acreditamos que através dos *Questions & Answers* se pode oferecer uma alternativa de informação rápida, porém completa, a esse usuário que vive online.

Com o nosso objeto de estudo em mente, partimos para um levantamento bibliográfico e leitura de materiais que poderiam ser utilizados em nosso trabalho. Tentamos relacionar assuntos e conteúdos que nos levariam a um conjunto de fontes que tornariam possíveis traçar o nosso percurso. Definimos, então, três etapas, que posteriormente foram divididas em capítulos, a serem cumpridas: o estudo da definição do jornalismo e a questão dos gêneros textuais, as características do jornalismo que se pratica atualmente e as consequências da estrutura da sociedade nessas práticas e a análise dos nossos objetos de estudo. Dessa forma chegamos a presente divisão que fizemos em nosso trabalho.

No segundo capítulo abordaremos o jornalismo e suas definições em gêneros.

Realizaremos um levantamento bibliográfico do assunto, nos valendo de estudos clássicos da área como os do autor José Marques de Melo, para podermos nos aproximar, com embasamentos sólidos, de nosso objeto de estudo. Veremos que a classificação das práticas jornalísticas em gêneros não é uma unanimidade. Ressaltamos que em um momento posterior do trabalho relacionaremos o material a ser estudado a dois tipos de gêneros em destaque nesse capítulo: o explicativo e o interpretativo.

No terceiro capítulo, utilizando em especial as ideias de Manuel Castells, vamos estudar as mudanças que a Sociedade em Rede trouxe. Também vamos relacioná-las a mudanças que aconteceram no jornalismo, apoiados de uma extensa gama de autores. Dedicamos um subcapítulo ao estudo de figuras importantes à prática jornalística: o *gatekeeper* e o *gatewatcher*. Faremos também um levantamento das potencialidades do jornalismo online, apresentadas pelo pesquisador Marcos Palacios, atrelado ao desenvolvimento da Web. Dentre essas potencialidades destacaremos a memória, a qual julgamos ser a principal característica explorada em nosso objeto de estudo.

No quarto capítulo nos debruçaremos na análise dos *Question & Answers*. No entanto, iniciaremos essa parte com um estudo teórico acerca desse material, momento no qual utilizaremos como base um estudo do americano Dennis Hall. Vamos analisar quatro *Question & Answers*, sendo dois deles da BBC Brasil e dois da BBC Internacional, em aspectos qualitativos e quantitativos, nos valendo da análise de conteúdo proposto pela autora Laurence Bardin. Na oportunidade iremos fazer a utilização de indicadores para uma melhor visualização do conteúdo que será encontrado no corpo textual dos objetos. A intenção é verificar se realmente esses materiais se apresentam como exemplares dos gêneros explicativo e interpretativo, e como o potencial de memória do jornalismo online é explorado por meio desses conteúdos produzidos pela BBC.

2 – O JORNALISMO E OS GÊNEROS

Como vimos na introdução, a hipótese deste estudo envolve a possibilidade de se trabalhar no ciberespaço com um tipo de jornalismo mais contextualizado, que apresente todas as informações relacionada ao fato, de forma clara, sucinta e objetiva. A princípio, entendemos que se trata de um jornalismo interpretativo, mas consideramos importante, neste capítulo, discutir teoricamente questões relacionadas aos conceitos de jornalismo e de gênero jornalístico a fim de entender melhor nosso objeto de estudo.

Nossa intenção, então, é estudar um gênero jornalístico em especial, mas antes disso, gostaríamos de abordar uma questão um pouco maior, na tentativa de responder à pergunta “o que é jornalismo?”, como o primeiro passo a ser dado nesse processo de pesquisa.

2.1- O JORNALISMO, SUAS BASES E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Sendo o jornalismo praticado na internet uma evolução do tradicional jornal impresso, entender as definições tradicionais é primordial. Assim, buscaremos ao longo desse capítulo abordar diversas visões acerca dessa prática, com o intuito de fundar uma base sólida para podermos avançar em nosso trabalho de forma consciente e esclarecida.

Segundo Jorge Pedro Souza (2008), a atividade jornalística pode ser considerada como um fator importante para as sociedades civilizadas em seu processo de evolução. Em *Uma Breve História do Jornalismo no Ocidente (2008)*, ele traça um panorama histórico que esquematiza as experiências pré-jornalísticas datadas desde o mundo antigo até as tendências contemporâneas do jornalismo online. Segundo Souza:

Na sua essência, o jornalismo é uma representação discursiva de factos e ideias da vida do homem, construída para se contar ou mostrar a outrem. (...) Assim, pode dizer-se que o jornalismo vai buscar a sua origem mais remota aos tempos imemoriais em que os seres humanos começaram a transmitir informações e novidades e a contar histórias, quer por uma questão de necessidade (nenhuma sociedade, mesmo as mais primitivas, conseguiu sobreviver sem informação), quer por entretenimento, quer ainda para preservação da sua memória para gerações futuras (o que, simbolicamente,

assegura a imortalidade) (SOUZA, 2008, p. 5)

O autor também relata que os valores, a definição dos formatos e dos conteúdos e também a fixação da estrutura jornalística foram contribuições da antiga civilização grega. Ele considera que o surgimento da literatura clássica – referindo-se a obras como *Iliada* e *Odisseia* – foi um dos importantes marcos para a gênese e modelagem do jornalismo. O *lead*, uma das formas mais utilizadas no jornalismo moderno, segundo ele, é uma readaptação da estrutura típica do relato homérico:

No relato homérico, a primeira frase de cada seção do relato, normalmente, é construída de maneira a ter impacto e importância, prefigurando aquilo que, três milênios mais tarde, os americanos e britânicos designaram por *lead*. Assim, um *lead* jornalístico não é mais do que uma reinvenção, readaptação e aperfeiçoamento de uma estrutura literária e retórica ancestral para fomentar o interesse por uma história (SOUZA, 2008, p. 8)

Os primeiros relatos acerca do nascimento do jornalismo remetem ao final da Idade Moderna, a partir do advento do Renascimento. Souza (2008, p. 3) destaca a “satisfação das necessárias condições técnicas (a utilização da tipografia de Gutenberg, fábricas de papel) e socioeconômicas (alfabetização, capital, iniciativa privada e empreendedorismo)” como os motivos determinantes para esse desenvolvimento.

De toda forma, o jornalismo como conhecemos só teve início no século XVII, com o surgimento do jornalismo moderno e as gazetas. As gazetas (SOUZA, 2008, p. 76) eram produtos jornalísticos “de menor custo e com notícias mais actuais” que já possuíam uma periodicidade, textos simples, eram datadas e “geograficamente localizadas”, mencionavam as fontes e contavam com uma narrativa cronológica.

Ressaltamos que o nosso foco nesse momento não é traçar um panorama histórico do jornalismo, mas levantar as considerações básicas para que possamos introduzir os conceitos que permeiam a prática moderna. Portanto, pode-se considerar que mesmo com a evolução ao longo de todo esse tempo, o jornalismo tem como sua essência um ponto comum

e bastante claro deste os seus primórdios: informar. Pioneiro no Brasil em estudos sobre o jornalismo Luiz Beltrão destaca:

Diremos primeiro que fazer jornalismo é informar. (...) Contudo, a única função da imprensa – já vimos – não é informar pura e simplesmente sobre fatos e ideias em curso na sociedade, mas também examiná-los à consideração pública; propor soluções, estabelecer e fundamentar ensinamentos deles extraídos. (BELTRÃO, 2006, p. 26)

Beltrão (2006) ainda vai mais além ao especificar o tipo de informação que o jornalismo deve oferecer. Para ele, o jornalismo informa fatos que estão ocorrendo, e dessa forma eles precisam ser devidamente interpretados pelos jornalistas, publicados de forma periódica (o periodismo é uma das características fundamentais do jornalismo tradicional), “com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública no sentido de promover o bem comum.” (BELTRÃO, 2006, p. 30).

Pode-se perceber que, em Beltrão (2006), há a consideração da interpretação no processo informativo, como também considera o pesquisador espanhol Lorenzo Gomis:

O jornalismo é, pois, um método de interpretação. Primeiro, porque escolhe, entre tudo o que acontece, aquilo que considera “interessante”. Segundo, porque interpreta e traduz em linguagem inteligível cada unidade da ação externa que decide isolar (notícia) e, além disso, distingue nela entre o que é mais essencial e interessante (apontado no *lead* ou primeiro parágrafo e destacado no título) e o que é menos. Terceiro, porque, além de comunicar as informações assim elaboradas, trata também de situá-las e ambientá-las para que sejam compreendidas (reportagens, crônicas) e de explicá-las e julgá-las (editorial e, em geral comentários) (GOMIS 1991, p. 38, *apud* BERGER e TAVARES, 2010)

Em outro artigo, Berger e Tavares (2008) também apresentam uma definição que amplia os horizontes funcionais do jornalismo. Segundo os pesquisadores, “ao olhar para o mundo, buscando esclarecê-lo, o que importa ao jornalismo é reconhecer, investigar minuciosamente e expor; ora registrando o acontecimento para a história, ora abordando temas que interessam à sociedade”. O jornalismo é apontado como um elemento essencial à sociedade civil e, por consequência, à democracia. Esse aspecto está presente em Beltrão (2006), quando ele aponta que o jornalismo deve promover o “bem comum” e também em

Berger e Tavares (2008) quando ressaltam que a prática deve abordar temas de interesse social.

Esse aspecto também é destacado no trabalho de Manuel Chaparro (1993), quando se refere aos “fatos de relevância social” presentes no jornalismo. Compartilhando o mesmo princípio, Nelson Traquina (2006, p. 126) considera “a identificação da imprensa como elemento fundamental da teoria democrática, (assim) o jornalismo é visto como serviço público em que as notícias são o alimento de que os cidadãos precisam para exercer os seus direitos democráticos”. Nesse mesmo trabalho, Traquina identifica que, segundo a teoria democrática, o jornalismo seria um “mercado de ideias”, no qual todas as opiniões poderiam ser discutidas. “O jornalismo, identificado inicialmente apenas como imprensa, deve ser um veículo de informação para equipar os cidadãos com as ferramentas vitais ao exercício de seus direitos e voz na expressão de suas preocupações” (CHRISTIANS; FERRE; FACLKER, 1993 *apud* TRAQUINA, 2006, p.129)

Enquanto isso, Manuel Chaparro (1993, p. 33) orienta sua definição por um âmbito mais humanizador, considerando o jornalismo como um processo social “de ações conscientes, controladas ou controláveis – portanto, fazeres combinados com intenções”, realizado pelo jornalista dotado de sua subjetividade. Para ele, cabe ao profissional “investigar, receber e difundir informações e opiniões”. Em sua obra, Chaparro se mostra em concordância com a definição de um dos pesquisadores mais considerados da área, José Marques de Melo:

Jornalismo é um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais) (MARQUES DE MELO, 1985 *apud* CHAPARRO, 1993, p.135)

Outra definição que aponta para o jornalismo como um agente da informação é a de Francisco José Karam (1997). O autor entende o jornalismo como a “forma pela qual

cotidiana e potencialmente – ressaltamos – é possível o acesso imediato ao todo – plural e diverso – que está sendo produzido no espaço social da humanidade e no tempo presente” (1997, p.16). O apontamento de Lia Seixas ainda pode ser acrescentado: “Jornalismo não é apenas informação, mas envolve toda uma produção de conhecimento da atualidade” (SEIXAS, 2004. p. 92). Sendo assim, pode-se considerar que o jornalismo possui a capacidade de produzir conhecimento, além de tecer uma realidade, que alguns autores apontam como objetiva e factual enquanto outros a consideram como subjetiva e permeada de valores.

Tal consideração nos faz lembrar a frase do jornalista britânico C.P. Scott, publicada em 1921, por ocasião do centenário do jornal *The Guardian*, que até os dias de hoje insiste em permear a ideia de muitos acerca do jornalismo: “Comment is free, but facts are sacred”². Traquina (2006) aponta que o surgimento do conceito de objetividade se deu nos Estados Unidos, entre os anos 1920 e 1930, contrapondo o jornalismo que até então se configurava como opinativo e que foi usado como uma ferramenta de propaganda durante a Primeira Guerra Mundial. Essa prática, aliada ao surgimento dos profissionais de relações públicas, acabou criando certa desconfiança por parte da sociedade quanto ao trabalho dos jornais na época. Devido a esses fatores que tornavam o jornalismo como objeto de descrença, a utilização desse conceito foi “um método concebido em função de um mundo novo no qual mesmo os fatos não mereciam confiança.” (TRAQUINA, 2006, p. 135).

Porém, os estudiosos modernos dos *media* reconhecem que é inviável a prática do jornalismo por um viés completamente objetivista, entendendo o jornalista não mais como mero relator do que se passa na realidade (como afirmava a Teoria do Espelho³). A própria consideração, já apresentada em Gomis (1991), de que o jornalismo é uma atividade

² - “O comentário é livre, mas os fatos são sagrados” - Tradução nossa.

³ - De acordo com a teoria do espelho o jornalismo transmitiria a realidade. Ele seria como espelho da sociedade, no qual se veria os acontecimentos refletidos nas publicações. Assim, as notícias determinariam a realidade.

interpretativa destoa dessa definição. Nelson Traquina também endossa essa visão, demonstrando que a objetividade deve ser entendida de outra forma:

(...) a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho. (TRAQUINA, 2006, p. 139)

Traquina ainda faz outra consideração importante acerca do apontamento de jornalismo como agente na construção de uma realidade e especifica como se dá essa relação:

Jornalismo como a realidade, mas uma realidade muito seletiva, construída através de inúmeros processos de interação social entre os profissionais do campo jornalístico e 1) e as diversas fontes, concebidas essencialmente como agentes sociais que querem utilizar o produto essencial do campo jornalístico – as notícias – como um recurso social para suas estratégias de comunicação 2) e outros jornalistas, membros de uma comunidade interpretativa, em que partilham como referencia de toda a ideologia representada do polo ideológico do campo jornalístico, 3) e a própria sociedade, devido ao fato de que toda a sua cultura profissional aponta para um papel fundamental dos valores notícia que tem uma “estrutura profunda” (Hall, 1984) que esboça um mapa do mundo jornalístico em que há esferas do “consenso”, da “controvérsia legítima”, e do “desvio”. (TRAQUINA, 2006, p. 205)

O jornalismo possui suas características intrínsecas e essenciais, dentre elas de estar calcado em uma “Cultura do tempo presente”, na qual reina a novidade, a originalidade e a simultaneidade (FRANCISCATO, 2005). Carlos Eduardo Franciscato demonstra essa particularidade: “O jornalismo se consolida nesta cultura e, de certa forma, contribui para alimentá-la, potencializando este desejo pelo novo e pelas coisas do tempo presente da vida cotidiana.” (2005, p. 63).

Além desse ponto, o jornalismo possui uma linguagem particular, a qual Traquina chama de “Jornalês”. Para o autor “uma das características principais desta fala, desta escrita, é a sua qualidade de ser compreensível. (Pois) Os jornalistas precisam comunicar através das fronteiras de classe, étnicas, políticas e sociais existentes numa sociedade.” (TRAQUINA, 2006, p. 46)

Uma vez concluído o nosso percurso na dimensão desse conceito, passaremos a outro ponto chave para chegarmos ao nosso objetivo principal: o jornalismo

explicativo/interpretativo na internet. Dessa forma, é conveniente estudarmos aquilo que é a base de toda essa definição: os gêneros. Nesse próximo passo estudaremos o que é gênero em si, até chegarmos aos principais gêneros jornalísticos e suas formatações. Sem essa incursão nos estudos dos gêneros não será possível contemplar a funcionalidade real de tal prática contemporânea. Assim, nos servindo da teoria e da história, talvez possamos enxergar o que está além de uma análise puramente prática.

2.2 – OS GÊNEROS JORNALÍSTICOS E A QUESTÃO DA CLASSIFICAÇÃO

A questão acerca dos gêneros jornalísticos é ampla e bastante indefinida. No panorama que vamos traçar ao longo desta parte do trabalho, tal aspecto ficará bastante claro. Portanto, para começarmos a falar dos gêneros especificamente, necessitamos antes apresentar uma definição. O filósofo russo, Mikhail Bakhtin, pode nos fornecer uma informação mais geral sobre o assunto:

(...) gênero é uma força aglutinadora e estabilizadora dentro de uma determinada linguagem, um certo modo de organizar idéias, meios e recursos expressivos, suficientemente estratificado numa cultura, de modo a garantir a comunicabilidade dos produtos e a continuidade dessa forma junto às comunidades futuras. Num certo sentido, é o gênero que orienta todo o uso da linguagem no âmbito de um determinado meio, pois é nele que se manifestam as tendências expressivas mais estáveis e mais organizadas da evolução de um meio, acumuladas ao longo de várias gerações de enunciadores. (BAKHTIN, 1997 *apud* J.L. MEDINA, 2001, p. 46)

Baseando em Bakhtin, iremos considerar gênero como um modo de organização, no intuito de garantir uma comunicação entre os materiais a serem estudados. É importante ressaltar que, como afirmam Berger e Tavares (2010, p.8), “a noção/conceito de gênero está ligada a um movimento classificatório/conceitual que ainda está longe de um consenso”.

Independente desse ponto, os gêneros jornalísticos tiveram sua gênese baseada nos gêneros literários, como aponta o espanhol Lorenzo Gomis (1991). Porém, há uma

distinção de papéis entre as duas classificações. Segundo o autor:

(...) a necessidade de gêneros no jornalismo é mais imediata e urgente que na literatura. Na literatura, há a assinatura de um autor, enquanto que num jornal ou telejornal é combinado o trabalho de muitas pessoas (...) Um texto é elaborado por várias mãos que permanecem anônimas (...) A informação que um preparou, o outro tem que editá-la e ajustá-la ao espaço e ao tempo (...) É preciso saber, portanto, não somente o que está se dizendo, mas o que se está fazendo: se trata-se de uma notícia, uma reportagem, uma crônica, um editorial (GOMIS, 1991, p. 44)

A espanhola Sonia Parrat (2001), fazendo alusão a Gomis, explica que existe uma diferença importante entre jornalismo e literatura. Ela aponta o porquê de os gêneros jornalísticos serem mais necessários e engessados em sua definição do que seus irmãos:

Uma das diferenças é que enquanto a literatura imita ações da realidade construindo ficções semelhantes e criando personagens, a função principal do jornalismo é fazer saber e fazer entender os fatos reais, explicando o que realmente ocorre a personagens conhecidos, e o que pode ocorrer aos leitores como consequência dos fatos que estão sendo comunicados (PARRAT, 2001, p.4)⁴

Parrat em seu livro de 2007, “Generos periodísticos en prensa”, faz uma consideração importante sobre a base em que foi construída a classificação dos gêneros jornalísticos:

(...) essas modalidades ou tipologias universais (...) são semelhantes às formuladas muitos séculos antes pela Retórica e pela perspectiva literária a respeito dos gêneros oratórios e literários. Assim, a maioria das regras básicas de redação jornalística moderna tem sua origem nos manuais de escrita literária datados do final do século XIX e início do século XX, os quais concebiam os textos jornalísticos como variantes da literatura. (PARRAT, 2008, p. 9)⁵

Dessa maneira, o pesquisador Jorge Medina (2001, p. 47), citando outro especialista espanhol, Juan Gargurevich, define que “os gêneros jornalísticos são formas que os jornalistas buscam para se expressar”. Parrat (2008, p. 8) sublinha que segundo Gargurevich (1982) os jornalistas “devem conceber (cada material) de modo diferente,

⁴ - Tradução nossa para: “Una de esas diferencias es que mientras que la literatura imita acciones de la realidad construyendo ficciones semejantes y creando personajes, la función principal del periodismo es hacer saber y hacer entender hechos reales, explicando lo que pasa realmente a personajes conocidos y lo que les puede pasar a los lectores como consecuencia de los hechos que se están comunicando. De ahí que los géneros periodísticos tengan menos libertad que los literario”.

⁵ - Tradução nossa para: “essas modalidades o tipologías universales (...) son semejantes a las formuladas muchos siglos antes por la Retórica y por la preceptiva literaria respecto a los géneros oratorios y literarios⁷. De hecho, la mayoría de las reglas básicas de la redacción periodística moderna tienen su origen en los manuales de escritura literaria de finales del siglo XIX y principios del XX, que concebían los textos periodísticos como variantes de la literatura.

segundo a circunstância da notícia, seu interesse e, sobretudo, o objetivo de sua publicação”⁶. Medina (2001, p. 47) complementa ainda, baseando-se no autor espanhol, que os “traços definidores estão, portanto, no estilo, no manejo da língua. (...) trata-se de formas jornalístico-literárias, porque o seu objetivo é o relato da informação e não necessariamente o prazer estético”.

Outra definição que complementa a de Gargurevich é a da pesquisadora portuguesa Paula Cristina Lopes: “Os gêneros jornalísticos ‘ordenam’ o material informativo, produzem discursos sociais mais ou menos diferenciados. Funcionam como categorias básicas intrinsecamente ligadas à expressão da mensagem jornalística, à sua forma e estrutura” (LOPES, 2010, p. 8). Outra citação presente no trabalho de Parrat (2008) também imprime complementação:

Entendemos os gêneros no jornalismo como as distintas formas de comunicação que utilizam o jornalista para difundir mensagens entre o público. (...) O fato de que as regras sejam compartilhadas de forma comum, é o que possibilita um processo de comunicação. Ou seja, o receptor, conhecedor dessas regras, seja por seus conhecimentos, seja pela tradição, interpreta e identifica, com uma ou outra profundidade, com uma matriz ou outra, o que envia o emissor. (VIZUETE, IGNACIO; MARCEL, MARIA, 2003, p.16 *apud* PARRAT, 2008, p. 10)⁷

É devido a esses motivos que José Marques de Melo (ponta que realizar uma classificação é uma tarefa complicada. Segundo o autor “classificar gêneros jornalísticos é o maior desafio do jornalismo, como campo do conhecimento, é, sem dúvida, a configuração da sua identidade enquanto objeto científico” (MARQUES DE MELO, 1985, p. 31).

A evolução histórica do jornalismo está intrinsecamente relacionada à evolução dos seus gêneros, que por consequência acompanhou o desenvolvimento histórico das sociedades. De acordo com Berger e Tavares (2008), o jornalismo “no que diz respeito à

⁶ - Tradução nossa para: “formas que busca el periodista para expresarse, debiendo hacerlo de modo diferente, según la circunstancia de la noticia, su interés y, sobre todo, el objetivo de su publicación”.

⁷ - Tradução nossa para: ““Los géneros en el periodismo los entendemos como las distintas formas de comunicación que utiliza el periodista para difundir mensajes entre el público. (...) Que las reglas sean comúnmente compartidas es lo que hace que se establezca un proceso de comunicación. Es decir, el receptor, conoecedor de esas reglas bien por sus conocimientos, bien por la tradición, interpreta e identifica, con una u otra profundidad, con unos u otros matices, el mensaje que le envía el emisor”.

consolidação do estilo” (BERGER, TAVARES, 2008, p. 11) pode ser dividido em três etapas.

São elas: jornalismo ideológico, jornalismo informativo e jornalismo explicativo.

Os pesquisadores apontam que a primeira etapa corresponde “a de um jornalista mais “amador” (2008, p. 11) e se consolidou na segunda metade do século XIX (a partir de 1850) até o fim da I Guerra Mundial. Nessa etapa, o jornalismo pode ser considerado ideológico no qual “tem-se uma imprensa, do ponto de vista formal, com muito poucas informações e muito mais comentários” (2008, p. 11). Paula Lopes acrescenta acerca dessa prática: “É um jornalismo doutrinário, moralizante, ao serviço das ideias políticas. Os jornais existem enquanto “instrumentos” de causas políticas, partidárias, de cariz opinativo e não raro polêmico” (LOPES, 2010, p. 9). É nesse momento que se solidifica o gênero opinativo.

Na segunda etapa, o que predomina é uma espécie de jornalismo informativo, primando pela narração dos fatos. Ele se desenvolve em especial a partir da década de 1920. No entanto, já vinha sendo praticado a partir de 1870 na Inglaterra, e conviveu com o trabalho ideológico por algum tempo. Nessa oportunidade “o jornalismo passa, majoritariamente, a dizer o que aconteceu, e não a expressar opiniões sobre” (BERGER, TAVARES, 2008, p. 11). Lopes tece o seguinte adendo a esse conceito: “(Ele) Serve a opinião pública, (a) um público mais vasto e heterogêneo. O jornalista afirma-se como servidor do público, vigilante dos poderes, defensor da verdade e da imparcialidade” (2010, p. 9).

Em relação a essa mudança na forma de se fazer jornalismo, a catedrática espanhola, Montserrat Quesada Perez, aborda a questão da objetividade já apresentada no trabalho.

O nascimento do Jornalismo informativo marca também o nascimento da indústria da imprensa em seu sentido moderno (...) substituindo a informação filtrada pela ideologia, se estende agora a fé na objetividade informativa, na crença de que os fatos simples, por si mesmos, devem ser o elemento justo e suficiente para informar sobre a realidade cotidiana. (QUESADA PÉREZ, 1998, p. 24 *apud* BEGER, TAVARES, 2008, p. 11)⁸

⁸ - Tradução nossa para: “el nacimiento del Periodismo informativo marca también el nacimiento de la industria de la prensa en su sentido moderno. (...) Sustituyendo a la información filtrada por el tamiz ideológico, se

Em contraste com essa ideia, o português Jorge Pedro Souza (2008) apresenta outra consideração: “O aparecimento das gazetas permite afirmar que o jornalismo noticioso é uma invenção europeia dos séculos XVI e XVII, com raízes remotas na antiguidade clássica e antecedentes imediatos na Idade Média e no Renascimento” (SOUZA, p. 80). Esse ponto é um tanto polêmico, já que se tem por entendimento que o jornalismo em sua fase objetivista tenha surgido nas décadas de 1920 e 1930, nos Estados Unidos. De toda forma, é relevante explicitarmos essa outra consideração, para não nos prendermos em uma história engessada.

Porém, conforme o professor boliviano Raúl Peñaranda aponta em seu artigo “Generos periodísticos: que son y para que sirven?”, o jornalismo que se deu nos primórdios dos anos 1700 era fortemente ligado à opinião e às ideias políticas e religiosas – o jornalismo “ideológico” que Berger e Tavares (2008) apresentam. Segundo Peñaranda, “os diários se referiam geralmente a temas políticos e eram usados por distintos grupos de interesse como instrumento para amplificação de ideias” (PEÑARANDA, 2000)⁹. É a partir dessa ressalva que Peñaranda aponta como surgiu o primeiro estilo (ou gênero) jornalístico: o opinativo.

O autor boliviano, no entanto, considera o jornalismo americano como precursor do gênero informativo, que consta na segunda etapa apresentada por Berger e Tavares (2008). Para ele essa consideração pode ser feita, pois é dos americanos que provém o início da divisão entre “news” e “comments” (notícias e comentários). Segundo o autor:

(...) com a separação entre *news* e *comments* nasce um segundo “gênero”, a notícia. Esta separação entre opinião e notícia, tão própria do jornalismo anglo-saxão, reinou até o começo do século 20 e separou o material jornalístico em dois grandes gêneros: informativo e opinativo. (PEÑARANDA, 2000)¹⁰

Continuando o panorama traçado por Berger e Tavares (2008), ainda há um

extiende ahora la fe en la objetividad informativa, en la creencia de que los hechos simples, por sí mismos, deben ser el elemento justo y suficiente para informar sobre la realidad cotidiana”.

⁹ - Tradução nossa para: “Los diarios se referían generalmente a temas políticos y eran usados por distintos grupos de interés como instrumentos de amplificación de las ideas”.

¹⁰ - Tradução nossa para: “Con la separación entre news and comments nasce un segundo “gênero”, la noticia. Esta separación entre opiniones y noticias, tan propia del periodismo anglosajón, reinó hasta bien entrado el siglo 20 y separó al material periodístico en dos grandes géneros: informativo y opinativo”.

terceiro momento, que insistimos em ressaltar, pois é de nosso interesse específico neste estudo. Nessa etapa, que é iniciada após o término da II Guerra Mundial, se caracteriza “uma produção noticiosa mais elaborada e mais profunda” (BERGER, TAVARES, 2008, p. 11), configurando um jornalismo dotado de um viés mais explicativo e profundo. Quesada Pérez expõe essa mudança:

O jornalismo informativo se verá, então, progressivamente limitado e substituído pela aparição de um novo modelo: o *jornalismo explicativo*, que se caracterizará até nossos dias por sua maior capacidade de interpretação da realidade, somente possível devido também ao maior profissionalismo dos jornalistas. (QUESADA PÉREZ, 1998, p. 25 *apud* BERGER, TAVARES, 2008, p. 11)¹¹

Berger e Tavares (2008) apontam que essa necessidade se deu devido ao fato de que os jornais estavam concorrendo de forma mais acirrada com os meios eletrônicos, que, na época, já haviam se desenvolvido consideravelmente. Lopes nos relata o que estava acontecendo nesse momento:

Nascem e consolidam-se novas linguagens intimamente relacionadas com novos Media, novas formas de difusão e de contacto com o público, marcadas pela rapidez na transmissão da informação. A concorrência da Rádio e da Televisão obriga a Imprensa a uma nova abordagem do material informativo, favorecendo um trabalho de explicação, interpretação, dos factos (LOPES, 2010, p. 9).

A evolução histórica não é o âmbito que gera mais polêmica nos estudos sobre os gêneros jornalísticos. O impasse acontece no momento de se realizar uma classificação dos mesmos. Traçando uma ideia geral, há a concessão em torno da primeira definição criada por José Marques de Melo (1985). Ele escreve que existe uma divisão em dois grandes gêneros: o informativo e o opinativo. Sonia Parrat possui uma visão que dialoga com essa ideia:

Para compreender bem o que significam os gêneros próprios do jornalismo é necessário saber, inicialmente, que o jornal tem duas funções primordiais; informar sobre os fatos e opinar sobre os fatos ditos, e ele realiza isso através de textos que, segundo essas características, recebem a denominação de um gênero ou outro (...) O jornal é ante a tudo um meio informativo, mas também tem a capacidade (e o dever) de ser um canalizador de ideias. (PARRAT, 2008, p. 10)¹²

¹¹ - Tradução nossa para: “El Periodismo informativo se verá, entonces, progresivamente arrinconado y sustituido por la aparición de un nuevo modelo: el *periodismo explicativo*, que se caracterizará hasta nuestros días por su mayor capacidad de interpretación de la realidad, solamente factible gracias a la también mayor profesionalidad de los periodistas”.

¹² - Tradução nossa para: Para comprender bien lo que significan los géneros propios del periodismo es necesario tener presente, de entrada, que el periódico tiene dos funciones primordiales, las de informar sobre hechos y opinar sobre dichos hechos, y las lleva a cabo a través de textos que, según esas características, reciben la

Contudo, até mesmo no momento de se enquadrar qual tipo de “material jornalístico” pertence a determinado gênero, a classificação já não é mais unânime no meio acadêmico. Como exemplo mais recente, recorremos ao pesquisador Lailton Alves da Costa, que faz o seguinte apontamento em relação aos novos estudos realizados por Marques de Melo:

Em seus últimos trabalhos publicados, a classificação atual de Marques de Melo considera cinco gêneros jornalísticos brasileiros. Além dos gêneros *informativo* e *opinativo* - amplamente discutidos no livro *Jornalismo Opinativo* e notadamente aceitos e difundidos no círculo profissional e acadêmico - aparecem agora o *interpretativo* com os formatos: *dossiê*, *perfil*, *enquete* e *cronologia*, além do *utilitário* com os formatos *indicador*, *cotação*, *roteiro* e *serviço*, e também o *diversional*, composto por *história de interesse humano* e *história colorida*¹³ (COSTA, 2007, p. 7)

Existem inúmeras outras classificações. Todavia, nenhuma delas entra em um consenso absoluto. Isso gera uma discordância que não pode ser facilmente remontada. Porém, o português José Rebelo apazigua um pouco essa discussão. De acordo com o pesquisador, não há como se verificar um gênero “em estado puro, ou seja, a maior parte dos textos jornalísticos integra características próprias dos diferentes “gêneros”. Caberá ao analista determinar, em cada caso, qual o “gênero” dominante” (REBELO, 2000, p. 118 *apud* LOPES, 2010, p. 10). Assim, nos valem de Jorge Medina para encerrar essa questão: “Com isso, podemos concluir que não existe pureza dos gêneros, pois todo texto participa em um ou em vários gêneros. Sempre haverá um gênero ou vários gêneros em uma determinada obra” (MEDINA, 2001, p. 46).

2.3 – OS GÊNEROS INTERPRETATIVO E EXPLICATIVO EM QUESTÃO

Como já realizamos uma pequena introdução às características do gênero interpretativo, vamos nos valer inicialmente de Dominique Wolton para justificarmos tal

denominación de un género u otro. (...) El periódico es ante todo un medio informativo, pero también tiene la capacidad (y el deber) de ser canalizador de ideas.

¹³ - Ver Anexo 1.

escolha de objeto. Wolton (1997) afirma que à medida que existem mais acontecimentos noticiados –exatamente o que acontece nesse ambiente da Internet – maior é a necessidade de que a informação seja transmitida com interpretação, ante ao simples relato dos fatos. Por isso, entendemos que o gênero interpretativo/explicativo pode se configurar como prática importante nesse ambiente digital. Porém, esse é um tema que vamos aprofundar em outra parte do estudo, mais especificamente no segundo capítulo.

Nesse momento, pretendemos ir mais a fundo nesses gêneros e, para iniciar, vamos fazer uma distinção básica para que fiquem claras as definições. Existe uma impressão equivocada diante de qual é o trabalho do jornalismo interpretativo, e isso surge simplesmente devido à abrangência da palavra “interpretação”. Em entrevista concedida a Lia Seixas, José Marques de Melo responde a pergunta “Interpretativo está ligado ao sentido interpretação?” e acaba por confirmar essa questão:

Não. Em português, interpretação significa valoração. Interpretação e opinião é a mesma coisa. Foi uma tradução mal feita. Quando começaram a circular os textos dos teóricos do jornalismo interpretativo dos EUA, deveria ter sido traduzido por jornalismo explicativo ou jornalismo educativo e foram traduzidos literalmente. (MARQUES DE MELO, em entrevista concedida a Lia Seixas, 2008)

Poderíamos considerar que Marques de Melo coloca um fim a esse impasse, porém sua definição de “interpretação” não condiz claramente com o que está registrado em outros materiais. Pode-se encontrar no Dicionário Aurélio que uma das definições de “interpretar” é: “Explicar, explanar, ou aclarar o sentido de (palavra, texto, lei, etc)” (Dicionário Aurélio Eletrônico, Século XXI, Versão 3.0, 1999). Assim, pode-se argumentar que, se analisada mais profundamente, a definição de *jornalismo interpretativo* não estaria equivocada e poderia ser correlacionada à definição americana de *interpretive journalism*¹⁴.

¹⁴ - Interpretive (or interpretative) journalism goes beyond the basic facts of an event or topic to provide context, analysis, and possible consequences. Interpretive journalists must have unusual familiarity with and understanding of a subject, and their work involves looking for patterns, motives, and influences that explain what they are reporting (Keller 1997). (HOUSTON, 2008) Tradução nossa: O jornalismo interpretativo vai além dos fatos básicos de um evento ou tópico, fornecendo contexto, análise e possíveis consequências. Os jornalistas interpretativos devem ter familiaridade diferenciada e entenedimento acerca do assunto, o o trabalho dele envolve a busca padrões, motivos e influência que explicam o que eles estão noticiando.

Apesar disso, Marques de Melo demonstra qual é a visão desse conceito na área dos estudos comunicacionais, e conseqüentemente qual é a consideração pelo trabalho que realiza e deveria realizar o gênero interpretativo. Tendo esta disposição em vista, consideraremos que, em teoria, ambos conceitos podem ser semelhantes. A definição de Mário Erbolato, inclusive, não demonstra nenhuma diferenciação em relação à nomenclatura desses gêneros. Segundo o autor, o jornalismo interpretativo pode ser “também conhecido como jornalismo em profundidade, jornalismo explicativo ou jornalismo motivacional” (ERBOLATO, 1991, p. 31 *apud* COSTA; LUCHT, 2009, p. 109). Porém, diante dessas circunstâncias, optaremos pelo uso do termo *jornalismo explicativo* em nosso estudo para que não haja dúvidas quanto aos trabalhos e práticas que iremos nos relacionar.

Tendo essa distinção em conta, podemos passar a um estudo mais aprofundado sobre o conceito desse gênero. Os acadêmicos Cremilda Medina e Paulo Roberto Leandro (1973) alinham o seu conceito de interpretação jornalística ao conceito de interpretação encontrado em Freud e Nietzsche. Segundo os autores a interpretação procura “encontrar o sentido nas diferentes forças que atuam em um fenômeno”. Devido a isso, esse tipo de prática jornalística não se limita em “um relato mais ou menos perceptivo do que está acontecendo, mas busca um aprofundamento”. É baseando-se nesses preceitos que Leandro e Medina redigem sua definição sobre o jornalismo interpretativo: “Jornalismo interpretativo é realmente o esforço de determinar o sentido de um fato, através da rede de forças que atuam nele” (LEANDRO; MEDINA, 1973, p. 16 *apud* COSTA; LUCHT, 2009, p. 110).

Luiz Beltrão possui uma obra dedicada ao assunto: “Jornalismo interpretativo: Filosofia e técnica”, publicada em 1976. Nesse trabalho, ele assinala que a interpretação jornalística vai além do gênero que leva o seu nome, pois se configura como “atitude de ofício” e se torna uma “análise preliminar de submeter os dados recolhidos a uma seleção crítica para divulgar a matéria” (BELTRÃO, 1976, p. 47). O autor também formula o seu

conceito de jornalismo interpretativo. Segundo ele, tal modelo seria “um jornalismo em profundidade, à base de investigação, que começa a representar a nova posição da imemorial atividade social da informação da atualidade. Um jornalismo que oferece todos os elementos da realidade, a fim de que, a massa, ela própria, a interprete” (1976, p. 42).

Mais adiante, na mesma obra, Beltrão relaciona essa prática ao jornalismo informativo e considera que, ao contrário da forma elementar presente no segundo, a notícia “interpretada” é bem mais complicada. Nela “é necessário esquadrihar sua entranha, procurando seus antecedentes melhores, e projetar uma visão futura, formulando um prognóstico sóbrio e inteligente, para não cair em demasia subjetivas” (1976, p. 51). Dessa forma se “oferece diferentes ângulos de visão da situação, complementando-as com históricos, depoimentos, dados estatísticos, documentário fotográfico, outras ilustrações, enquadramentos ideológicos, prognósticos” (1976, p.55) sendo que o resultado desse trabalho traria a “informação em toda sua integridade, captada, analisada e selecionada pelo jornalista ao qual não cabe o diagnóstico” (1976, p. 52).

De acordo com a definição apresentada em Berger e Tavares (2010), o autor espanhol Martinez Albertos (1972) considera como papel do jornalismo explicativo ajudar o público a promover a distinção entre o “verdadeiro e o falso”. Nesse processo, que deve ser transmitido através de um texto coerente, a “digestão intelectual” do leitor é auxiliada por notícias que tenham sua significação “verdadeira e adequada”. A partir desse conceito, os autores constroem sua consideração acerca do jornalismo explicativo:

Da teia que aí se forma – entre conhecimento, interpretação e texto jornalístico – é possível construir uma espécie de “óculos” para pensar o jornalismo para além da notícia. O que não significa simplesmente uma troca de objetos jornalísticos, mas a busca por complexificar as dimensões dos processos informativos e potencialmente investigativos por eles engendrados. (BERGER e TAVARES, 2010, p. 35)

Os autores também citam a espanhola Quesada Pérez, ao discorrerem sobre o nascimento do gênero. Pérez afirma que a gênese “do jornalismo explicativo, que incorpora

ao dado noticioso elementos valorativos, documentais, interpretativos e também uma boa dose de opinião, provoca, por sua vez, o desaparecimento da clássica fronteira entre *story* (descrição) e *comment* (comentário) (QUESADA PÉREZ, 1998, p. 25 *apud* BERGER e TAVARES, 2010, p. 35)

O autor americano Peter Parisi aborda outros aspectos em sua definição de jornalismo explicativo, que consideramos válidos acrescentar:

O Jornalismo explicativo adota os pontos de vista e as perspectivas de diversos grupos (“a opinião e atitudes de grupos da sociedade”), esclarecendo o sentido da experiência destes, e informando sobre as tendências culturais e sociais (“os objetivos e valores da sociedade”). Assim, reconhecendo que todas as apresentações dos fatos envolvem perspectivas e hipóteses específicas, sejam políticas, nacionais, de etnia ou sociológicas. (PARISI, 1999, p. 10)¹⁵

No entanto, existem discordâncias quanto a essa distinção e independência do gênero explicativo. Para Marques de Melo (2003) e Rosa Nava (1996), o jornalismo interpretativo faria parte do jornalismo informativo. O segundo daria conta do primeiro, tendo em vista que o processo informativo já conta com uma “interpretação”. Marques de Melo em seu trabalho de 1985, reeditado em 2003, aponta que tal gênero se caracterizava por “uma categoria carente de configuração estrutural, cuja expressão narrativa oscila entre o estilo informativo e opinativo” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 30 *apud* COSTA; LUCHT, 2009, p. 113). Porém, em estudo mais recente, datado de 2009, o autor já leva em consideração essa unidade do gênero, apontando uma classificação bastante específica para cada uma de suas categorias. Já o boliviano Raul Peñaranda assinala que o gênero interpretativo “fica em posição equidistante entre o gênero informativo e o opinativo”¹⁶, de certa forma explicando tal indefinição.

No sentido de encerrar essa abordagem conceitual, recorreremos ao pesquisador

¹⁵ - Tradução nossa para: “Explanatory journalism further adopts the viewpoints and perspectives of diverse groups (“the opinions and attitudes of the groups in society”), clarifying their sense of experience, and reporting on broad cultural and social tendencies (“the goals and values of the society”). Thus, recognizing that all presentations of facts involve specific perspectives and assumptions, it would attempt self-consciously to adopt different perspectives, whether political, national, ethnic or sociological”. (PARISI, 1999, p. 10)

¹⁶ - Tradução nossa para: “Se ubica en posición equidistante entre el género informativo y el opinativo”. (PEÑARANDA, 2000)

Gerson Moreira Lima (2002), que também concorda que o gênero interpretativo está contido no informativo. Porém, Lima ameniza essa divisão, pois, para ele, o interpretativo também se encontraria no informativo e isso dependeria somente do grau de interpretação que cada informação possui. Segundo ele, o “gênero interpretativo é o caminho mais curto para que o leitor encontre o real significado das informações” (LIMA, 2002, p. 10) no cenário atual – que é marcado pela velocidade de informação no jornalismo online. Essa seria a forma de melhor informar a sociedade, pois, essa prática apresenta os fatos “propondo uma ligação entre eles, conduzindo o leitor a vários entendimentos possíveis” (LIMA, 2002, p. 88).

Outra consideração de Lima (2002, p. 90) ainda pode expandir a reflexão sobre essa discordância que ocorre entre os gêneros. Segundo o autor, ao realizar o jornalismo interpretativo a descrição do fato se torna imprescindível – e na oportunidade, a interpretação pode não aparecer de forma explícita. Essa interpretação pode surgir desde o momento de escolha das fontes, da ordenação dos fatos e até na escolha léxica do discurso. Todavia, o texto, no ponto de vista morfológico, se configura objetivo, o que pode levar o leitor a se confundir com o jornalismo informativo.

Quanto aos formatos que estariam presentes no jornalismo interpretativo/explicativo, a organização é bastante heterogênea. Somente há um formato que é quase unanimidade como integrante do gênero: a reportagem. Leandro e Medina (1973) falam de uma “reportagem interpretativa”, enquanto Beltrão considera uma “reportagem em profundidade”. Porém, Marques de Melo classifica a reportagem como parte do gênero propriamente informativo.

Independente dessa classificação, nosso objeto é, com base na discussão levantada até o momento, tentar entender um tipo específico de produção jornalística que vem sendo encontrada em alguns sites de notícias, como BBC, G1, Estadão e Folha Online. Um tipo de texto explicativo, geralmente utilizado para contextualizar informações sobre um fato

complexo, que não se configura como uma reportagem em si. Aproximando-se mais de uma explicação didática, fornecendo contexto, reunindo informações do passado e possíveis consequências futuras, com um discurso claro, sucinto e objetivo. Na tentativa de desvendar essas produções, além buscar compreender o gênero jornalístico que elas mais se aproximam, também pretendemos discutir os recursos necessários sua configuração, ou seja, por que sua prática tem sido apresentada nos sites de notícia. Nesse ponto, trabalharemos também com a hipótese de se tratar de um novo formato apropriado às características do jornalismo online, como espaço de memória ou arquivamento. No entanto, antes de tratarmos especificamente dessa prática jornalística, consideramos importante discorrer sobre as condições tecnológicas e sociais que levaram a seu desenvolvimento, abordando conceitos como a Era da Informação, a Sociedade em Rede e a Web 2.0 – o que será visto nesse terceiro capítulo.

3 - A SOCIEDADE EM REDE E O JORNALISMO ONLINE

Neste capítulo pretendemos nos aproximar de conceitos e considerações acerca das transformações sociais e culturais que são sentidas com mais ênfase em algumas sociedades e que tem por tendência se expandir conforme as tecnologias de telecomunicação e informática avançam. A ascensão e a consolidação da Sociedade em Rede (CASTELLS, 1999) modifica a cultura, a economia, o tempo e as relações sociais das comunidades que possuem uma determinada base tecnológica a qual tornou possível esse desenvolvimento e a configuração social na Era da Informação (CASTELLS, 1999). É esse o nosso ponto inicial para chegarmos ao tema do jornalismo online, no qual vamos abordar as suas potencialidades, em especial a memória. Nesse percurso também discutiremos acerca do momento social e tecnológico que passamos e suas consequências para o jornalismo, momento em qual uma antiga figura, o *gatekeeper*, vem a ser substituído no ambiente online pelo *gatewatcher*, que teria a função que se assemelha a de um bibliotecário.

3.1 - A SOCIEDADE EM REDE E SUAS CARACTERÍSTICAS

No cerne de toda essa revolução tecnológica está presente um conceito chave: a rede. Afinal, toda a estrutura que se desenvolveu ao longo dos anos teve como sustento esse paradigma. Nos valem da definição do sociólogo catalão e grande estudioso do tema, Manuel Castells, ao afirmar que a rede, em suma, é um conjunto interligado de nós e que possui vantagens ao ser usada como ferramenta de organização devido a suas características essenciais como flexibilidade e adaptabilidade. Segundo Castells, “as redes são formas muito antigas da actividade humana, mas actualmente essas redes ganharam uma nova vida, ao converterem-se em redes de informação, impulsionadas pela internet” e pela sua velocidade, assim se tornando fundamentais “para sobreviver e prosperar num contexto de mudança

permanente” (CASTELLS, 2003, p. 15). O sociólogo vai além e afirma que os processos na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes:

(as) Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. (CASTELLS, 1999, p. 565)

Sendo assim, há de se olhar mais a fundo para a grande responsável por essa mudança: a internet. Como nosso objeto de estudo se constitui como um tipo de jornalismo praticado na Web¹⁷, não nos cabe aqui realizar um histórico detalhado da grande rede da qual faz parte, a internet. Apenas estudaremos seus conceitos e particularidades, sem nos prender à apresentação de todo o processo que se deu até chegarmos ao nível atual de desenvolvimento. Nos convém, no entanto, ressaltar que de tecnologia militar contra um possível colapso na Guerra Fria, a Internet passou para a base fundamental na estruturação da sociedade contemporânea, como recorda o catalão: “O novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social” (CASTELLS, 1999, p. 565).

Manuel Castells ilustra nossa exposição e aponta também uma revolução no sistema econômico através da internet:

A internet uma obscura tecnologia que tinha pouca aplicação para além do mundo exclusivo dos cientistas da informática, dos *hackers* e das comunidades contra-culturais, tornou-se a alavanca de transição para uma nova forma de sociedade: a sociedade em rede – e com ela para uma nova economia. (CASTELLS, 2003, p. 16)

Um dos pontos principais e que modificaram completamente o esquema de comunicação – antes calcado na comunicação de massa dotada de uma estrutura de via única (*um* → *todos*) – é que pela primeira vez se permitiu realizar uma comunicação horizontal (*todos* → *todos*) a um nível de escala global. O modelo *todos* → *todos* possibilita que quem

¹⁷ - A internet se configura como a rede mundial de computadores, quais são interligados pelo padrão de rede Protocolo TCP/IP, enquanto a Web estaria contida nela, constituindo-se como uma rede de recursos disponibilizados pela Internet.

esteja conectado à rede possa enviar tanto quanto receber informações. O professor Osvaldo

Trigueiro aponta a especificidade desse modelo:

No modelo horizontal o acesso à comunicação e à informação para todos é uma pré-condição. O diálogo é o eixo central da comunicação horizontal possibilitando a interação democrática do emissor e receptor no processo de produção / emissão / recepção da mensagem. (TRIGUEIRO, 2001)

Pode-se dizer que nesse âmbito acaba por ocorrer uma fusão da comunicação inter(ativa) pessoal com a de massa – e essa é uma das questões inerentes da atualidade. Castells (p. 17, 2003) continua sua argumentação e revela que as principais atividades econômicas, sociais, políticas e culturais de todo o mundo estão se estruturando cada vez mais através da Web. Juliano Borges resume as capacidades desta rede: “ A internet emerge como ferramenta inovadora capaz de promover a multiplicação de fluxos comunicacionais que permitem a difusão da informação e do conhecimento” (BORGES, 2009, p. 36).

Para que fique claro, é relevante apontar que não foram as tecnologias que criaram tal situação, porém é evidente que sem essa disponibilidade tecnológica tal sociedade como vemos hoje não existiria. Isso reflete o fato de que pode-se entender uma sociedade a partir de seus meios tecnológicos, ideia presente em Deleuze: “É fácil fazer corresponder a cada sociedade certos tipos de máquina, não porque as máquinas sejam determinantes, mas porque elas exprimem as formas sociais capazes de lhes darem nascimento e utilizá-las” (DELEUZE, 1992, p. 223).

Todas essas transformações foram possíveis, pois nesse conjunto foram modificadas algumas “fundações materiais da vida, (como) espaço e tempo”¹⁸ (CASTELLS, p. 12, 1997). O tempo seria um tempo intemporal (*timeless time*) enquanto o espaço se converteria em um espaço de fluxos (*space of flows*). Segundo Castells o tempo intemporal seria definido:

Pelo o uso das novas tecnologias de informação/comunicação em um esforço

¹⁸ - Tradução nossa para: “material foundations of life, time and space”.

para aniquilar o tempo, comprimir anos em segundos (...) A meta fundamental é eliminar a sequência do tempo, incluindo presente, futuro e passado em um mesmo hipertexto, assim eliminando a “sucessão das coisas”, que segundo Leibniz, caracterizaria o tempo, dessa forma sem que as coisas possuam sua ordem sequencial não mais existe tempo na sociedade. (CASTELLS, 1997, p.12)¹⁹

Enquanto isso, o espaço de fluxos seria a organização material do tempo compartilhado pelas práticas sociais que trabalham na dinâmica de fluxos. A prevalência dessa lógica sobre a lógica tradicional – que se caracteriza pelo “espaço de lugares” (*space of spaces* – que pode ser entendido como espaços físicos) – constituiria uma forma fundamental de dominação social na Sociedade em Rede. Dessa forma, o espaço de fluxos estruturaria e moldaria o espaço físico, o que determina essa dominação. (CASTELLS, 1997, p. 14)

É a partir dessas características que a “comunicação se torna ao mesmo tempo global e customizada”²⁰ (CASTELLS, 1997, p. 16). Esses aspectos – a velocidade da comunicação e a importância dos fluxos – fazem da informação um recurso estratégico (e também econômico) em potencial. A economia se torna globalizada e interdependente. O próprio Estado e seus parceiros econômicos não mais podem ser considerados os únicos elementos no fator de uma economia nacional como antigamente. É uma relação complexa, um capitalismo globalizado e informacional. Tadao Takahashi aponta um desses fatores. “Na nova economia, não basta dispor de uma infraestrutura moderna de comunicação; é preciso competência para transformar informação em conhecimento” (TAKAHASHI, 2000, p.7).

Apesar de a informação ter sempre sido necessária e consumida pelo ser humano, ela passa a ser considerada como conhecimento, e de acordo com Takahashi (2000) o desafio é transformar a informação fornecida pela educação em recurso econômico estratégico, e, assim, transmiti-la como conhecimento pleno. Essa visão de que a informação

¹⁹ - Tradução nossa para: “by the use of new information/communication technologies in a relentless effort to annihilate time, to compress years in seconds, seconds in split seconds. Furthermore, the most fundamental aim is to eliminate sequencing of time, including past, present and future in the same hypertext, thus eliminating the 'succession of things' that, according to Leibniz, characterizes time, so that without things and their sequential ordering there is no longer time in society.

²⁰ - Tradução nossa para: “communication becomes at the same time global and customized”.

se constitui como conhecimento também está presente em trabalhos de outros autores. É o caso de Sônia Padilha ao considerar que o trabalho realizado pelo jornalismo – que se configura pela produção de notícias, e logo, pela disponibilização de informação – também pode ser considerado como conhecimento:

Se considerarmos a informação como a célula do conhecimento, é pertinente vermos as notícias como um dos processos de reprodução celular que colaboram na construção de um conhecimento estratégico, ou seja, no entendimento de contextos que dá elementos para se formar opinião ou julgamento. (PADILHA, 2010, p.3)

Juliano Borges (2009) trabalha a questão da “codificação de conhecimento”, que seria possível através da codificação da informação circulada nos meios de comunicação e que tal processo seria inclusive atrativo economicamente. Para Borges, essa característica vai além: “a combinação entre a ampliação da codificação do conhecimento e o aperfeiçoamento das tecnologias de comunicação torna os estoques de conhecimento codificado mais acessíveis, facilitando sua difusão” (BORGES, p. 39, 2009).

No trabalho do sociólogo francês Dominique Wolton há o reconhecimento dessa disponibilidade, porém ele mostra que esse contínuo fluxo de informação pode também trazer prejuízos. Dessa forma, Wolton apresenta um contraponto interessante: “Os conhecimentos são ilimitados, mas ninguém pode aceder a todos os conhecimentos. E os conhecimentos só valem em relação a um contexto e a um projecto” (WOLTON, 1999, p. 278).

É a partir dessa afirmação de Wolton que podemos seguir para o próximo tópico a ser estudado: a queda do *gatekeeper* e a ascensão de um novo trabalho, o do *gatewatcher*, que possuiria a função de filtrar conteúdos, o que nos relembra o trabalho realizado por um bibliotecário.

3.2 – A QUEDA DO *GATEKEEPER* E A ASCENSÃO DO *GATEWATCHER*

Nesse novo contexto dos meios de comunicação atuantes na Sociedade em Rede, que foi proporcionado principalmente pela presença massiva da internet, a função de um velho agente comunicacional se vê caduca e de certa forma é levada à extinção – pelo menos quando nos referimos aos meios que atuam na Web, como é o caso do jornalismo online (ou webjornalismo). A função a qual nos referimos é a do *gatekeeper*. Valemos-nos do português Mauro Wolf para podermos tecer a definição do conceito. Segundo o autor:

O conceito de *gatekeeper* (seleccionador) foi elaborado por Kurt Lewin, num estudo de 1947 sobre as dinâmicas que agem no interior dos grupos sociais, em especial no que se refere aos problemas ligados à modificação dos hábitos alimentares. Identificando os “canais” por onde flui a sequência de comportamentos relativos a um determinado tema, Lewin nota que existem neles zonas que podem funcionar como “cancela”, como “porteiro”. (WOLF, 1999, p. 78)

Resumidamente, a ideia do conceito é de que os *gatekeepers* detêm o poder de decidir se determinada informação seguirá ou será bloqueada. Porém, foi somente em 1950, em um estudo realizado por David Manning White, que esse conceito foi utilizado no âmbito do jornalismo. Segundo Mauro Wolf, o autor americano David White “utilizou este conceito para estudar o desenvolvimento do fluxo de notícias dentro dos canais organizativos dos órgãos de informação e, sobretudo, para individualizar os pontos que funcionam como ‘cancelas’ e que estabelecem que a informação passe ou seja rejeitada”.

Através da análise desse conceito se torna fácil a percepção de que esse trabalho não é mais necessário, devido às características já estudadas das redes como a flexibilidade, e, em especial, as possibilidades oferecidas pela internet como o modelo de comunicação todos→todos e a disponibilidade quase ilimitada de espaço para a publicação de conteúdo.

De acordo com os pesquisadores Alex Primo e Marcelo Träsel: “Esse neologismo é criado em oposição à noção de *gatekeeping* (...) Se o *gatekeeping* faz sentido na

análise dos meios de comunicação de massa, no ciberespaço ele tem menor força explicativa” (PRIMO e TRÄSEL, p.7, 2006). Os autores seguem explicando a dinâmica informacional desse momento:

Devido à quantidade de informação circulando nas redes telemáticas, cria-se a necessidade de avaliá-la, mais do que descartá-la. Não é mais preciso rejeitar notícias devido à falta de espaço, porque pode-se publicá-las todas. Nota-se um deslocamento da coleta de informação para a seleção da mesma. (PRIMO e TRÄSEL, 2006, p.7)

O finlandês Ari Heinonen aponta que o jornalista “não é mais o último *gatekeeper*, a pessoa com o poder exclusivo para decidir qual informação vai chegar até o público”²¹ (HEINONEN, p. 49, 1999), pois segundo Bruns “as portas online agora estão localizadas nos provedores de informação (e em última instância, em qualquer um que publica um *Website* dotado de informação noticiosa em potencial) assim como estão no usuário final, que está navegando na Web e constantemente atua como seu próprio *gatekeeper* – mas não necessariamente está nas grandes organizações de comunicação”²² (BRUNS, 2003, p. 3).

Apesar de filósofos como o francês Pierre Levy (1999, p. 58) anunciarem o fim da profissão de jornalista, julgando que não mais existiria sua necessidade em um meio que possibilita a livre comunicação e envio de informações. Porém Wolton ressalta: “Por fim, o volume crescente de informações reforça o papel do jornalista como intermediário entre o mundo e os cidadãos” (WOLTON, 1999, p. 223). O australiano Alex Bruns (2003, p. 7) sublinha que a atividade do jornalismo assume um novo viés, devido à abundância de potenciais fontes de notícias presentes na Web. Para ele, a avaliação da informação – em busca de qual informação é confiável – se torna uma tarefa de grande importância, na qual sua atividade se distancia do jornalismo tradicional e se aproxima do trabalho exercido por um

²¹ Tradução nossa para: “he is no longer the ultimate gatekeeper, the person with sole power to decide what information will reach the public”

²² Tradução nossa para: “online the gates are now located with the information providers (ultimately, with anyone who publishes a Website with potentially newsworthy information) as well as with the end user, who in navigating the Web constantly acts as their own gatekeeper — but no longer necessarily with the news media organizations”

bibliotecário.

Primo e Träsel possuem a visão de que “o *gatewatcher* combinaria funções de bibliotecário e repórter. Do porteiro, passa-se ao vigia” (2006, p.7). Bruns complementa que “agora seu papel se configura como guia ao invés de líder, de provedor (complementar) de serviços ao invés de produtor (exclusivo) de conteúdos”²³ (BRUNS, 2008, p. 8). Assim, os “*gatewatchers* mantêm a vigia constante dos portões, e apontam aqueles portões que são mais prováveis de fornecer fontes úteis aos seus leitores”²⁴ (BRUNS, 2003, p. 8)

Nesse contexto comunicacional visto na internet, é notável a facilidade de se encontrar informação, mas o problema passa da disponibilidade para a qualidade. Com isso, uma questão se torna bastante pontual: a credibilidade da informação veiculada. O pesquisador Paulo Serra aponta que um dos problemas das “novas tecnologias da informação e comunicação” “é o da credibilidade do discurso” (SERRA, 2006, p. 1). Segundo o autor: “Um dos problemas cruciais que hoje se colocam à pesquisa de informação na Web: como seleccionar, de entre a quantidade quase inesgotável da informação disponível, a informação credível?” (SERRA, 2006, p. 1).

As fontes de informação não podem ser controladas e o seu surgimento se dá de forma exponencial, percebido especialmente nos blogs, e atualmente, através das redes sociais. Tais informações podem estar permeadas de uma visão particular (fato do qual o jornalismo também não escapa) e serem completamente parciais, chegando a casos os quais podem ser verificados uma completa falta de fundamentação do que se passa no ocorrido. Sendo assim, uma das formas de se sobrepassar essa situação é utilizar o trabalho a ser realizado pelos *gatewatchers*, que neste caso, tomaria a função de filtro. Não se pode descartar também o trabalho – já fundamentado – que as empresas de comunicação realizam no intuito

²³ - Tradução nossa para: “their role now is one of guide rather than leader, of (complementary) service provider rather than (sole) content produce”.

²⁴ - Tradução nossa para: “gatewatchers keep a constant watch at the gates, and point out those gates to their readers which are most likely to open onto useful sources”.

de se evitar esse impasse. Há de se notar que não somos contra o “cerceamento” da informação, somente estamos nos preocupando com a questão de se oferecer informação com credibilidade. Há de se lembrar que a credibilidade é um fator que define o consumo, ou não, da informação.

Para suscitar umas das questões que vamos abordar em nosso estudo, nos valemos mais uma vez de Dominique Wolton. O francês aponta a “overdose informacional”:

Hoje em dia, tudo pode ser transformado em informação; já não há limites para a produção e para a difusão da informação. Mas é por isso que a saturação espreita. Até que ponto poderá o cidadão ocidental absorver tanta informação, a maioria da qual nem lhe interessa, nem lhe diz respeito? O limite está do lado da recepção. (WOLTON, 1999, p. 189)

Nosso próximo passo será estudar as características e as potencialidades de uma forma específica de se praticar jornalismo: o jornalismo online. Porém, antes concluiremos esse subcapítulo citando mais uma vez Wolton, o qual demonstra uma particularidade que anuncia o que acabou de ser estudado. “Um dos paradoxos desta situação de “comunicação directa” será, sem dúvida, revalorizar o papel desses intermediários de que pensava poder libertar-se” (WOLTON, 1999, p. 27).

3.3 - CARACTERÍSTICAS E POTENCIALIDADES DO JORNALISMO ONLINE

Uma vez que já passamos pela conceituação e direcionamos o foco de nossa pesquisa podemos nos aprofundar nas características do “sistema” pelo qual nosso objeto de estudo é construído e do qual faz parte. De acordo com Mark Deuze (2006), o jornalismo online se caracteriza pela utilização de meios digitais na sua produção e possui sua veiculação e armazenamento nas redes da World Wide Web. Ele possui suas próprias especificidades e se difere das outras mídias em alguns pontos. Porém, como todo processo de mudança que envolve o surgimento de novas mídias, também existem pontos em comum entre a produção

online e as que são voltadas para suportes mais tradicionais (como impresso, rádio e televisão).

Segundo Deuze (2006, p. 18) o jornalismo online se distingue pela sua componente tecnológica, requerendo habilidades distintas dos jornalistas. No entanto, o que demonstra o andamento de seu processo de transformação é o fato de que em sua primeira fase de desenvolvimento as matérias produzidas para os jornais impressos eram simplesmente transpostas para o meio digital e logo após disponibilizadas na Internet. Tal colocação nos remete aos argumentos de Marshall McLuhan (1967), sempre ressaltando que o conteúdo de um novo *medium* é sempre baseado no conteúdo do *medium* anterior.

A pesquisadora Luciana Moherdauí (2007) aponta a existência de quatro fases de desenvolvimento do jornalismo online. A primeira, como já foi comentado, seria um modelo “nos quais a formatação e a organização seguiam diretamente o modelo do jornal impresso” (2007, p. 122). As notícias apresentadas nesse momento seriam cópias de outras já publicadas em editoriais no impresso, sem a preocupação com a utilização de novas formas de narrativas digitais. Nelas, o processo produtivo era atrelado ao modelo tradicional, o que implicava que as notícias eram atualizadas a cada 24 horas (como no jornalismo impresso diário). Moherdauí complementa: “A disponibilização de informações jornalísticas na Web fica restrita à possibilidade de ocupar um espaço, sem explorá-lo” (MOHERDAUI, 2007, p. 123).

A segunda fase, que se deu no final dos anos 90, se destacou pelo início da utilização das novas possibilidades que o meio digital oferecia, ocorrendo uma agregação de novos tipos de produtos, apesar de que nesse estágio ainda ocorria intensa transposição do material produzido pelo impresso. Moherdauí aponta que, nesse período, os “jornalistas criam conteúdos originais para a rede, passando a utilizar hiperlinks, interatividade, ferramentas de busca, conteúdo multimídia como vídeo, áudio e imagens, customização de conteúdos”

(MOHERDAUI, p. 124, 2007). A pesquisadora Luciana Mielniczuk (2001, p. 2), que por sua vez identifica apenas três (e não quatro) etapas de desenvolvimento, ressalta entre as características dessa fase um uso maior de interatividade, com o surgimento de fóruns de discussão e hiperlinks. No entanto, segundo ela, o “poder” ainda se encontrava em mãos das grandes empresas de comunicação, no sentido de que a participação dos internautas na produção de conteúdos ainda era extremamente restrita.

É somente na terceira fase de desenvolvimento que o material exclusivo para o jornalismo online começou a ser desenvolvido. Isso se deu devido a nova relação que as grandes empresas passaram a tecer com a Web, lançando iniciativas adaptadas ao meio. Nesse estágio, as notícias contam com diversas possibilidades: “o uso de recursos multimídia; a convergência entre suportes diferentes (multimodalidade); a disseminação de um produto em várias plataformas e/ou serviços informativos; e a produção de conteúdo pelo usuário” (MOHERDAUI, 2007, p. 125).

Há de se apontar dois pontos importantes nesse momento: a abertura da possibilidade de produção de conteúdo por parte do usuário (que antes era apenas consumidor de informações a passa a ter mais espaço para atuar também como produtor) e a utilização do hipertexto como elemento narrativo no relato dos fatos. A experiência exclusiva praticada nessa fase é considerada por Mielniczuk (2001) como o jornalismo online de fato: “São sites jornalísticos que extrapolam a ideia de uma simples versão para a Web de um jornal impresso e passam a explorar de forma melhor as potencialidades oferecidas pela rede. Tem-se, então, o webjornalismo” (2001, p. 2).

Como já foi dito, Luciana Moherdauí (2007) considera também uma quarta fase nesse processo, a qual para ela se caracteriza por um jornalismo online “baseado em bancos de dados inteligentes que aparece ao usuário como interface tipificada no espaço navegável, que permite explorar, compor, recuperar e interagir com as narrativas” (2007, p.

127). Como exemplo desse aspecto podemos apontar os links para “notícias relacionadas” que geralmente são colocados ao fim da matéria ou em uma coluna ao lado, apontado para o banco de dados do próprio site ou para outras fontes de informação complementares. A indexação é realizada por meio de *tags* e dessa forma as matérias se relacionam umas com as outras. Fazendo referência ao teórico o russo Lev Manovich, Moherdaui considera que esses bancos de dados identificados permitem “compor formas diferenciadas de narrativas” (MOHERDAUI, 2007, p. 127) o que possibilita a criação de diversas formas de construção de sentidos ao se consumir as notícias.

Uma vez traçada a linha da evolução, passamos ao estudo das características referentes ao jornalismo online. Os pesquisadores Elias Machado e Marcos Palácios (2003) definem seis características fundamentais dessa prática. São elas: 1) multimídia/ convergência; 2) interatividade; 3) hipertextualidade; 4) personalização; 4) memória; e 5) instantaneidade/atualização contínua. No entanto, além dessa classificação (cujos pontos serão especificados mais adiante), consideramos ressaltar o que aponta o teórico finlandês Ari Heinonen (1999), que considera uma característica fundamental: o fato de a informação se tornar digital. Segundo Heinonen (1999, p. 37-38), os símbolos digitais são muito mais abstratos e precisos do que palavras escritas e cartas. Com isso, ele destaca que, no momento em que passa a existir a informação digitalizada, é possível que sua cópia seja feita rápida e infinitamente. Além disso, é esse fato que permite a existência da multimídia na Web, pois toda essa informação é constituída de bytes, que podem ser programados conjuntamente e que assim tornam possíveis a criação de materiais que integram texto, som e imagem, em um produto que combina vários conteúdos. Esses materiais se diferem, pois, ao contrário dos suportes convencionais, não possuem uma disposição fixa tornando cada artigo (texto, foto e vídeo) um nó da rede, o que permite ao usuário tomar suas próprias decisões e, dessa forma, altera a construção das narrativas e conseqüentemente a

fruição e o consumo do conteúdo.

Em relação à classificação Machado e Palácios (2003), consideramos importante dissertar sobre cada característica, a fim de apontar de forma sistematizada as particularidades do jornalismo online. No contexto em que trabalhamos, a conceituação de multimídia faz referência à convergência entre texto, som e imagem, com o intuito de construir narrativas acerca dos fatos noticiosos. “A convergência torna-se possível em função do processo de digitalização da informação e sua posterior circulação e/ou disponibilização em múltiplas plataformas e suportes, numa situação de agregação e complementaridade” (MACHADO e PALÁCIOS, 2003, p.3). Isso pode ser traduzido na prática em pacotes multimídia que são criados nas produções “Especiais” e também em animações (que podem ser interativas) em *flash* presentes em algumas reportagens publicadas na rede em formato digital.

Para falar de interatividade, recorremos ao trecho da obra de Palácios e Machado (2003) em que eles citam os pesquisadores Mark Deuze e Jo Bardoel (2000), assinalando que, de acordo com estes, a notícia online faz com que o usuário sinta-se integrante do processo jornalístico, pois existem formas de interação: “pela troca de e-mails entre leitores e jornalistas, através da disponibilização da opinião dos leitores, como é feito em sites que abrigam fóruns de discussões, e através de chats com jornalistas” (2003, p. 4). A interatividade também se encontra no âmbito da notícia em si, pois de acordo com os autores, a utilização do hipertexto se configura como um ato de interação além do fato de poderem estar presentes também arquivos interativos em *flash* que criam uma outra narrativa. Luciana Moherdau (2007, p. 129) considera que os usuários se tornam mais ativos online, pois eles não somente recebem informação, mas também podem interagir, distribuir e produzir.

A hipertextualidade se configura por possibilitar a interconexão de textos e outros materiais através de links, permitindo ao usuário uma navegação não linear. Dessa

forma, é dada ao internauta a possibilidade de criar caminhos diversos para se informação, a partir de sua própria demanda, interesse ou curiosidade pelo assunto. Machado e Palácios mostram que o texto jornalístico pode remeter, por meio de links, para:

(...) várias pirâmides invertidas da notícia, bem como para outros textos complementares (fotos, sons, vídeos, animações, etc), outros sites relacionados ao assunto, material de arquivo dos jornais, textos jornalísticos ou não que possam gerar polêmica em torno do assunto noticiado, publicidades, etc (MACHADO e PALÁCIOS, 2003, p. 4).

A personalização, que também é conhecida como customização, é vista como a possibilidade de o usuário configurar o conteúdo dos produtos jornalísticos que vai consumir. Os interesses pessoais podem ser pré-selecionados para serem apresentados de acordo com as possibilidades oferecidas do site, como a modificando da página principal (ou de abertura) ou o perfil de uma editoria a ser apresentada. Alguns sites ainda oferecem diferentes tamanhos de letras para o usuário escolher o tamanho mais confortável para sua leitura. E também há como se definir qual a sua temática de notícias preferida para receber pacotes de informação através de serviços como o *newsletter*, RSS (que são os *feeds* de notícias que chegam ao e-mail do usuário) e SMS (notícias curtas enviadas ao celular).

Há um destaque para a característica da instantaneidade/atualização contínua. Machado e Palácios (2003, p 5-6) apontam que a rapidez de acesso aliada a facilidade de produção e distribuição de material permite “uma extrema agilidade de atualização do material nos jornais da Web”. É dessa forma que surgem as notícias em tempo real (NTR) – notícias factuais e cruas. Elas são importantes pois constituem um perfil dominante do jornalismo online: a publicação imediata de um fato. Existe uma pesquisa (DOMINGO, 2007) que aponta a rapidez de publicação como critério predominante nas redações online, ultrapassando a interatividade. Devido às NTR, Machado e Palácios afirmam que se torna possível o acompanhamento de assuntos jornalísticos relevantes, porém não existem somente pontos positivos. Essa necessidade da velocidade de informação pode criar erros em busca do

furo, fazendo, por exemplo, com que não haja uma checagem da integridade do que foi relatado. A atualização contínua transforma a ideia do tempo no jornalismo online, fazendo com que o jornal esteja em “constante fechamento”. De acordo com a pesquisadora Lia Seixas (2004, p. 94) a periodicidade definida pelas tecnologias tradicionais não mais existe, sendo que “a atualização estará determinada por outros fatores como linha editorial, estratégias de mercado, condições de produção e hábitos de consumo” (SEIXAS, 2004, p. 94).

A próxima característica a ser especificada é a que nos interessa em especial nesse estudo. Nos referimos a memória. Palácios considera que devido às especificidades da Internet o acúmulo de informações se torna mais viável tanto pelo ponto de vista técnico quanto econômico. Há de se considerar também que “na Web a Memória torna-se Coletiva, através do processo de hiperligação entre os diversos nós que a compõem” (MACHADO e PALÁCIOS, 2003. p. 4). Deste modo, o volume de informação que é produzido e disponibilizado cresce de maneira exponencial. Tanto o usuário quanto o produtor (que na Sociedade em Rede chegam a se confundir) se veem em meio a uma avalanche informacional, a qual traz efeitos para produção jornalística e para consumo das informações.

A memória se destaca devido a possibilidade de se oferecer informação arquivada sobre determinado assunto a qualquer usuário que esteja conectado a Internet, porém ela necessita ser organizada para que se obtenha sucesso nesse procedimento (e o usuário não se sinta imerso ao caos, em uma avalanche informacional, como dissemos). Por isso nos referimos anteriormente à importância do *gatekeeper*, que pode também tomar entre suas funções essa tarefa de disponibilizar arquivos de memória de forma organizada ou reestruturada. Todavia, vale apontar que alguns sites jornalísticos vêm trabalhando diversos recursos que condicionam informações de arquivo de forma acessível para fácil consumo dos usuários. Um exemplos são as seções de “Questions & Answers”, produzidas pela BBC News, que serão objeto de nosso estudo.

3.4 – O CONTEXTO E A MEMÓRIA ATRAVÉS DO ESPAÇO ILIMITADO

O objetivo dessa pesquisa é abordar e apontar a possibilidade de uma outra forma de se fazer o jornalismo online, menos calcado no perfil imediatista propagado pelas NTR e em busca de um fornecimento de contexto através da indexação da memória. Para isso nos apoiamos em Dominique Wolton (1999), quando afirma que “o tempo comprimido que aproxima o futuro e o presente ao ponto de os confundir, deve ser compensado por uma valorização da memória” (1999, p. 279). E defendemos a importância de aproveitar o ambiente da Internet e os recursos do jornalismo online para buscar a contextualização, que promove uma explicação – de certo modo se opondo a forma imediatista utilizada no jornalismo em tempo real.

Vimos que na Web, a memória se torna essencialmente coletiva, instantânea e não possui limites de arquivo ou de capacidade de armazenamento. Segundo Machado e Palácios (2003), a memória toma essa forma devido a algumas das particularidades: “Sem limitações de espaço, numa situação de extrema rapidez de acesso e alimentação (Instantaneidade e Interatividade) e de grande flexibilidade combinatória (Hipertextualidade), o Jornalismo tem na Web a sua primeira forma de Memória Múltipla, Instantânea e Cumulativa” (2003, p. 8). No entanto, os pesquisadores consideram que a produção jornalística atual desloca a documentação e a memória do seu lugar tradicional: de complemento informativo passa a ser fonte noticiosa. Há de se notar também que “a Memória no Jornalismo na Web pode ser recuperada tanto pelo Produtor da informação, quanto pelo Usuário, através de arquivos online providos com motores de busca (search engines) que permitem múltiplos cruzamentos de palavras-chaves e datas (indexação)” (MACHADO e PALÁCIOS, 2003, p. 8)

Nesse âmbito, o contexto não somente ganha destaque, como muitas vezes se faz necessário para que se tenha plena informação. O catedrático português João Canavilhas suscita essa importância na Web:

A questão da contextualização assume particular importância na medida em que a natureza hipertextual da internet lhe permite o enriquecimento das notícias, contrariando assim um dos problemas do jornalismo actual: a compatibilização da velocidade da informação, com o espaço disponível e com a riqueza das informações disponibilizadas (CANAVILHAS, 2004, p. 7)

Acreditamos, assim como Canavilhas, que há de se disponibilizar informações “ricas”, ou seja, contextualizadas no ambiente da Internet. Porém existe um dilema na realidade profissional já que esse trabalho é mais complicado. O pesquisador Carlos Castilhos traça a sua consideração acerca do assunto:

(...) a contextualização da informação tornou-se o grande dilema dos profissionais, pois a identificação de causas, consequências, interesses e atores tornaram-se, frequentemente, tão ou mais importante que o fato em si. O problema é que a contextualização exige muito mais trabalho e qualificação do profissional, contrariando a tendência das empresas de cortar custos e enxugar redações (CASTILHO, 2005, p. 248)

Apesar desse problema humano, a questão técnica se faz muito mais viável. O limite de armazenamento é praticamente infinito, logo não há a preocupação com a questão de espaço, assim como a veiculação e a disponibilidade de material não mais se configuram como um entrave à produção jornalística. Machado e Palácios (2003) consideram que “a possibilidade de dispor de espaço ilimitado para a disponibilização do material noticioso é, a nosso ver, a maior ruptura a ter lugar com o advento da Web como suporte mediático para o jornalismo” (2003, p. 8).

Todas essas possibilidades técnicas somadas à viabilidade de produção de conteúdos por parte de qualquer usuário que se encontra na rede gera uma produção enorme de informação. Segundo Juliano Borges (2009), o limite de exploração e apreensão de tamanha quantidade de informação estaria na capacidade humana, inclusive nos valem da mesma citação que o autor destaca: “O excesso de informação se materializa como tempo

disponível para cada indivíduo acessar e processar a informação que deseja” (VAZ, 2004, p. 12 *apud* BORGES, 2009, p. 76). Portanto, há de se notar que esse excesso também pode ser capaz de gerar desinformação, devido ao fato de que um usuário pode fruir somente de algumas das várias NTR (notícias em tempo real) veiculadas, e desse modo não entender todo o panorama do que se passa – principalmente em questões que são complexas ou que já tenham um histórico de acontecimentos que derivam o fato em si. Ou simplesmente pode acontecer de o usuário cruzar com uma informação inexata e não exercer qualquer ponderação sobre ela, configurando a desinformação.

Nesses casos, a desinformação pode ocorrer pelo excesso – devido a constante produção e atualização de notícias –, pela superficialidade – pois as notícias podem ser incompletas ou descontextualizadas – ou pela inconsistência – devido ao fato de não se checar a veracidade de uma informação. O professor Antônio Hohfeldt (2001) complementa essa situação: “Sofremos verdadeira avalanche informacional, que na maioria das vezes, inclusive, nos leva ao conhecido processo de entropia, ou seja, um excesso de informações, que, não trabalhadas devidamente pelo receptor, se perdem ou geram situações inusitadas” (2001, p. 190).

Como já abordamos no subcapítulo que nos referimos ao *gatekeeper* e ao *gatewatcher*; o francês Pierre Levy (1999) crê em uma comunicação que não mais será mediada pelos jornalistas, devido as particularidades das redes e da Internet. Porém Machado e Palácios são consensuais nessa questão: “Com o crescimento da massa de informação disponível aos cidadãos, torna-se ainda mais crucial o papel desempenhado por profissionais que exercem funções de “filtragem e ordenamento” desse material, seja a nível jornalístico, acadêmico, lúdico, etc” (MACHADO e PALÁCIOS, p. 6, 2003).

Dessa forma, cremos que através de um processo de filtragem e ordenamento, aliado a uma maior contextualização dos materiais oferecidos, se pode realizar o trabalho que

todo jornalista deve buscar: informar melhor. Lia Seixas (2003, p. 92) demonstra que o acadêmico americano John Pavlik defende um “jornalismo contextualizado” nos meios digitais, devido ao fato de que a atividade realizada nesses meios possui um grau de contextualização maior do que nas mídias tradicionais, constituindo um caso de demanda por esse tipo de material. Enquanto isso, a pesquisadora Sônia Padilha aponta para quais são as pretensões desse trabalho: “A informação agregada tem como missão explicar melhor, analisar, ou contextualizar os fatos. Esse é um papel mais amplo do que oferecer a informação de um acontecimento” (PADILHA, 2010, p. 10).

Pode-se fornecer contexto e informação através da criação de uma memória que tem por característica o ordenamento e a sintetização de conteúdos, formando uma espécie de indexação de um determinado tema. É esse o trabalho que vemos por característica fundamental dos “*Questions & Answers*” praticados pela BBC Internacional e Brasil, quais serão analisados posteriormente.

No entanto, não cometemos o equívoco de acreditar que esse trabalho é exercido sem qualquer interesse. Notamos que a comunicação online, assim como todo processo de comunicação (do qual faz parte o jornalismo), não é isento de ideias e ideais, seja qual for a parte que está se enunciando. Então temos de considerar que o ator do processo é uma empresa, e logo possui seus interesses particulares, que serão transmitidos ao longo do discurso realizado na narrativa seja de forma sutil ou clara. Esse é um dos pontos que pretendemos levantar e aprofundar na análise a seguir.

4 - O FORMATO *QUESTIONS & ANSWERS* E A ANÁLISE DO MATERIAL PRODUZIDO PELA BBC

No presente capítulo dedicaremos o trabalho, em especial, à parte analítica de nosso estudo. Porém antes realizaremos algumas considerações teóricas acerca do momento que vive o jornalismo e principalmente em relação ao formato que iremos analisar: Os *Questions & Answers*²⁵. O Q&A é um modo de se abordar um determinado assunto valendo-se em sua apresentação de uma “troca” entre perguntas e respostas, remetendo a um diálogo. Esse modo pode ser utilizando em diversos tipos de assunto com diversas formas de abordagem. De toda forma, com a utilização desse modo pretende-se explicar o assunto e torná-lo mais natural ao leitor, ao mesmo tempo que se realiza o resumo e a contextualização. Devido a isso cremos que os Q&A são um método eficaz na realidade em que vivemos, na qual a grande maioria dos leitores não possui tempo para explorar toda a gama de informações que são disponibilizadas na rede.

4.1 – LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O FORMATO Q&A

Há de se considerar que os objetos que escolhemos estão representando um trabalho prático daquilo que já foi abordado nos capítulos anteriores, que se resume na tentativa de se explorar um jornalismo mais explicativo e contextualizado.

Inicialmente nos valem do autor finlandês Ari Heinonen que faz a seguinte consideração:

...a ênfase do jornalismo vai mudar do “conteúdo” para o “contexto”. Isso implica em consideráveis mudanças no papel do jornalista: ao invés de ser um transportador de pedaços individuais de informação, os jornalistas deverão oferecer um material contextualizado e explicativo (HEINONEM, 1999, p. 50)²⁶

²⁵ - A partir desse momento utilizaremos a sigla Q&A para nos referirmos a nomenclatura desse formato.

²⁶ - Tradução nossa para: “The emphasis shifts from 'content' to ‘context’. This implies in considerable changes

Tal trecho vai ao encontro do que propõe a teoria do *gatewatcher*, apostando que o jornalista deve oferecer um trabalho que vai além do seu tradicional papel. Como ele não mais é o único divulgador de informações nesse mundo cada vez mais complexo, que é composto por redes e se baseia na Internet como grande meio de comunicação, cabe ao jornalista adaptar o seu trabalho: ele deve filtrar, tecer explicações, prover contexto para evitar que o grande número de mensagens circuladas possa confundir e desinformar os usuários.

Dominique Wolton afirma que “quanto mais numerosas e complexas são as mensagens, mais necessários se tornam os intermediários” (WOLTON, 1999, p. 277) os quais, no caso, seriam os jornalistas. Entretanto, para se realizar um trabalho que busque a síntese de um material que possua como características a capacidade de contextualizar e explicar é possível se recorrer a várias formas, dentre as quais o formato *Questions & Answers* (Perguntas e Respostas) é um deles.

Para realizarmos nossa análise, antes necessitamos entender como se constitui esse formato e o porquê da sua utilização na tentativa de se praticar determinada forma de jornalismo. Para isso, utilizaremos como base o estudo feito por Dennis Hall (1994), que constrói uma abordagem bastante completa sobre o formato Q&A.

Em seu estudo datado da metade da década de 90, Hall (1994, p.2) afirma que desde o apogeu do discurso platônico dos séculos XV e XVI não existiam tantos materiais que recorriam a troca entre os interlocutores. Segundo Hall apesar de não percebido – tanto por parte dos produtores como dos consumidores – a utilização desse material é presente em diversos contextos "dos mais mundanos aos mais profundos" (HALL, 1994, p.3). Ou seja, de materiais com teor utilitário, jornalístico, expositório e mesmo de orientação (os FAQ²⁷). O

of the journalist's role: instead of being a conveyor of individual pieces of information, journalists should offer contextualised and explanatory material”.

²⁷ - FAQ – Acrônimo para *Frequent asked questions*, no qual se resume as perguntas mais frequentes acerca de um assunto. Busca-se fornecer um melhor entendimento do assunto e evitar a redundância de informação.

autor argumenta que esse modelo costuma ser usado para explicação, pois as pessoas estão mais propensas a conversação do que a declamação, ou seja, o formato de perguntas e respostas se aproxima mais de uma conversação do que os textos corridos, gerando maior naturalidade e aceitabilidade por parte do leitor.. Então, se considerarmos que o autor faz esse apontamento há quase duas décadas, podemos ter uma visão de que esse processo é válido quando o estendemos ao ambiente da Rede, como por exemplo nos Q&A que são nossos objetos de estudo, nos quais se busca a explicação e a aproximação do leitor.

Dennis Hall recorre ao modelo do diálogo proferido por Platão para apresentar a capacidade fornecida pelo Q&A. “Como demonstrou Platão, a aparição do diálogo se presta a persuasão, dessa forma não se surpreende que o formato de perguntas e respostas se tornou um elemento básico do discurso comercial e burocrático”²⁸ (HALL, 1994, p. 3). Dessa forma, podemos inferir que a utilização de tal modelo tem prioritariamente a capacidade de persuadir o seu leitor.

Quanto à forma do Q&A, Hall também tece importantes considerações. Dentre elas os destaques são:

- As respostas são maiores que as questões, que são rotineiramente curtas;
- A escrita do documento é feita a parte, porém ele é frequentemente incorporado em documentos maiores (no caso jornalístico em reportagens especiais);
- O efeito visual e tipográfico aliado a mudança que ocorre entre a interrogação e declaração, percebida no processo de leitura, passa a representação de que se ocorre uma troca ;

A partir desses pontos, o autor (1994, p. 4) considera que as questões propostas no Q&A se apresentam como aquelas que os leitores têm, ou que provavelmente

²⁸ - Tradução nossa para: "As Plato demonstrated, the appearance of dialogue lends itself to persuasion, so not surprisingly the question and answer format has become a staple of commercial and bureaucratic discourse".

tenham, em mente acerca do assunto abordado pelo material. Conseqüentemente, se presume a representação da curiosidade do leitor ou o que ele precisa saber acerca do tema. Diferente das questões “da vida real”, essas questões não se encontram em aberto. Elas podem se referir a questões sérias ou de teor emocional complexo, porém é uma regra que elas sejam intelectualmente descomplicadas e conceitualmente simples – claro que de forma a concordar com o que o contexto permite.

Por sua vez, Hall (1994, p. 4-5) considera que as respostas se apresentam como uma voz de autoridade, a qual é sábia o bastante para antecipar as questões de interesse do leitor, e assim satisfazer sua curiosidade e necessidade de conhecimento. A fonte da resposta é personalizada ou mesmo não identificada – permanecendo anônima – o que cria um sentimento de autenticidade. Com algumas exceções, a regra é que as respostas são simples, diretas e, assim como as perguntas, não são ambíguas. “As questões possuem, por assim dizer, a “sensação” de “respostas corretas”; elas exibem confiança e buscam inspirá-la”²⁹ (HALL, 1994, p. 5).

Dessa forma, o autor faz uma consideração bastante importante sobre o que pretende o formato Q&A:

O que nós temos no formato de perguntas e respostas, então, é um modelo de arranjo de prosa que procura, seja tornar a informação acessível ou divertida, seja entregar com sucesso um conteúdo polêmico, imitando a linguagem falada com a impressão da prosa expositória (HALL, 1994, p. 5)³⁰

Há de se lembrar, no entanto, que esses materiais são feitos pela mesma pessoa ou uma equipe que ao desenvolver o conteúdo em formato pergunta e resposta já possui previamente as respostas. Assim, não existe uma interrogação e resposta genuína, uma troca de fato. Contudo, Hall (1994, p. 5) afirma que o Q&A é a forma que mais cresce no

²⁹ - Tradução nossa para: "The questions have, if you will, the "feel" of "right answers"; they exhibit confidence and seek to inspire it."

³⁰ - Tradução nossa para: "What we have in the question and answer format, then, is a model for the arrangement of prose that seeks either to make information accessible or amusing or to deliver successfully a controversial content by mimicking spoken dialogue in the print of expository prose"

fornecimento de informações acerca de assuntos complexos e na construção de um panorama de um conflito, e que isso se torna mais frequente se estiverem presentes a complexidade e a controvérsia.

Considerando o formato Q&A, o autor (HALL, 1994, p. 6) recorre mais uma vez a Platão, explicitando que tal formato possui a capacidade de superar a resistência do leitor de duas formas: seja pelo processo de leitura, ou em relação ao teor da mensagem. Sendo assim, um assunto complicado se torna mais palatável nesse formato, e um assunto ao qual determinado leitor não tem interesse, conseqüentemente se torna mais atraente. Segundo Hall (1994, p. 6-7), os Q&A agem na resistência dos leitores de três formas: tornando um assunto maçante divertido, abordando um assunto complexo fazendo com que as informações cruciais se tornem acessíveis, e modelando os termos de uma disputa, assim fornecendo garantias para um eventual suporte da mesma.

Para Dennis Hall, o fato de os Q&A serem tão presentes e obterem sucesso nessas três formas corresponde a uma demanda e aceitação dos leitores por se tratar de um material que apresenta conceitos de forma mais acessível. Segundo ele, a utilização desse material “pode ser visto como a manifestação da condição da pós-modernidade que evidencia a visão, agora generalizada, do poder da linguagem na construção da realidade, especificamente pelo poder do diálogo”³¹ (HALL, 1994, p. 7).

O autor (1994, p. 11) considera que os Q&A também servem para a incrível profusão de assuntos que lidamos na pós-modernidade, inclusive tecendo críticas a esse aspecto. Porém há de se considerar que em um mundo cada vez mais esparso, fragmentado e complexo, a quantidade de assuntos e informações ofertadas no âmbito da internet é enorme, inalcançável a um usuário comum, e que de certa forma, os Q&A podem suprir a necessidade

³¹ - Tradução nossa para: “may be usefully seen as a manifestation of the condition of postmodernity and evinces the now widely held view of the power of language to construct reality, specifically through the force of dialogue”.

básica daqueles que desejam compreender o retrato do que se passa no mundo, fornecendo as informações cruciais e inculcando o contexto nas questões abordadas.

Destacamos também que, como tratamos do ambiente virtual e não de algo que já foi fechado e publicado, esses Q&A disponibilizados na internet podem ser constantemente atualizados com novas informações acerca do assunto. Esse processo é bastante comum e difundido. Dessa forma, o material não se torna obsoleto (porém continua sendo tratado inevitavelmente como notícia “fria”³²) atualizando novos pontos de vista e fatos, contudo mantendo em seu corpo as informações que são essenciais independente das atualizações, fornecendo o contexto e traçando o histórico da problemática.

4.2 – APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA PARA ANÁLISE DOS Q&A

Analisaremos os Q&A em busca de pontos em comum que eles possam vir a apresentar entre si, além de também tentar comparar o que Dennis Hall aponta como características ao que será encontrado nesse material. Tentaremos de forma complementar entender o discurso que é utilizado nesses Q&A – (quais são as técnicas em cada uma dos parâmetros, o que se diz acerca do assunto, qual é a visão do meio que produz o material). Focaremos também, em um procedimento final da análise, entender qual é a aplicação que esses materiais podem ter na realidade em que vivemos diante de sua utilização na rede.

Em nossa análise escolhemos quatro Q&A produzidos pela BBC: dois deles se encontram no site da BBC Brasil em português, sendo que um deles foi exclusivamente produzido para e pela sucursal brasileira. Os outros dois se encontram no site da BBC Internacional, em inglês. Os assuntos abordados por esses materiais, como vimos anteriormente, se referem a questões mais complexas que vão além de um simples fato. Essas

³² - A notícia “fria” se trata de um jargão jornalístico que se relaciona a uma notícia que teria um caráter atemporal, ou seja, não perderia seu significado e valor algum tempo após sua publicação.

questões são permeadas de controvérsia e possuíram uma sequência de suítes de matérias para a cobertura de todo o ocorrido – sendo assim os Q&A estão presentes para destacar as informações cruciais e fornecer contexto.

Um detalhe que merece atenção é que a estrutura textual dos Q&A analisados segue um padrão: antes que se comece a realizar o “jogo” de perguntas e respostas existe um texto de apresentação, como um cabeçalho de entrevista ou chamada introdutória para o assunto em que questão, seguindo o tradicional formato de *leads e subleads* jornalístico. Para a análise escolhemos os seguintes Q&A:

Dois deles são publicados pela BBC Brasil: *Entenda a crise na Grécia e suas implicações* e *Senado aprova texto-base do Código Florestal; entenda as mudanças*. Os outros dois são publicados pela BBC Internacional: *Greece Q&A* e *Austerity debate*. *Entenda a crise na Grécia e suas implicações (1)*³³ é o título do Q&A da BBC Brasil que trata da crise grega. Ele foi atualizado em 29 de junho de 2011, e em seu título podemos notar a “denominação” que a BBC Brasil dá aos seus materiais que possuem o formato de perguntas e respostas, a qual geralmente contém o verbete “entenda”.

Já a BBC Internacional resume o seu material explicativo acerca da crise europeia em um título bastante sugestivo: *eurozone crisis explained* (crise na zona do euro explicada). Esse material é recente (um data de 15 de maio e o outro de 23 de maio de 2012) e se encontra em uma “zona” especial do site, dedicada exclusivamente à crise europeia, que tem como uma das subseções “Making it clear”. É nessa parte que encontramos os dois Q&A que vamos analisar. No entanto, no momento em que se vista o site pode-se encontrar ambos Q&A com títulos diferentes do que se encontra ao clicarmos neles e também nota-se que eles não estão relacionados um ao outro diretamente.

³³ - Para nos referirmos a cada Q&A apresentado utilizaremos a numeração correspondente, que se encontra ao lado do título de cada um.

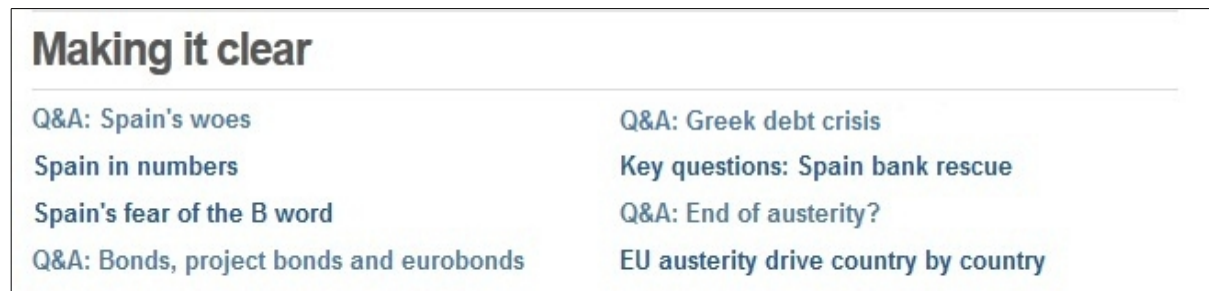


Figura 1 – Box da seção “Making it Clear” do site da BBC Internacional

Nessa página especial eles possuem os respectivos títulos: *Q&A Greek Debt Crisis* e *Q&A: End of austerity?*. Porém na página em que acessamos seu conteúdo ambos estão relacionados na mesma seção “*eurozone crisis explained*” e possuem os seguintes títulos: *Greece Q&A (2)* e *Austerity debate (3)*. Notamos que em consulta anterior, assim como se dá na página especial, ambos Q&A estavam com os títulos iniciais em suas páginas e não se encontravam linkados entre si, o que demonstra o permanente trabalho de atualização nos sites noticiosos.

Escolhemos os Q&A que abordam a questão da crise na Europa pois se trata de um assunto relevante em todo o mundo e que pode exercer grande influencia no âmbito global. Sendo assim, selecionamos dois materiais sobre o mesmo tema, mas que são separados pela sua data e pela sucursal que é publicado, para assim fazermos uma comparação com o que foi dito e com o que se diz atualmente (questão da Grécia). Já a problemática da austeridade é um tema importante ao que concerne aos cidadãos que desejam entender o quadro da economia internacional.

O Q&A exclusivamente feito pela BBC Brasil se refere, como já dito, ao novo Código Florestal brasileiro e possui o título: *Senado aprova texto-base do Código Florestal; entenda as mudanças (4)*. Elegemos tal assunto, pois se trata de um trabalho realizado em um contexto que é de interesse especial de nosso país, e que temos certeza absoluta de que não foi uma mera tradução do material desenvolvido pela matriz, pois é identificado pela assinatura

da repórter da sucursal brasileira.

Há de se apontar que em ambos Q&A realizados pela BBC Brasil não há a presença de uma “zona” especial no site acerca do assunto, somente são ancoradas notícias relacionadas aos temas dos Q&A em seu corpo. Essas notícias são relacionadas por *tags* que identificam suas temáticas. No entanto, assim como ocorre na BBC Internacional, o Q&A possui a mesma diagramação na página, com a temática em uma caixa em destaque.

Senado aprova texto-base do Código Florestal; entenda as mudanças

Mariana Della Barba
Da BBC Brasil em São Paulo
Atualizado em 6 de dezembro, 2011 - 22:48 (Brasília) 00:48 GMT

O Plenário do Senado aprovou nesta terça-feira o texto-base do polêmico novo Código Florestal, colocando na reta final um processo que se arrasta há meses e vem causando discórdia entre políticos, ambientalistas, ruralistas e acadêmicos.

O texto foi aprovado no plenário por 59 votos contra 7. O relator, Jorge Viana (PT-AC), acatou 26 das dezenas de emendas ao texto-base, também aprovadas pelo Plenário.

O projeto, modificado, volta agora para a análise da Câmara, que já havia aprovado em maio a versão do deputado e hoje ministro do Esporte, Aldo Rebelo (PC do B-SP). Depois da votação dos deputados, ele seguirá para sanção presidencial.

Enquanto muitos senadores elogiaram o projeto organizado pelos relatores Luiz Henrique da Silveira (senador PMDB-SC) e Jorge Viana (PT-AC), ambientalistas organizaram protestos em Brasília, na tentativa de pressionar a presidente Dilma Rousseff a vetar a lei.

O novo Código Florestal, que determina como será a exploração das terras e a preservação das áreas verdes do país, está envolto em polêmicas. Entenda as principais delas:

Florestas

Brasil perde para outros Brics na hora de proteger suas florestas

Em lista de 9 países, Brasil investe menos na preservação por hectare de florestas

Tópicos relacionados

Brasil, Meio Ambiente

Vídeos 1 2 3 4 5 6 7 8

Cinco mil patos passeiam por cidade chinesa

Incêndios causam destruição no Colorado

Principais Notícias

Entenda os reflexos da crise política no Paraguai
14:20 Brasília

Indonésia não confirma execução de brasileiro
10:01 Brasília

Em meio a tensões, Otan discute crise entre Turquia e Síria
06:47 Brasília

Destaques & Análises

'Ambulância dos desejos' em Israel realiza sonhos de doentes terminais
Serviço especial ajuda a realizar últimas vontades de pacientes que se encontram à beira da morte.

Figura 2 – Página da BBC Brasil que apresenta o Q&A (4), abordando o tema do novo Código Florestal

4.3 – O MÉTODO DE ANÁLISE

Em nosso trabalho utilizaremos a metodologia da análise de conteúdo, nos baseando em um dos modelos propostos pela autora francesa Laurence Bardin. Segundo ela

(1998), esse método possui a seguinte definição:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1998, p.42)

Através desse sistema, a leitura que é praticada no processo de análise acaba fornecendo uma compreensão que vai além da leitura “normal”. Segundo os pesquisadores Mônica Cappelle, Marlene Catarina Lopes e Carlos Alberto Gonçalves (2003, p.3) essa leitura pode “revelar o que está escondido, latente ou subentendido na mensagem”. É difundido e aceito a utilização da análise de conteúdo nas ciências sociais, no entanto, alguns autores consideram-na como fator mais utilizado em análises quantitativas. Em nosso estudo, pretendemos realizar tanto uma análise quantitativa quanto qualitativa, e nos valem da seguinte premissa para escolhermos a análise de conteúdo como método de pesquisa:

(...) a contagem da manifestação dos elementos textuais que emerge do primeiro estágio da análise de conteúdo servirá apenas para a organização e sistematização dos dados, enquanto as fases analíticas posteriores permitirão que o pesquisador apreenda a visão social de mundo por parte dos sujeitos, autores do material textual em análise (CAPPELLE, LOPES, GONÇALVES, 2003, p. 4)

A citação supracitada exemplifica também a nossa metodologia de trabalho. Pretendemos, em um primeiro momento, confeccionar uma tabela composta de alguns indicadores que servirão para apontar categorias que se repetem nos textos dos Q&A, organizando e sistematizando os dados, o que configurará como a etapa quantitativa. Para, assim, podermos analisar o conteúdo de cada um desses indicadores de forma individual, e em um momento posterior, de forma coletiva, buscando uma relação entre os conteúdos estudados, concluindo a etapa qualitativa. Nesse enfoque, buscaremos ultrapassar o alcance meramente descritivo na tentativa de atingir interpretações mais profundas com base na inferência dos dados.

Após uma leitura flutuante dos objetos que pretendemos utilizar, estabelecemos oito indicadores que dividimos nas seguintes categorias: *histórico*, *contexto*, *explicação*, *análise*, *opinião/ponto de vista*, *consequências*, *previsões* e *resumos*. Cada um desses indicadores foram selecionados pois entendemos que se constituem como pontos comuns entre os Q&A de diferentes assuntos (não necessariamente todos os indicadores estão presentes em cada um dos Q&A, porém vamos estudar por que isso acontece ao longo da análise), configurando uma estrutura pré-definida desse formato.

O indicador *histórico* foi selecionado pois as questões apresentadas nos objetos sempre buscam enquadrar o assunto abordado, trazendo à tona o panorama da questão – mesmo que esse histórico seja breve e recente, ele explicita a sequência dos eventos que estamos estudando. O indicador *contexto* foi escolhido pois, como já discurremos, um dos principais objetivos do nosso material de estudo é contextualizar a questão, portanto tal escolha é sensata. O indicador *explicação* segue os mesmos padrões, pois consideramos que para contextualizar algo a explicação se faz necessária, logo tal categoria não pode ser relegada. O indicador *análise* é importante pois nos Q&A tem-se o costume de se realizar análises do problema, na tentativa de promover um melhor entendimento para o usuário, e pretendemos observar qual é o enquadramento dessas análises.

Continuamos com o indicador *opinião/ponto de vista*. Ele foi selecionado pois as questões abordadas pelo material são complexas, o que pode resultar em opiniões divergentes por parte do leitor, o que faz com que os Q&A explorem a visão de outros envolvidos na problemática. Desejamos entender o porquê da seleção (ou não) de cada ponto de vista feito pela BBC. O indicador *consequências* está presente pois o material busca explicitar as consequências que determinado fato trouxe para o panorama da questão, o que é importante para compreendermos como é construída a dissertação do assunto. Já o indicador *previsões* também segue a mesma justificativa, contudo retrata o aspecto de que os Q&A

também tentam mostrar o que pode acontecer, tecendo previsões acerca do assunto e antecipando possíveis panoramas ao usuário. Quanto ao indicador *resumo* é um fator básico na elaboração do material – que é conciso – e o escolhemos para identificar a frequência de sua utilização.

4.4 – A ANÁLISE DOS Q&A

Nesse momento realizaremos a parte estritamente analítica de nosso trabalho, a qual dividiremos em uma parte quantitativa e outra qualitativa. Iniciaremos pela parte quantitativa e já munidos desses dados passaremos no próximo item à análise qualitativa, mais aprofundada.

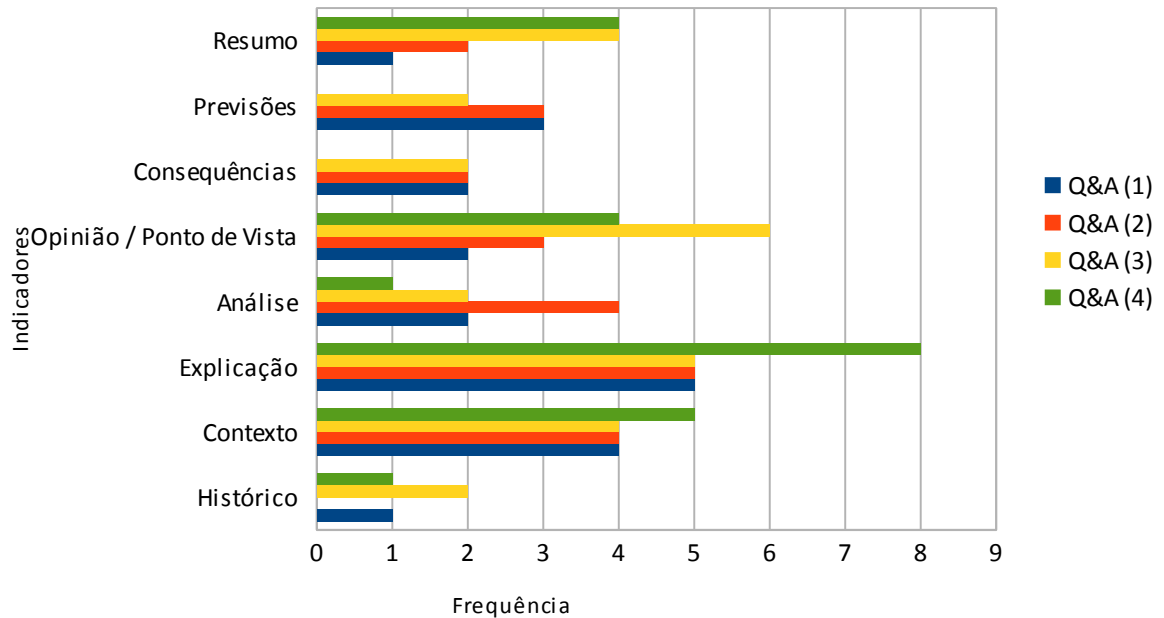
4.4.1 - Análise Quantitativa

Após confeccionarmos as tabelas³⁴ para organização da análise, chegamos ao seguinte resultado quantitativo: Entre os quatro Q&A que tabelamos somente em três casos os indicadores propostos não estiveram presentes: O Q&A (3) não possui o indicador *histórico*, enquanto o Q&A (4) não possui os indicadores *consequências* e *previsões*. Todos os outros indicadores foram encontrados, mesmo que com frequência distinta. Podemos notar essa frequência no gráfico a seguir.

Gráfico 1: Indicadores encontrados nos Q&A

³⁴ - Conferir as Tabelas 2 e 3 em anexo.

Gráfico I Indicadores encontrados nos Q&A



O Q&A (1) - **Entenda a crise na Grécia e suas implicações** - apresenta todos os indicadores. O indicador *histórico* está presente 1 vez, *contexto* 4, *explicação* 5, *análise* 2, *opinião / ponto de vista* 2, *consequências* 2, *previsões* 3 e *resumo* 1 vez.

O Q&A (2) - **Greece Q&A** - apresenta todos os indicadores. O indicador *histórico* está presente 2 vezes, *contexto* 4 vezes, *explicação* 5, *análise* 4, *opinião / ponto de vista* 3, *consequências* 2, *previsões* 3 e *resumo* 2 vezes.

No Q&A (3) - **Austerity debate** - o indicador *histórico* não está presente. Enquanto isso o indicador *contexto* aparece 4 vezes, *explicação* 5, *análise* 2, *opinião / ponto de vista* 6, *consequências* 2, *previsões* 4 e *resumo* 4 vezes.

O Q&A (4) - **Senado aprova texto-base do Código Florestal; entenda as mudanças** - não conta com os indicadores *consequências* e *previsões*. Já o indicador *histórico* está presente 1 vez, *contexto* 5, *explicação* 8, *análise* 1, *opinião / ponto de vista* 4 e *resumo* 4 vezes.

É a partir dessa descrição que chegamos a seguinte divisão de frequência entre os indicadores propostos de forma geral entre os Q&A escolhidos para análise.

Gráfico 2 Distribuição dos Indicadores

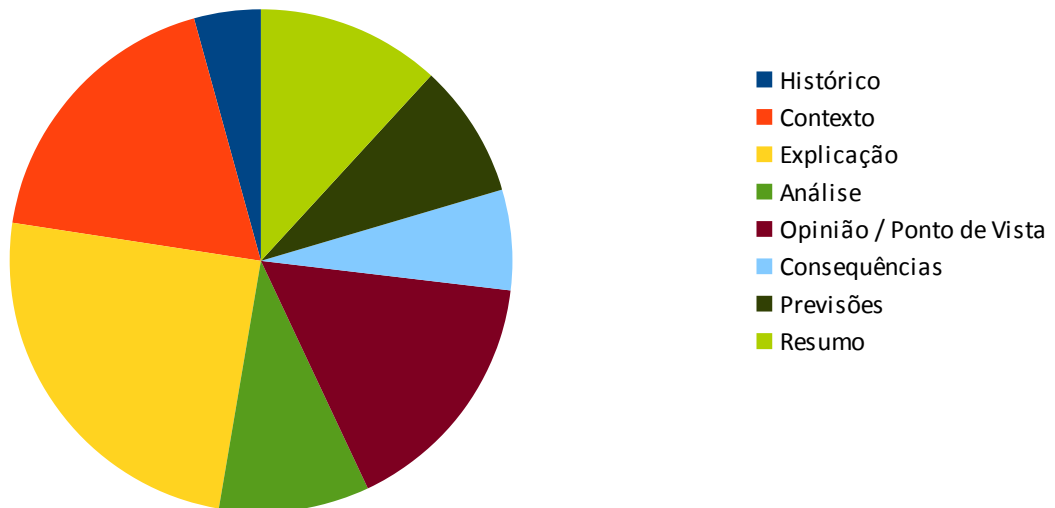


Gráfico 2: Distribuição dos Indicadores

Notamos que o indicador com maior frequência é *explicação*, com 25% (23 vezes). *Contexto* vem logo após, com 18% (17 vezes) e *opinião / ponto de vista* detêm 16% (15 vezes). Eles são seguidos de *resumo* com 12% (11 vezes), *análise* com 10% (9 vezes) e *previsões* que aparece em 9% (8 vezes). Fechando o gráfico estão *consequências* com 6% (6 vezes) e *histórico* com 4% (4 vezes).

Antes de realizarmos a análise do corpo textual de cada um dos indicadores vamos fazer uma breve listagem das perguntas na tentativa de encontrar padrões entre elas e encontrar em quais delas determinado indicador esteve presente.

4.4.2 – Análise das perguntas

Q&A (1): **Entenda a crise na Grécia e suas implicações**³⁵

³⁵ - Recomendamos a consulta da tabela III, em anexo, para uma melhor leitura e visualização.

1. *Por que a Grécia já precisa de um segundo pacote de resgate?*
2. *Por que a Grécia está nessa situação?*
3. *O que a Grécia está fazendo para reverter a crise?*
4. *Por que a Grécia não declara moratória de suas dívidas?*
5. *Então por que os países europeus não concordam logo com um novo pacote de resgate?*
6. *A crise na Grécia pode se espalhar?*

Q&A (2): Greece Q&A

1. *Why is Greece in trouble?*
2. *What has been done to help Greece?*
3. *What happens next?*
4. *Why does this matter for the rest of Europe?*

Q&A (3): Austerity debate

1. *What is austerity?*
2. *What is the problem with austerity?*
3. *What are the alternatives?*
4. *What does Mr Hollande propose instead?*
5. *Is it possible to renegotiate the fiscal pact?*
6. *What about in Greece? Could the bailout fail?*

Q&A (4): Senado aprova texto-base do Código Florestal; entenda as mudanças

1. *O que é o Código Florestal?*
2. *Por que ele precisa ser alterado?*
3. *Quais as novidades do novo Código Florestal?*
4. *Qual a avaliação que ruralistas fazem do novo Código?*
5. *O que dizem ambientalistas e acadêmicos?*
6. *O que são as APPs, um dos principais pontos de discórdia?*
7. *Qual a diferença entre APP e Reserva Legal?*
8. *O que é um módulo fiscal?*

Temos um total de 24 perguntas nos quatro objetos que estudamos. Percebe-se que as formas mais utilizadas de construção são “Por que (*why*)” – utilizada seis vezes – e “O que (*what*)” – que aparece 12 vezes. Há também no Q&A (4) a forma “Qual/Quais” e a utilização de “Could (poderia)” na pergunta 6 do Q&A (3), o que representa uma exceção, pois a grande maioria das perguntas são assertivas e não condicionais. Essas perguntas assertivas demonstram uma espécie de “conhecimento enciclopédico” por parte do material, no qual se aponta uma solução simples da questão. Já nos Q&A (1) e (3) existem formas que

não possuem um padrão entre si, mas que são utilizadas para apontar uma questão mais sensível – falamos das questões 6 (1) e 5 (3) – ambas contém em suas respostas indicadores chaves que demonstram isso: *contexto, análise e previsões*.

Partiremos agora para uma análise detalhada de cada um dos indicadores, buscando entender a forma como eles se apresentam por que são utilizados. Faremos também um trabalho analítico para relacionar o uso do formato Q&A com o que vimos anteriormente nos argumentos teóricos. Há de se destacar que apesar das respostas serem sucintas, estão carregadas de informações essenciais acerca do assunto a qual se referem, no entanto sabemos que essa construção não é feita de forma ingênua e simplista.

4.4.3 – Análise Qualitativa

Explicadas as características quantitativas das respostas e as características das perguntas do material, podemos dar um passo além e passar para a descrição do corpo textual de cada delas. Se olharmos rapidamente, perceberemos que os “Q&A” possuem um texto explicativo, o que pode remeter à função pedagógica de contextualizar e explicar o assunto aos leitores. Porém a sua estrutura e intenção não são assim tão simplistas. No corpo do texto também pode-se notar outros aspectos, os quais mostraremos ao longo da descrição de cada um dos indicadores propostos.

1) Histórico

Iniciaremos a nossa análise pelo indicador *histórico*, o qual dentre todos possui a menor quantidade de aparições nos Q&A – um total de quatro. Há de se notar que, em geral, esse indicador aparece somente nas duas primeiras perguntas, o que aponta a função do *histórico* de apresentar e traçar os acontecimentos essenciais da questão a qual determinado Q&A vai abordar.

No Q&A (1), que trata da crise financeira que vem acontecendo na Grécia, encontramos na resposta de sua *primeira pergunta* o indicador *histórico*, apresentando um panorama do que ocorreu, com a data de quando foi aprovado o pacote de resgate original (maio de 2010). O conteúdo demonstra que a Grécia recorreu à União Europeia e ao FMI e aponta os acontecimentos que levaram à necessidade de um segundo resgate financeiro. Segundo o texto dessa primeira resposta, “a agência de classificação de risco S&P recentemente deu à Grécia a pior nota de risco do mundo”, fazendo com que o país não obtenha dinheiro para quitar suas dívidas.

No Q&A (2), que também tem como tema a Grécia, mas que também trabalha a questão política, encontramos referências ao histórico da questão na *primeira e na segunda pergunta*. Ao longo da primeira resposta mostra-se que os gastos públicos exagerados levaram a Grécia à situação crítica na qual se encontra. Na *segunda*, traça-se um histórico dos empréstimos que a Grécia realizou: Um de 110 bilhões de euros feito em 2010 e outro de 130 bilhões contraído no início desse ano. Essas informações disponibilizam ao leitor os eventos que ocorreram até se chegar a tal situação, possibilitando o entendimento do que será apresentado posteriormente no material.

No Q&A (4), que possui como tema o polêmico Código Florestal brasileiro, encontramos o indicador na *primeira pergunta*, que traz um breve histórico do processo de elaboração do Código Florestal, apontando a data da sua criação (1965) e quanto tempo levou para ser concluído (dois anos). A perspectiva utilizada abrange o panorama que a BBC julga importante ou necessário apresentar para que se tenha um entendimento da questão, mesmo que ela não seja apresentada de forma completa. São os fatos básicos que aconteceram e podem demonstrar a situação atual do assunto, tendo como função preparar o leitor para o que será apresentado acerca do tema ao longo do material.

2) - Contexto

Entendemos que uma das principais funções dos Q&As seja contextualizar o assunto abordado, o que nos faz apontar o indicador *contexto* como um dos mais importantes. Sendo assim, ele é menos frequente somente que os indicadores *explicação* e *opinião / ponto de vista*. Em todos os Q&A o contexto aparece já no *lead* do material, sendo também encontrado nas duas perguntas iniciais em três dos Q&A analisados. Isso demonstra que os produtores desse material consideram relevante fornecer o contexto da questão principal logo no início, mas também ao longo do conjunto quando se necessita contextualizar determinado âmbito de uma questão, podendo estar presente de forma ocasional ao longo do Q&A.

No Q&A (1), o *contexto* aparece logo no *lead*, ou seja, no primeiro parágrafo que tem por função introduzir o assunto a ser abordado. Nele se aponta que em Atenas os protestos populares acontecem em meio à aprovação do pacote de medidas de austeridade. São apresentados os atores na questão (Fundo Monetário Internacional, União Europeia e Grécia) e a informação de que o país necessita dessas medidas de austeridade para receber a “última parcela do resgate financeiro”. Informa também que um segundo empréstimo já está em formulação, no intuito de evitar a moratória.

Na *primeira pergunta*, o *contexto* é fornecido ao mesmo tempo em que se realiza o *histórico*, na parte do texto em que se demonstra a razão para se contrair o empréstimo: “o país estava tendo dificuldades em obter dinheiro emprestado no mercado para quitar suas dívidas”. Apresenta-se os credores deste empréstimo, FMI e UE, e explicita-se a intenção do Governo ao realizar essa atitude, que é sanear a economia. Aponta-se também que não se obteve sucesso nessa ação e se conclui que a Grécia continua com dívidas sem ter como quitá-las.

Na *segunda pergunta* contextualiza-se o porquê de a Grécia se encontrar nessa situação. Segundo o texto, ela gastou mais do que podia, pedindo altos empréstimos ao

mercado. O país também teve gastos públicos altos, ao mesmo tempo em que enfrentava os cofres do Estado vazios e a evasão de impostos, o que o tornou vulnerável à crise mundial de 2008. Isso fez com que investidores exigissem maiores juros para novos empréstimos. Na *sexta pergunta o contexto* da questão é fornecido quando se aponta a possibilidade de ocorrer problemas caso a crise grega se espalhe, chegando a Irlanda e a Portugal, países que já tiveram resgates econômicos por parte da UE. O problema está no fato de que esses resgates foram estruturados para ajudar os países até que fossem novamente capazes de obter dinheiro no mercado e não para que declarem sua moratória.

No Q&A (2) encontramos o *contexto* da questão grega já no *lead* quando se informa que depois de meses discutindo a possibilidade de a Grécia sair da Zona do Euro, os agentes políticos europeus já começam a considerar essa possibilidade. A contextualização continua no *sublead*, momento no qual se fala da dificuldade política grega – a rejeição das medidas de austeridade, que foram propostas pela UE e pelo FMI, por parte do povo e da esquerda – e a questão de negociação da dívida que por lado tem a Alemanha e seu perfil conservacionista e por outro o resultado da disputa eleitoral grega, que pode influenciar na declaração da moratória ou não.

Na *primeira pergunta o contexto* é fornecido através da *análise* da situação grega. Afirma-se que o Estado vinha gastando mais do que podia, mesmo antes de fazer parte da UE, e que essa situação piorou após a entrada no bloco e a adoção do Euro – houve um aumento de 50% dos gastos em oito anos. Mostra-se que as dívidas da Grécia após a crise mundial de 2008 alcançaram um nível que ela não podia arcar, tendo de recorrer à UE e ao FMI.

Na *segunda pergunta, o contexto* é fornecido no momento da explicação. Enumera-se o que foi feito para ajudar a Grécia: Dois empréstimos, o cancelamento de mais de 50% das dívidas pela maioria dos credores e o renegociamento dos empréstimos, oferecendo menores taxas. Esses fatos demonstram ao leitor a série de medidas que já foram tomadas,

evidenciando o panorama de ações. Em nosso estudo foi complicado separar os indicadores *contexto* e *explicação*. Nosso padrão para essa separação foi baseado no fato de que o contexto não é a explicação em si, mas sim aquela informação que se faz necessária para entender o quadro da situação. Como dissemos inicialmente, o *contexto*, no caso, é fornecido ao longo desse momento informativo. Em termos expositivos de nosso trabalho, citaremos a parte referente ao contexto de forma mais breve, apontando os fatos, enquanto traçaremos a totalidade da explicação do caso em seu respectivo indicador. Na *quarta pergunta* o *contexto* também é fornecido no momento da explicação, porém ele tem importância em especial para essa pergunta, pois foca na importância do pagamento da dívida por parte da Grécia. Caso essa dívida não seja honrada, haveria o risco de que países como Espanha e Itália não paguem as suas próprias dívidas, contaminando a economia mundial e também gerando riscos de criar uma crise bancária mundial.

No Q&A (3) encontramos o *contexto* antes das perguntas, no momento do *lead*, quando se apresenta o novo panorama político que se instaura com o novo presidente da França, o socialista François Hollande. De forma resumida, aponta-se que Hollande, que havia prometido uma renegociação nos pactos pró corte de custos governamentais – também conhecido como medidas de austeridade –, acredita que o caminho para o crescimento europeu não se baseia somente na austeridade, que ela não pode ser a única opção. Diferente do que vimos nos outros Q&As, o Q&A (3) não segue fornecendo contexto em sua primeira e segunda perguntas, que são perguntas com um teor explicativo. O *contexto* é encontrado na *quarta pergunta*. Nesse caso contextualiza-se a questão acerca da proposta de François Hollande para o crescimento econômico, que é de estimular a economia criando empregos e implementando novas taxas aos bancos. O *contexto* é o momento em que se informa que o presidente eleito baseou sua campanha presidencial na renegociação do pacto fiscal da UE, colocando maior ênfase no crescimento do que no limite orçamentário dos países.

Há *contexto* também na *quinta* e na *sexta pergunta*. Na *quinta*, o contexto da negociação do pacto fiscal da UE é fornecido através de vários atores envolvidos na questão com a apresentação de suas respectivas ideias (tal conteúdo será abordado mais adiante, no tópico em que analisaremos o indicador *opinião / ponto de vista*). Há de se notar que parte do contexto fornecido é baseado na análise de um editor da BBC, Andrew Walker, editor de economia do Serviço Mundial da BBC. Walker acredita que há algumas semanas as ideias de Hollande pareciam ter deixado a Europa insatisfeita, mas que agora existem sinais de que há uma maior aceitação delas. O texto também aponta que 25 dos 27 Estados da UE assinaram o documento do pacto fiscal, que está no momento em processo de ser ratificado nos próprios países. Enquanto isso, na *sexta pergunta*, afirma-se que o futuro da Grécia está mais uma vez indefinido, pois na última eleição nenhum partido obteve 20% dos votos – o que levou a uma nova eleição.

No Q&A (4) encontramos o *contexto* da questão fornecido já no *lead*. Aponta-se, no caso, quem está em embate diante do texto polêmico do novo Código Florestal: políticos, ambientalistas, ruralistas e acadêmicos. A aprovação do texto-base estaria “colocando na reta final um processo que se arrasta há meses e vem causando discórdia”. Na *primeira pergunta* aponta-se o a necessidade de reformulação do Código Florestal e sua importância. Segundo o texto, o Código é de interesse comum a toda população, pois estabelece limites, compensações e penas para atividades que estão ligadas a exploração da terra no Brasil.

Encontramos *contexto* também na *segunda pergunta*, que explica por que as mudanças no Código devem ocorrer. Segundo o texto, ele deveria ser atualizado “para se adaptar à realidade brasileira e mundial e também porque foi modificado várias vezes por decreto e medidas provisórias”. Há também *contexto* na *terceira pergunta*, quando se informa que desde que o projeto do Código foi apresentado, sofreu várias alterações. Na *quarta*,

contextualiza-se a questão apontando que durante o processo do novo Código, líderes da bancada ruralista apresentaram restrições ao texto, porém informa-se que eles comemoram o conteúdo atual do Código.

O *contexto* se configura como parte importante dos Q&A, oferecendo os fatos e as informações necessárias para contextualizar o leitor acerca do tema e das perguntas que são trabalhadas no material. Por se tratar de um texto simples e sem muitas ambiguidades, o contexto é essencial para que o leitor possa compreender todo o panorama da questão. É um ícone do material, que busca ser conciso, porém, completo no que diz respeito à quantidade de informação.

3) Explicação

O indicador *explicação* foi o que teve maior quantidade de aparições em todo material que analisamos. O que já era de se esperar, já que o Q&A tem como sua principal função explicar a questão ou o tema que está sendo trabalhado. Como vimos no primeiro capítulo desse trabalho é a partir dos usos desses recursos argumentativos que se produz o jornalismo explicativo. Há de se notar que a explicação pode ser realizada ao mesmo tempo em que se fornece o contexto, e que ela é feita de diversas formas. Pode ser simples, completa ou até mesmo irreverente. Destacamos também que várias das perguntas anunciadas nos Q&As são perguntas que foram feitas pensando-se, justamente, em realizar uma explicação na resposta.

No Q&A (1) encontramos o indicador *explicação* nas respostas das cinco primeiras perguntas. Na *primeira*, a explicação está presente de forma complementar no momento em que se apresenta o contexto. Explica-se a razão do resgate feito pela Grécia, fato que ocorreu devido ao fato de que “o país estava tendo dificuldades em obter dinheiro emprestado no mercado para quitar suas dívidas”. A intenção com isso era dar à Grécia tempo

para sanear sua economia, reduzindo os custos dos empréstimos que o país necessitaria contrair. No entanto, segue o texto, “isso não ocorreu até agora”, o que aconteceu foi o contrário: a Grécia viu sua nota de risco chegar a pior do mundo. “Assim, o país continua tendo diversas dívidas a serem quitadas, mas não é capaz de obter dinheiro comercialmente para refinanciá-las”.

Na *segunda pergunta* encontramos *explicação* também de forma complementar ao *contexto*. Explica-se o panorama que aconteceu na Grécia até ela chegar a sua atual condição. O país gastou mais do que podia, “deixando sua economia refém da crescente dívida”. Com os cofres públicos esvaziados e a receita afetada o país ficou “totalmente vulnerável quando o mundo foi afetado pela crise de crédito de 2008”. Tal dívida fez com que investidores ficassem relutante em realizar empréstimos à Grécia, que vê hoje juros “bem mais altos” para conseguir dinheiro na tentativa de refinar sua dívida. Na *terceira pergunta* se explica brevemente o que a Grécia está realizando para reverter essa crise. O foco da ação anti-crise é um pacote de medidas de austeridade.

Na *quarta*, a explicação aparece no primeiro momento da resposta e persiste por todo o texto. Explana-se o que é moratória e por que a Grécia não a declara. Segundo o texto, a moratória significa “deixar de pagar os juros das dívidas ou pressionar os credores a aceitar pagamentos menores e perdoar parte da dívida”, e a Grécia não a declara pois essencialmente ela faz parte da UE, e tal atitude estimularia outros países a fazer o mesmo, complicando a situação europeia como um todo. Caso isso acontecesse, os custos para empréstimos tomados por países menores da UE aumentariam significativamente, “sendo que alguns deles já sofrem para manter seus pagamentos em dia”. Tal atitude também traria maior necessidade de fundos do Banco Central Europeu.

Já na *quinta pergunta* percebemos que a explicação para se entender o panorama europeu em relação ao empréstimo a ser realizado para a Grécia – foca-se na posição da

Alemanha e da França e no desejo de que os bancos privados entrem nessa ajuda ao país em crise. Nicolas Sarkozy (na época o presidente da França) já havia chegado a um acordo com os bancos franceses de que eles ajudariam nesse plano, uma vez que as instituições alemãs já estariam interessadas nesse modelo de ação. “No entanto, existem temores de que o envolvimento destas instituições traga graves riscos ao mercado financeiro”, aponta o texto. No entanto, as agências de classificação de crédito – o texto explica qual é a função delas: “estimam se a compra de bônus das dívidas dos países vale ou não a pena” – são indolentes a essa manobra. As agências de crédito afirmam que uma mudança da dívida grega será considerada “um calote técnico”, que pode levar à insolvência, enquanto a agência de risco Moody's “declarou que pode rebaixar a nota dos três maiores bancos da França por causa de sua vulnerabilidade à dívida grega”.

No Q&A (2) encontramos o indicador *explicação* em todo o material, inclusive em seu *lead* e *sublead*. Nessa parte explica-se o que os termos impostos pela UE e pelo FMI para que se realize o resgate são termos que demandam as medidas de austeridade, na tentativa de realizar o pagamento das dívidas gregas. Na resposta da *primeira pergunta* utiliza-se o termo “déficit”, com uma explicação para seu significado: é a diferença entre os gastos que se tem e o que se arrecada.

Na *segunda pergunta* inicia-se a explicação do que se realizou para ajudar a Grécia. Chamamos atenção para a irreverência do texto que, de certa forma, representa uma quebra de padrão se levarmos em consideração a linha editorial comumente adotada pela BBC. Acerca do que foi feito, o texto diz: “In short, a lot” (ou seja, “Em poucas palavras, muito”). Afinal, foram realizados dois empréstimos, o cancelamento de mais de 50% das dívidas pela maioria dos credores e o renegociamento dos empréstimos que já haviam sido contraídos, oferecendo menores taxas. Explica-se também na resposta que, sem um crescimento econômico, a Grécia não pode aumentar suas arrecadações, tendo que pedir ajuda para pagar

seus empréstimos.

Já na *terceira pergunta* explica-se que todas as atenções da UE estão voltadas para a eleição de junho que aconteceria na Grécia – o texto aponta que é ela quem definiria o que poderia acontecer em relação a situação grega. Na *quarta pergunta* encontramos a *explicação* iniciando mais uma vez de forma simples e irreverente. Para responder à pergunta “Why does this matter for the rest of Europe?” (“Por que isso importa ao resto da Europa?”), a resposta começa da seguinte forma: “It matters a lot” (“É muito importante”). Uma resposta curiosa se pensarmos que foi elaborado pela mesma pessoa ou equipe que produziu a pergunta, já que, como vimos, trata-se de um material de cunho didático-explicativo e não propriamente um jogo com entrevistador e entrevistado. Ao longo do texto explica-se uma questão trabalhada no Q&A (1), no qual vimos a importância do pagamento da dívida por parte da Grécia. Caso essa dívida não seja paga, aumentaria a possibilidade de que outros países (Espanha, Itália) não paguem suas dívidas, fazendo com que os investidores não comprem os papéis desses países, resultando no fato de que eles não poderiam pagar suas dívidas – criando um círculo vicioso. Isso poderia levar também a uma crise bancária mundial, pois os bancos estariam mais relutantes em emprestar dinheiro entre si, e porque os bancos gregos devem a diversos outros bancos europeus – há de se notar que os investidores também migrariam para bancos menos vulneráveis, configurando a crise. No entanto, o próprio texto afirma que a Europa estaria preparando um pacote de 700 bilhões para proteger a Zona do Euro, caso a Grécia viesse a declarar moratória.

No Q&A (3) só não encontramos o indicador *explicação* na *terceira pergunta*. A *primeira* – “What is austerity?” (“O que é austeridade?”) – clama por uma explicação. A resposta explica o que são as medidas governamentais de austeridade e porque elas são aplicadas – as medidas focam em maiores impostos e diminuição de gastos e o objetivo é reduzir o déficit de um país. Explica-se também outros termos, como o que é um déficit de um

país (assim como ocorre no Q&A (2)) e o nível de dívidas de um país, que se caracteriza pela soma de toda quantia emprestada – essas são explicações breves dotadas de termos simples. Também explana-se a conjuntura de como se deu essa situação de austeridade na Europa: Após a crise financeira de 2008, o nível de dívida dos Governos europeus subiu consideravelmente, o que se somou à diminuição de impostos arrecadados, pois as instituições financeiras estavam em maus lençóis. Além disso, há considerações acerca dos gastos governamentais, no qual o texto utiliza uma forma impessoal “were also accused” (foram também acusados) para afirmar que os Governos europeus gastaram muito nos “bons tempos”, mostrando que isso se somou a ajuda aos bancos que teve de ser feita após a crise financeira, culminando na situação atual.

Vemos na *segunda pergunta* outra situação de cunho explicativo. Na resposta explana-se o porquê da impopularidade das medidas de austeridade e aponta-se uma crítica à austeridade – essa crítica é dada na palavra de uma agência de risco, por isso deixaremos para apresentá-la quando formos analisar o indicador *opinião / ponto de vista*. Essas medidas são impopulares pois “tipicamente” resultam em cortes no serviço público, aumento do limite de idade para se aposentar e redução de pensões e salários no setor público. Demonstra-se que várias economias não estão conseguindo se recuperar da recessão, o que acaba gerando apoio em relação às medidas de assistência ao crescimento, ao invés da plena austeridade.

A *quarta pergunta* trata da renegociação do pacto fiscal da eu, em que os países se comprometeriam a impor limites em seu orçamento, para então enfatizar recursos ao crescimento. Enquanto isso, na *quinta pergunta* foca-se o pacto fiscal, cujo objetivo é disciplinar os Governos nos gastos e convencer os mercados de que as finanças governamentais não vão sair do controle outra vez. No texto há um hiperlink que direciona o leitor para outro Q&A da BBC acerca dessa temática e também se encontra um link com o texto original do documento do pacto fiscal em formato .pdf. Já na *sexta pergunta* encontramos *explicação* de forma breve, falando que as parcelas do resgate à Grécia são pagas de acordo com “critérios

estritos”, mas não os explicita.

No Q&A (4) encontramos o indicador *explicação* em todos os momentos, menos na *quinta pergunta*. Na parte inicial, o *lead* e *sublead*, há uma apresentação acerca do trâmite para o projeto do novo Código Florestal e a explicação de qual é sua função: ele determina como será a exploração e preservação das áreas brasileiras – explica-se também que o código é cheio de polêmicas, as quais são apresentadas ao longo do material. A *primeira pergunta* já é de caráter explicativo: “O que é o Código Florestal?”. Sua resposta concentra-se na explicação dizendo que ele serve para regulamentar a exploração da terra no Brasil. Explicita que a terra a ser explorada é um bem de interesse comum a toda a população. Destaca que o Código estabelece parâmetros, limites e penas nesse âmbito da exploração da terra.

Na *segunda pergunta* explica-se o porquê de o Código Florestal necessitar de alterações: A existência de uma nova realidade brasileira tanto quanto mundial e as constantes mudanças que foram feitas no Código via decretos e medidas provisórias são os motivos que levam a necessidade de sua alteração. Na *terceira pergunta* não encontramos uma explicação em si, mas uma espécie de referência a explicações que estão em outras partes do texto, utilizando-se os termos “leia mais abaixo” e “ler abaixo”. Já na *quarta pergunta* explica-se uma das restrições impostas pela bancada ruralista: a defesa “de que todas as pequenas propriedades pudessem receber os benefícios previstos no Código e não apenas aquelas que se encaixam no conceito de agricultura familiar, ou seja, no qual apenas membros da família trabalham”.

Encontramos na *sexta pergunta* a explicação acerca do que são as APPs (Áreas de Preservação Permanente) e o por que o novo Código traz polêmicas nesse ponto. As APPs são os terrenos mais vulneráveis de uma propriedade particular, seja rural ou urbana. Elas devem ser protegidas, pois podem ser atingidas por deslizamentos, erosões ou enchentes. O texto cita o caso das margens de rios para apontar a polêmica da questão, pois o novo Código flexibiliza a extensão e o uso dessas áreas ribeirinhas que já estão ocupadas. Na *sétima*

pergunta diferencia-se AAP (Áreas de preservação permanente) e Reserva Legal: a Reserva legal é a parte do terreno dentro de cada propriedade que deve manter a vegetação original com o intuito de preservar a biodiversidade da área. Aponta-se ainda o tamanho de cada uma dessas reservas dentro da propriedade de acordo com os locais: 80% na Amazônia, 35% no cerrado pertencente a Amazônia Legal e 20% no restante do país. A *oitava pergunta* remete a uma explicação simples. Segundo o texto o módulo fiscal é uma unidade de medida que varia de acordo com o Estado (de 5 a 110 hectares) e é determinado pelo Incra.

Ao fazermos essa descrição podemos perceber que a explicação pode ser feita de diversas formas, seja com teor complementar ou primordial nas respostas, seja, como dissemos inicialmente, de forma completa, explicando toda a gama da situação, ou breve, explanando do que se trata um simples termo. Encontramos em diversas perguntas o direcionamento para uma resposta de teor explicativo, o que pode ser entendido como algo frequente nos Q&A pela sua própria natureza e intenção. O indicador *explicação* nos mostrou que a explicação em si é parte essencial do material e que é nesse momento que se oferece ao leitor um maior esclarecimento do assunto. Mesmo que essa explicação não aborde o tema por inteiro, às vezes sendo simplificada demais para tornar o assunto “simples”, consideramos que esse é um passo importante, apesar de inicial, para informar melhor na realidade em que vivemos hoje, principalmente diante da vastidão de informações que são consumidas na Web.

4) - Análise

A análise nos Q&A é realizada e fornecida como complemento das informações principais. A análise vai trabalhar as questões em que o entendimento vai além da explicação, estudando as forças da situação mais a fundo, avaliando panoramas e emitindo apreciações, sempre com o intuito do esclarecimento do leitor.

No Q&A (1) encontramos este indicador na *quarta* e na *sexta pergunta*. Na

quarta pergunta há duas breves análises. A primeira avalia que caso a Grécia não pague a dívida isso pode estimular outros países a seguirem o mesmo caminho e, assim, gerar juros maiores em empréstimos a serem realizados por outros países menores da UE. A segunda, como consequência, constata que devido a esse motivo, “enquanto a Europa conseguir bancar a ajuda aos países com problemas e evitar seu calote, é provável que continue fazendo isso”. Na *sexta pergunta* encontramos outra análise breve. Nela aponta-se a dificuldade por parte da Espanha de conseguir empréstimos a bons custos, avalia o tamanho da sua economia – a economia espanhola tem o tamanho das economias grega, irlandesa e portuguesa juntas – e prevê as dificuldades que a UE teria caso necessitasse resgatar o país, que apresentaremos mais adiante, quando formos analisar o indicador *previsões*.

No Q&A (2) foi encontrado *análise* em quatro oportunidades, excluindo-se somente a *segunda pergunta*. Esse Q&A foi o que teve mais momentos de análises, apresentando-a inclusive na parte inicial do material. Em seu *lead* e *sublead* notamos uma análise curta. O texto afirma que a votação que aconteceria em junho, para definir o presidente da Grécia, era vista como um referendo ao Euro. Na *primeira pergunta*, a análise é a mais importante. Todo o texto é calcado em análise: inicia-se afirmando que a Grécia já estava gastando mais do que podia antes de entrar na Zona do Euro e que após adotar uma moeda única os gastos se elevaram – um aumento de 50% em oito anos. A BBC afirma que esses gastos cresceram muito mais do que em outros países do euro. A soma dos gastos públicos à evasão de impostos, ao longo desses anos, criou um déficit que saiu controle. Em 2008, com a crise mundial, a Grécia não estava preparada, o que fez com que suas dívidas alcançassem um nível o qual ela não podia arcar, recorrendo à UE e ao FMI.

Na *terceira pergunta* as análises seguem os possíveis quadros apresentados nas previsões, que abordaremos mais adiante. Trata-se de uma análise, sim, porém levando em consideração possíveis panoramas futuros. Na *quarta pergunta*, as análises são feitas ao longo

da explicação do quadro econômico grego. Destacamos que o texto considera que esses potenciais cenários seriam “immeasurably worse” (incomensuravelmente piores) caso a Grécia deixasse o euro – o retorno do drachma traria uma enorme inflação, fazendo com que se tornasse ainda mais complicado o pagamento das dívidas.

No Q&A (3) verificamos o indicador em dois momentos, na *segunda* e na *quinta pergunta*. Na *segunda pergunta* há uma breve análise, em qual se direciona a outra matéria (via hiperlink) que explica o porquê da seguinte conclusão: Os Estados Unidos escolheram não cortar gastos de forma tão brusca e tão ampla, mas mesmo assim o seu crescimento econômico acabou decrescendo e seu desemprego continua alto. Dessa forma essa abordagem é questionada por “others” (“outros”; é a forma para conceder que o texto utiliza impessoalidade), que dizem que ela não necessariamente obteve maior sucesso. Na *quinta pergunta* notamos a análise da questão durante o fornecimento do contexto. Parte da análise também fica por conta de Andrew Walker, editor de economia da BBC. Ele acredita que há algumas semanas as ideias de François Hollande pareciam ter deixado a Europa insatisfeita, mas que agora elas possuem seu lugar, concluindo que o foco da Zona do Euro passou mais para o crescimento e menos para a austeridade, o que significa que o presidente francês poderia ser acomodado nas discussões. No texto também avalia-se que a Alemanha sempre dominou as renegociações do pacto fiscal já existente, porém parece que ela está aberta à ideia da promoção de crescimento no bloco em busca de maior competitividade.

No Q&A (4) verificamos *análise* somente na *segunda pergunta*, quando se aborda a necessidade de alteração do Código Florestal. No entanto, essa avaliação não aparece tão explícita, pois calca-se nas visões dos grupos envolvidos na questão para apontar o porquê dessa necessidade (vamos apresentar as visões desses grupos na seção *opinião / ponto de vista*). A única “análise” é: “na maioria dos países que vem conseguindo avançar nessa questão ambiental” - no entanto essa citação não é definida como dita por esses grupos ou emitida pela

BBC.

Identificamos que a análise é parte importante no material quando pretende-se esclarecer algo que ficou pendente na explicação ou até mesmo no contexto. Nela, apesar de trazer uma análise particular da BBC, procura-se fazer com que não fiquem ambiguidades sobre a questão. Notamos que existem análises breves, mas também encontramos análises que se aprofundam, algumas vezes se configurando como a parte mais complexa do material.

5) – Opinião / Ponto de Vista

Opinião / ponto de vista foi o terceiro indicador que mais verificamos em nossa análise, logo após de *contexto*. Em um primeiro momento essa constatação pode divergir do que estudamos acerca das características do Q&A, porém cremos que tal ocorrência pode explicar uma atitude da própria BBC utilizada nesse tipo material. Valendo-se da palavra de um agente ou uma fonte relacionada ao assunto, a BBC pode apresentar diversos pontos de vista - que, lembremos, são selecionados e que às vezes por si só podem demonstrar a linha que o órgão trabalha acerca do assunto abordado. Com esses pontos de vista de cada parte, consegue trabalhar melhor a dinâmica de forças de uma questão, e também dar voz para o discurso de cada uma das partes. De certa forma, concede maior verossimilhança ao material, pois apresenta a ideia do agente, não utilizando do discurso impessoal que possui outros indicadores como *explicação*.

No Q&A (1) encontramos *opinião / ponto de vista* em duas oportunidades: na *terceira* e na *quinta pergunta*. Na *terceira pergunta* temos as visões do setor público, dos servidores e dos sindicatos. O setor público acredita que o plano de medidas de austeridade apresentado pelo Governo grego reduz os ganhos dos servidores, já os servidores desconfiam de que essas medidas são externas (ou seja, vindas de outros países da UE) enquanto os sindicatos a chamam de “antipopulares” e “bárbaras” (o próprio texto traz esses termos entre aspas). Na

quinta pergunta, explora-se os pontos de vista dos diversos agentes envolvidos na emissão de um novo pacote de resgate. A França e seu presidente Nicolas Sarkozy que “chegou a um acordo para que os bancos franceses ajudem a Grécia”. A Alemanha e suas instituições que “já estariam interessadas no modelo francês”. As agências de crédito que “afirmaram que qualquer rolagem da dívida grega será considerada um ‘calote técnico’ ” e a agência de risco Moody's que “declarou que pode rebaixar a nota dos três maiores bancos da França por causa de sua vulnerabilidade à dívida grega”.

No Q&A (2) verificamos o indicador em três momentos. Na parte inicial (*lead e sublead*), o material vale-se do ponto de vista da Alemanha, que declara não haver possibilidade de renegociar a dívida grega. Na *segunda pergunta* identificamos um *ponto de vista* apresentado de forma impessoal. O texto aponta que “vários comentaristas” (sem citar quem são) acreditam que os empréstimos e o corte das dívidas não serão o bastante para evitar que a Grécia se retire da Zona do Euro. Na *terceira pergunta* mostra-se que os líderes europeus esperam que a economia grega comece a se recuperar devido às reformas propostas, e que, assim, a Grécia pague sua dívida e possa voltar a crescer – o texto diz “stand again on its own two feet” (levante-se novamente com seus próprios pés).

Foi no Q&A (3) que encontramos a maior quantidade de aparições do indicador em relação ao número de perguntas do material. *Opinião / ponto de vista* só não foi identificado na *sexta pergunta*, estando presente em todas as demais. No *lead e sublead* o texto utiliza-se da ideia e da fala do presidente francês François Hollande. Segundo o presidente, deve-se reforçar os esforços governamentais para longe da austeridade para atingir o crescimento: “austerity can no longer be the only option” (austeridade não pode ser mais a única opção). Na *primeira pergunta* vale-se de um ponto de vista “geral” - “widespread agreement among leaders and international institutions” (acordo geral entre os líderes e as instituições internacionais). A partir desse foco afirma-se que introduzir as medidas de austeridade seria a melhor forma de combater

a crise de dívidas na Europa. Foi dito que o mercado ia “punir” qualquer país que não estivesse fazendo o bastante para diminuir seu déficit.

Na *segunda pergunta* para evidenciar a crítica que é feita à austeridade, o texto vale-se da visão de uma agência de classificação: Standard & Poor's. Segundo a agência, a austeridade pode se converter em uma “autoderrota”, pois entra em consonância com a atitude dos consumidores: diante de um panorama preocupante eles tendem a consumir menos e a se preocupar mais com suas economias, o que diminui as receitas fiscais do país. Afirmar-se também que vários economistas são a favor das medidas de crescimento, citando o ganhador do prêmio Nobel Joseph Stiglitz. Na *terceira pergunta* vale-se da visão de Olli Rehn, comissário americano para questões econômicas e monetárias. Ele acredita que a Europa deve encontrar o balanço certo entre cortes e a estimulação da economia – segundo Rehn os cortes devem ser feitos de forma gradual e diferenciada. Enquanto isso, na *quarta pergunta*, encontramos uma questão específica que apresenta as propostas de um ator da temática austeridade. No caso, aponta-se as propostas do presidente François Hollande. Ele propõe a criação de 150 mil empregos para estimular o crescimento francês, além de introduzir dois impostos mais custosos, implementar um novo imposto em transações financeiras e aumentar o imposto de ganhos monetários dos bancos. Na mesma questão se aponta outro ponto de vista, mas de forma impessoal. Segundo o texto “some say” (alguns dizem) que se trataria de um tipo diferente de austeridade, afetando os ricos, ao invés da população como um todo, com impostos maiores.

Na *quinta pergunta* as visões dos atores compõem boa parte do texto. Pippa Malgrem, presidente do Principalis Gestão de Ativos, diz que os novos presidentes que pretendem sair da austeridade serão constringidos – seja por decisões previamente estabelecidas pelos outros Governos ou por “fatos econômicos”. O Ministro do Exterior alemão, Guido Westerwelle, afirma que o crescimento não pode ser alcançado somente com maiores gastos, mas pode ser obtido através de reformas estruturais que aumentariam a competitividade.

No Q&A (4) notamos o indicador já no *lead* e *sublead*. Nessa parte inicial apresenta-se da visão dos senadores brasileiros que elogiaram o projeto do novo Código Florestal organizado por Luiz Henrique da Silveira e Jorge Viana. Na *segunda pergunta* utiliza-se o *ponto de vista* através de “uma das urgências citadas” pelos três grupos (ambientalistas, ruralistas e cientistas) envolvidos na feitura do novo Código Florestal. Nela aponta-se a urgência da necessidade da alteração do Código: a inclusão de benefícios e subsídios para aqueles que preservam e conservam a mata. A *quarta pergunta* configura-se como uma questão essencialmente de ponto de vista: “Qual a avaliação que ruralistas fazem do novo Código?”. Na resposta mostra-se que os representantes do setor ruralista acreditam que o antigo Código era obsoleto e, assim, comemoram a situação atual. Assuero Veronez, vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, “em entrevista à BBC Brasil” disse que o novo Código foi um “calvário” e que a antiga lei atrapalhava o desenvolvimento da nação. A *quinta pergunta* também se caracteriza por ser uma questão de ponto de vista. Escreve-se no texto que, segundo ONGs de defesa do meio ambiente e especialistas na área ambiental, a tese dos ruralistas é equivocada. Eles afirmam que com as terras já exploradas pode-se dobrar a produção, aumentando a eficiência das lavouras. Para os ambientalistas, o Código possui brechas, o que pode aumentar o desmatamento e colocar em risco fenômenos naturais importantes. Segundo Ricardo Ribeiro Rodrigo, pesquisador da Esalq (não se informa o que é Esalq) e membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, um dos pontos mais graves é o perdão a quem desmatou ilegalmente no passado e a autorização de atividades agropecuárias e de turismo nas Áreas de Preservação Permanente.

Como introduzimos, *opinião / ponto de vista* apresenta as diferentes visões dos atores de um determinado tema, tornando a visualização e o entendimento das forças que agem na questão mais claras ao leitor. Isso possibilita também que o leitor entre em contato com a opinião de cada uma dessas forças, fazendo com que possa escolher com qual das

visões mais se identifica.

6) - Consequências

O indicador *consequências* é empregado durante a explicação do tema e durante o fornecimento do contexto, complementando o quadro da situação apresentada. Não costuma ser encontrado com muita frequência neste tipo de material, mesmo assim foi verificado em três dos quatro Q&A analisados, menos no Q&A (4).

No Q&A (1) encontramos *consequências* em duas oportunidades. Na *terceira pergunta* se aponta que as medidas de austeridade propostas pelo Governo grego teve como consequência a realização de protestos por parte da população, sendo “alguns deles violentos”. Na *quinta pergunta* o caso é um pouco diferente. Nela atenta-se as eventuais “consequências” que podem se dar a partir do desenvolvimento dos fatos. Não a consideramos como previsão, pois essas “consequências” foram enunciadas pelos agentes da questão econômica grega (as agências de crédito e risco) e não pela BBC. É o que apresentamos no indicador anterior: a rolagem da dívida grega como "calote técnico" e o rebaixamento da nota dos três maiores bancos da França.

No Q&A (2) também identificamos o indicador em dois momentos. Na *primeira pergunta* escreve-se que “In short term” (“em poucas palavras”) as condições dos empréstimos feitos pelos parceiros europeus e o FMI criaram os problemas gregos. Na *segunda pergunta* aponta-se que as medidas de austeridade impostas pelo Governo surtiram efeito devastador na recuperação econômica grega. Ou seja, apontam-se as consequências dos empréstimos e das medidas de austeridade.

No Q&A (3), assim como os anteriores, verificamos *consequências* em dois casos. Na *primeira pergunta* apresenta-se que após a crise financeira mundial de 2008 os níveis das dívidas governamentais dos países europeus aumentaram significativamente. Na *sexta*

pergunta mostra-se que, devido ao fato da não possibilidade de formação de uma coalizão no Governo grego, uma nova eleição foi marcada para o dia 17 de junho, prolongando a crise no país.

Percebemos que o indicador *consequências* é de simples verificação por parte do leitor, ampliando o entendimento da questão ao alinhar a causa (fato) à consequência de forma bastante direta e simplificada.

7) - Previsões

O indicador *previsões* se encarrega de tecer possíveis panoramas da questão abordada. Ele é utilizado para mostrar ao leitor o que é passível de acontecimento caso determinado fato se concretize, ou simplesmente mostra futuros possíveis de uma situação. Ele é válido pois expõe ao leitor o que pode se dar em relação à questão, fazendo com que assim este venha a compreender o todo acerca do tema do material. Não constatamos uma grande quantidade de aparições do indicador (inclusive ele não foi encontrado no Q&A (4)), o que interpretamos que se enquadra no papel do Q&A, que tem as previsões usadas de forma complementar, quando se fazem necessárias, para apresentar o que tal situação do assunto pode trazer.

No Q&A (1) verificamos *previsão* já no *sublead* do material. O texto aponta que caso a Grécia declare a moratória, existiria a possibilidade de que outros países europeus (como Portugal e Irlanda) fizessem o mesmo, contaminando o sistema financeiro mundial. Na *terceira pergunta* encontramos uma breve previsão. Na resposta afirma-se que se Irlanda e Portugal realizassem o calote de seus empréstimos, os bancos credores dessas dívidas seriam afetados, o que elevaria à demanda por fundos do Banco Central Europeu. Já a *sexta pergunta* acaba gerando instintivamente uma previsão. No texto retoma-se a previsão realizada na questão “3” e a aprofunda: Caso a Grécia declare moratória, os investidores questionariam se outros países

fariam o mesmo. Assim, se prevê o problema que a UE poderia enfrentar em caso de uma crise na Espanha. Com investidores desconfiados, que realizariam empréstimos ao país Ibérico com altas taxas de juros, “Seria muito mais difícil para a UE estruturar, caso seja necessário, um pacote de resgate para um país dessa dimensão”.

No Q&A (2) também identificamos *previsões* na parte inicial do material. Em seu *lead* e *sublead* prevê-se que mesmo que os partidos pró-austeridade vençam a eleição, a Grécia poderá ter que abandonar a Zona do Euro. O quadro traçado na *terceira pergunta* é particular, devido à característica da questão proposta: “*What happens next?*” (O que acontece depois?). Nesse caso as previsões são essenciais no texto; elas inclusive são seguidas de análises. Na resposta, traça-se os panoramas possíveis dependendo de cada resultado da eleição de junho na Grécia, e também se apresenta o panorama caso a população grega se rebelde. Caso a ala anti-austeridade ganhasse, a Grécia iria tentar renegociar os termos do empréstimo, porém caso acontecesse de a presidente alemã não mudar de postura, isso irá falhar. A Grécia poderia também congelar os pagamentos, mas isso traria uma desconfiança ainda maior por parte do setor bancário europeu. Tais quadros poderiam resultar na expulsão da Grécia do euro. Caso os que são a favor da austeridade ganhassem, a austeridade iria continuar – o texto afirma que, assim, a economia grega continuaria a sofrer. Mesmo com a austeridade, a economia da Grécia poderia continuar em contração, fazendo com ela necessitasse de mais ajuda, então, se a UE não a fornecesse outro empréstimo a Grécia poderia ser forçada a sair do euro. Caso a população se rebelasse, seria impossível continuar a austeridade, forçando, também, a saída do euro.

Na *quarta pergunta* várias prováveis consequências são apresentadas ao longo do texto. Nelas remete-se ao que pode acontecer caso a Grécia não honre suas dívidas: “If Greece does not repay its creditors, a dangerous precedent will have been set” (Se a Grécia não pagar seus credores um perigoso precedente se configurará). São três panoramas: Poderia gerar desconfiança dos investidores que não comprariam os papéis dos países endividados e fracos,

fazendo com que esses países não possam pagar suas dívidas. Poderia fazer com que bancos que estão em uma situação difícil não consigam honrar seus compromissos, fazendo com que os bancos relutem em emprestar dinheiro entre si, minando a confiança no sistema bancário global. E também poderia acontecer uma migração de investimentos para bancos de países que se encontram à parte dessa crise, fazendo com que os bancos quebrassem diante das suas dívidas. Apresentamos esses quadros por completo na seção *análise*.

No Q&A (3) encontramos o indicador em suas últimas duas perguntas. Na *quinta pergunta* não se encontra propriamente uma previsão, mas uma espécie de antecipação de como poderá se dar um fato. No caso, o texto afirma que vai ser interessante ver como o presidente francês François Hollande agirá na renegociação do pacto fiscal europeu, uma vez que o foco no crescimento é um fator importante na discussão da UE. Na *sexta pergunta* a previsão é feita de forma “impessoal”, na qual o texto escreve a opinião de alguns analistas, mas não os identifica. “Some analysts” (alguns analistas) advertiram que a Grécia poderá ficar sem dinheiro em junho, já que estará sem um Governo para negociar a próxima parcela do seu resgate. De acordo com o texto, caso esse quadro aconteça, a Grécia poderia acabar deixando a Zona do Euro.

Com as previsões o material oferece o que pode acontecer de acordo com as variações do tema abordado. Em alguns casos, percebemos que a BBC tem preocupação em tecer várias previsões acerca de um assunto, na tentativa de comportar as possibilidades reais, ampliando a visão do leitor. Verificamos também a junção de *previsões* e *análises* mostrando que tais indicadores podem se complementar, ofertando uma avaliação dos possíveis quadros futuros. Aliás, é complicado se encontrar um indicador estritamente isolado nos Q&A, pois muitas vezes eles se complementam, na tentativa de se produzir um texto leve e de fácil leitura. Reforçamos mais uma vez que a separação desses indicadores se configura apenas como uma estratégia de análise adotada neste trabalho, já que na maioria das vezes eles se apresentam

entrelaçados ao longo do texto.

8) – Resumo

O indicador *resumo* é de fácil entendimento e emprego. Ele é utilizado para apresentar a síntese de planos, medidas e acontecimentos relacionados ao tema da questão, simplificando as informações e fornecendo-os de forma clara e breve para o melhor entendimento do leitor.

No Q&A (1) verificamos o *resumo* apenas uma vez. Ele é encontrado na *terceira pergunta*. Na oportunidade apresenta-se resumidamente o plano de austeridade do Governo grego citando suas principais características e sua duração, mas sem explicá-lo de forma aprofundada ou com detalhes. “O plano prevê aumentos de impostos, cortes orçamentários, redução de benefícios previdenciários e privatizações, durante um período de cinco anos”.

No Q&A (2) encontramos o indicador na parte inicial do material. No *lead* e *sublead* o resumo da questão política e monetária da Grécia fornece o contexto do tema, por isso apresentamos essa questão na seção em que analisamos o indicador *contexto*. Na *segunda pergunta* também identificamos o *resumo* na resposta com a listagem das medidas que foram pedidas à Grécia pela UE e pelo FMI no momento de selar os empréstimos. São elas: cortes drásticos em gastos governamentais, aumento dos impostos e reformas no sistema de trabalho e de pensão do país.

No Q&A (3) identificamos o indicador em quatro momentos. Logo no *lead* resume-se o panorama europeu acerca da austeridade, dizendo que o novo presidente socialista francês, François Hollande, prometeu renegociar o acordo das medidas de austeridade. Na *segunda pergunta* se caracterizam resumidamente as medidas de austeridade: cortes no serviço público, maior idade para a aposentadoria e menores salários e pensões no setor público. Já a

terceira pergunta suscita um resumo de ideias. Há de se destacar que as ideias apresentadas não são necessariamente atribuídas a autores: no texto se utiliza “some have argued” (alguns argumentaram), “some have said” (alguns disseram). De acordo com o texto existem três visões: alguns argumentaram desde o começo da crise que a austeridade era inevitável, enquanto outros dizem que os gastos deveriam ter como foco aumentar o crescimento. Ainda existem aqueles que acreditam que isso se trata de uma questão de como se faz as economias. Na *quarta pergunta* o texto resume as propostas do presidente François Hollande, que foram apresentadas na seção *opinião / ponto de vista*.

No Q&A (4) encontramos o *resumo* logo na parte inicial quando se diz que o Novo Código Florestal é polêmico e causa discórdias. Apresenta-se o que ocorreu na reunião na qual ele foi aprovado, mas de forma resumida, apontando a vitória por 59 a 7 votos e também se informa que foram aceitas as emendas propostas. Resume-se também qual é o trâmite e a pressão que envolve o projeto: aprovado pelos deputados, agora ele corre para sanção presidencial, porém ambientalistas tentam pressionar o veto da lei.

Na *primeira pergunta* temos uma breve informação sobre do que se trata o Código Florestal – é através desse resumo que se faz parte da explicação na resposta. Como já dissemos, o Código tem por função regulamentar a exploração da terra no Brasil. Na *terceira pergunta*, resume-se as principais diferenças entre o projeto atual e o antigo. São elas: o aumento da área de conservação, a permissão do tipo de cultivo em áreas protegidas, a recomposição de Áreas de Preservação Permanente e a isenção da recomposição de áreas desmatadas por um novo grupo de agricultores. Na *quinta pergunta* enumera-se os fenômenos naturais que podem estar em risco com o novo Código Florestal: o ciclo das chuvas e dos ventos, a proteção do solo, a polinização, o controle natural de pragas, a biodiversidade, entre outros.

O *resumo* é utilizado em casos pontuais para se adicionar informação de forma

sucinta e, em geral, foi verificado ao lado do *contexto* e da *explicação*. Essa constatação é bastante razoável, pois demonstra que nos processos de explicação e de contexto muitas vezes se recorre ao resumo, seja do quadro de um acontecimento, ou na apresentação sucinta da finalidade de um órgão ou medida, para se conseguir um texto conciso, porém completo, que é a característica do texto do Q&A.

4.4.4 – Considerações acerca das análises

Após realizarmos a nossa análise temos uma consideração importante a fazer acerca da nossa divisão em indicadores, medida com intuito de viabilizar uma melhor avaliação do material. Como pode-se perceber, os indicadores que propusemos se misturam em alguns casos, pois eles fazem parte de um mesmo texto - que tem como característica ser conciso e leve, com uma certa tendência a transparecer naturalidade em suas linhas. O que realizamos, nos valendo dos indicadores, foi uma tentativa de fragmentar esse texto, com intenção de visualizarmos as funções que estão presentes nos Q&A que estudamos.

Com essa análise podemos alinhar o nosso material ao que trabalhamos no primeiro capítulo: a conveniência do gênero interpretativo/explicativo nos dias atuais. As funcionalidades que encontramos nos Q&A se assemelham a definição que anunciamos para o jornalismo interpretativo: “O jornalismo interpretativo vai além dos fatos básicos de um evento ou tópico, fornecendo contexto, análise e possíveis consequências” (HOUSTON, 2008). Tal definição sintetiza o papel dos nossos objetos de estudo, apesar de que eles constroem esses passos com uma forma textual sucinta. Encontramos também entre as definições anteriormente apresentadas outro fator que se alinha a um dos nossos indicadores: “O Jornalismo explicativo adota os pontos de vista e as perspectivas de diversos grupos (“a opinião e atitudes de grupos da sociedade”) (PARISI, 1999, p. 10). O que nos leva a inferir

que as funcionalidades dos Q&A são compatíveis dentro desse gênero explicativo, apesar de que ele não foi pensado para se enquadrar necessariamente dentro dessas características.

Podemos destacar também a relevância do material no contexto atual da Web. Com a “overdose informacional” anunciada por Wolton, a capacidade de sintetizar informação dos Q&A pode ser considerada providencial para aqueles leitores que buscam conhecer o essencial acerca do tema abordado. A importância de esse material estar disponível online é o fato de que ele pode ser consultado a qualquer momento, de qualquer lugar, seja para contextualizar um novo leitor ou para lembrar algum fator da questão que possa ter sido eventualmente esquecido, atuando como uma espécie de memória. O Q&A na plataforma da Web também pode ser atualizado, fazendo com que ele possa ter um valor menos efêmero que as notícias diárias, compostas somente de fatos. Acreditamos que é através dessa memória, tão pertinente ao ambiente online, que os Q&A cumprem o seu papel, organizando e indexando a vasta quantidade de informação disponível acerca de um assunto. Ele reestrutura toda essa informação em um formato pertinente para o consumo de todo leitor que não esteja a par dos acontecimentos ou que busque conhecimento e esclarecimento rápidos sobre a questão.

Notamos também um pequeno aproveitamento de um potencial importante da Web: a multimídia. Dos quatro Q&A que observamos somente dois deles aproveitam da utilização de *hiperlinks* (notamos hiperlinks na BBC Internacional, caso que não foi constatado na BBC Brasil), sendo que em somente uma das dez aparições desses *links* existe direcionamento para um ambiente exterior ao site da BBC Internacional, porém o direcionamento é para um documento textual, ou seja, a mesma mídia do material. Há de se destacar que todos esses materiais apresentam fotos temáticas. Notamos no Q&A (2): *Greece Q&A* dois materiais “interativos” – um box que apresenta o glossário do tema e uma espécie de linha do tempo dotada de fotos com uma breve descrição do que aconteceu naquele

momento – e um infográfico. Essa foi a única utilização de recursos alternativos nos Q&A estudados – além, claro, dos hiperlinks que direcionam a outros materiais da BBC. É importante levantarmos tal consideração, mas ressaltamos que esse fato está de certa forma condizente com a característica essencial do material.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não consideramos que o jornalismo possa ser pré-definido em gêneros, pois se constitui como uma unidade viva, em constante transformação. Mas acreditamos que cada tipo de trabalho possa ser relacionado a uma espécie de prática – sendo assim, consideramos o gênero como um fator de pós-produção do material, para que ele não fique engendrado em moldes pré-estabelecidos. De toda forma, como estudamos ao longo do primeiro capítulo, o público necessita reconhecer aquele tipo de material ao qual está desfrutando, e o jornalista ou a equipe jornalística que produz determinado trabalho necessita de um norte no momento de sua produção. Talvez essas sejam as necessidades essenciais da divisão dos materiais jornalísticos em determinados gêneros. Não como molde ou restrição, mas como uma espécie de base e identificação.

Há esse tipo de material aqui analisado, os Q&A, não são apresentados de forma independente, mas sim como parte de um material que necessita contextualização/explicação. É utilizado para esclarecer algo sobre um fato ou situação, não para ser a notícia em si. Consideramos que a fruição desse material pode sim, ser feita de forma particular, porém cremos que sua validade é estar disponível no ambiente online (e em casos ao lado da matéria principal, ou em alguma parte dedicada no site) pronto para consulta em qualquer ocasião. Ele irá apresentar o histórico, contextualizar, analisar, fornecer pontos de vista e, em suma, explicar a situação do assunto.

Como foi visto, não encontramos a ampla utilização de links nesse tipo de material. Talvez isso seja verificado, pois ele se propõe a ser um guia rápido para consulta em relação a um assunto, e parta do pressuposto que caso o leitor veio consultá-lo talvez não esteja interessado em ir adiante em certas questões. Ou o leitor pode também ter sido direcionado de algum outro ponto do site, provavelmente uma notícia factual, para os Q&A, tanto que no site

da BBC Internacional os Q&A já foram localizados – identificamos isso no nosso processo de acompanhamento do site ao longo da pesquisa – em uma subseção identificadas como *background & analysis* (plano de fundo e análise) e *Making it Clear* (esclarecendo).

Essas são somente suposições que tecemos na tentativa de compreender o porquê de tal constatação. Para entender esse fato acreditamos também que o jornalismo online, em geral, ainda não utiliza todas as potencialidades da web. Apesar de termos incontáveis mídias e métodos de se explorar a prática jornalística, a utilização dessas vias não é amplamente aproveitada. Isso pode ser afirmado, pois o jornalismo vive do efêmero, o que muitas vezes faz com que os jornalistas não tenham tempo para usufruírem de outros modos na produção jornalística – somado a isso encontramos também o problema das reduzidas equipes de redação no jornalismo online, tornando precária a possibilidade da criação de materiais que explorem essas vias informativas e explicativas. Muitas vezes o que se pede dos jornalistas é a publicação, muitas vezes “crua”, de um fato. É o furo, a velocidade, a informação. Mas essa é outra questão.

Neste trabalho, nos dedicamos a entender um tipo específico de prática textual veiculada por um importante site de notícias, de reconhecimento internacional. Acreditamos que esse tipo de trabalho se apresenta como uma alternativa a essa velocidade e superficialidade tão facilmente encontradas nas notícias veiculadas na rede. Afinal, essas são por essência as características dos usuários da web, que por sua vez foram configuradas como consequência das transformações sociais desencadeadas pela tecnologia, as quais estão submetidas os que vivenciam a Sociedade em Rede. Não pretendemos aqui defender o formato como a essência do gênero explicativo/interpretativo e tampouco afirmar que essa seja a melhor forma de se fornecer contexto às notícias no ambiente online. Apenas pretendemos mapear uma prática que pode ser aprimorada no jornalismo contemporâneo, a partir da utilização das potencialidades do meio de maneira mais contundente.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1998.

BARDOEL, Jo, Deuze, Mark. **Network Journalism: Converging Competences of Media Professionals and Professionalism**. In: *Australian Journalism Review* 23. 91-103, 2001. Disponível em: <<https://scholarworks.iu.edu/dspace/bitstream/handle/2022/3201/?sequence=1>> Acesso em: 08/05/2012

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: FAI & Cátedra Unesco, 2006.

_____. **Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica**. Porto Alegre, Sulina, 1976.

BERGER, Crista. TAVARES, Frederico de Mello B. **(Re)pensando o jornalismo: contribuições espanholas**. Juiz de Fora: Lumina Vol.2 • nº2, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

_____. **Na notícia e além dela: sobre o conceito de informação no jornalismo**. Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.20, n.1, p. 25-37, jan./abr. 2010

BORGES, Juliano da Silva. **Webjornalismo: política e jornalismo em tempo real**. Juliano da Silva Borges – Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

BRUNS, Axel. **Gatewatching, Not Gatekeeping: Collaborative Online News**. Media International Australia, n. 107, pp. 31-44, 2003. Disponível em: <http://eprints.qut.edu.au/189/1/Bruns_Gatewatching.PDF>. Acesso: 08/05/2012

_____. **The active audience: transforming journalism from gatekeeping to gatewatching** In Paterson, Chris & Domingo, David (Eds.) **Making Online News: The Ethnography of New Media Production**, Peter Lang, New York, 2008. Disponível em: <<http://snurb.info/files/The%20Active%20Audience.pdf>>. Acesso em: 08/05/2012

CANAVILHAS, João Messias. **A Internet como Memória**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-internet-como-memoria.pdf>>. Acesso em: 08/05/2012

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. **Análise do Conteúdo e Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Revista UFLA, nº 06, v.1, 2003.

CASTELLS, Manuel. **An introduction to the information age**, City, 2:7, 6 – 16, 1997. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13604819708900050>>. Acesso em: 08/05/2012

_____. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. v.1. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTILHO, Carlos. **O que é notícia no mundo online**. In: RODRIGUES, Ernesto (org.) **No próximo bloco... O jornalismo brasileiro na TV e na Internet**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2005.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**. São Paulo: Summus, 1993.

COSTA, Lailton Alves da. **Jornalismo brasileiro: a teoria e a prática dos gêneros jornalísticos nos cinco maiores jornais do Brasil.** Trabalho apresentado no Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação (Celacom), 2007. Disponível em: <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/1/10/GT4_17-_Jornalismo_brasileiro-_Lailton.pdf> Acesso em: 09/05/2012

_____. LUCHT, Janine Marques Passini. **Gênero Interpretativo.** In: MELO, José Marques. ASSIS, F. (org.). **Gêneros Jornalísticos no Brasil.** São Bernardo do Campo, SP: Editora Metodista, 2010.

DEUZE, Mark. **O jornalismo e os novos meios de comunicação social.** Comunicação e Sociedade, p. 15 – 37, 2006.

FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente.** Aracaju: Editora UFS, 2005

GOMIS, Lorenzo. **Teoría del periodismo: cómo se forma el presente,** Barcelona: Paidós, 1991.

HALL, Dennis. **The Indeterminacy of the Question and Answer Format.** 1994. Disponível em: <http://eric.ed.gov/PDFS/ED372408.pdf>

HEINONEM, Ari. **Jounalism in The Age of the Net – Changing Society, Changing Profession.** Disponível em: <<http://acta.uta.fi/pdf/951-44-5349-2.pdf>>

KARAM, Francisco José. **Jornalismo, ética e liberdade.** São Paulo: Summus, 1997.

LEANDRO, Paulo Roberto. MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente (o jornalismo interpretativo).** São Paulo: Media, 1973.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Gerson Moreira. **Jornalismo interpretativo: a alternativa imposta pelo dielma digital.**

LOPES, Paula. **Gêneros literários e gêneros jornalísticos: uma revisão teórica de conceitos.** Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2010. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/bocc-generos-lobes.pdf>> 09/05/2012

MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. **Gêneros jornalísticos: repensando a questão.** Revista Symposium, Pernambuco: Universidade Católica de Pernambuco, 2001

MELO, José Marques. **A opinião no jornalismo brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro.** 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MIELNICZUK, Luciana. **Características e implicações do jornalismo na Web,** 2001. Disponível em http://comunicaufma.webs.com/mielniczuk_caracteristicasimplicacoes.pdf. Acesso em 11/05/2012

MOHERDAUI, Luciana. **Guia de Estilo Web.** Senac São Paulo, 2007.

PADILHA, Sônia. **A Contribuição do Webjornalismo na Construção da Sociedade do Conhecimento.** Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2010. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-padilha-webjornalismo.pdf>>. Acesso em 08/05/2012

PALACIOS, Marcos. **Ruptura, Continuidade e Potencialização no Jornalismo Online: o Lugar da Memória.** In: MACHADO, Elias & PALACIOS, Marcos (Orgs), **Modelos do Jornalismo Digital**, Salvador: Editora Calandra, 2003)

PARISI, Peter. **Astonishment and Understanding: On the Problem of Explanation in Journalism.** New Jersey Journal of Communication **Volume 7, Issue 1**, 1999.

PARRAT, Sonia F. **Gêneros periodísticos em prensa.** Quito, Ecuador: Intiyan – Ediciones CIESPAL, 2008.

_____. **El debate en torno a los géneros periodísticos en la prensa:** nuevas propuestas de clasificación. Zer. revista de estudios de comunicación. n. 11. nov. 2001. Disponível em: <<http://www.ehu.es/zer/hemeroteca/pdfs/zer11-12-fernandez.pdf>>. Acesso em: 09/05/2012

PEÑARANDA, U., Raul. **Gêneros periodísticos: que son y para que sirven?** . (<http://www.saladeprensa.org/art180.htm>, 2000) Acesso em 08/05/2012

PRIMO, Alex ; TRÄSEL, Marcelo Ruschel. **Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias.** Contracampo (UFF), v. 14, p. 37-56, 2006.

SEIXAS, Lia. **Gêneros jornalísticos digitais: critérios para definir os produtos no webjornalismo.** 79 – 100, 2003. In: MACHADO, Elias & PALACIOS, Marcos (Orgs), **Modelos do Jornalismo Digital**, Salvador: Editora Calandra, 2003

SERRA, Paulo. **A credibilidade da informação na web.** Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-credibilidade-web.pdf>>. Acesso em: 08/05/2012

SOUZA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente.** Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>>. Acesso em: 09/05/2012

TAKAHASHI, T. (Org.), **Sociedade da informação no Brasil:** Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis: Insular, 2005.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. **O Estudo Científico da Comunicação: Avanços Teóricos e Metodológicos ensinados pela escola latino-americana.** PCLA - Volume 2 - Número 2 2001. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista6/artigo%206-3.htm>> Acesso em 08/05/2012

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação Mass media: contextos e paradigmas, Novas tendências, Efeitos a longo prazo, O newsmaking.** Edição virtual em E-Book, 1999. Disponível em: <http://www.jornalismoufma.xpg.com.br/arquivos/mauro_wolf_teorias_da_comunicacao.pdf>. Acesso em 08/05/2012.

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação.** DIFEL - Difusão Editorial, S.A. 1999.

Dicionário Aurélio Eletrônico, Século XXI, Versão 3.0, 1999.

O que é jornalismo? É possível entender através dos gêneros: Entrevista com José Marques de MELO, realizada por Lia SEIXAS em 2008. Disponível em: <<http://generos-jornalisticos.blogspot.com.br/2008/05/o-que-jornalismo-possvel-entender.html>> Acesso em: 09/05/2012

APÊNDICE

Tabela 1: Divisão dos gêneros jornalísticos proposta pelo pesquisador José Marques de Melo

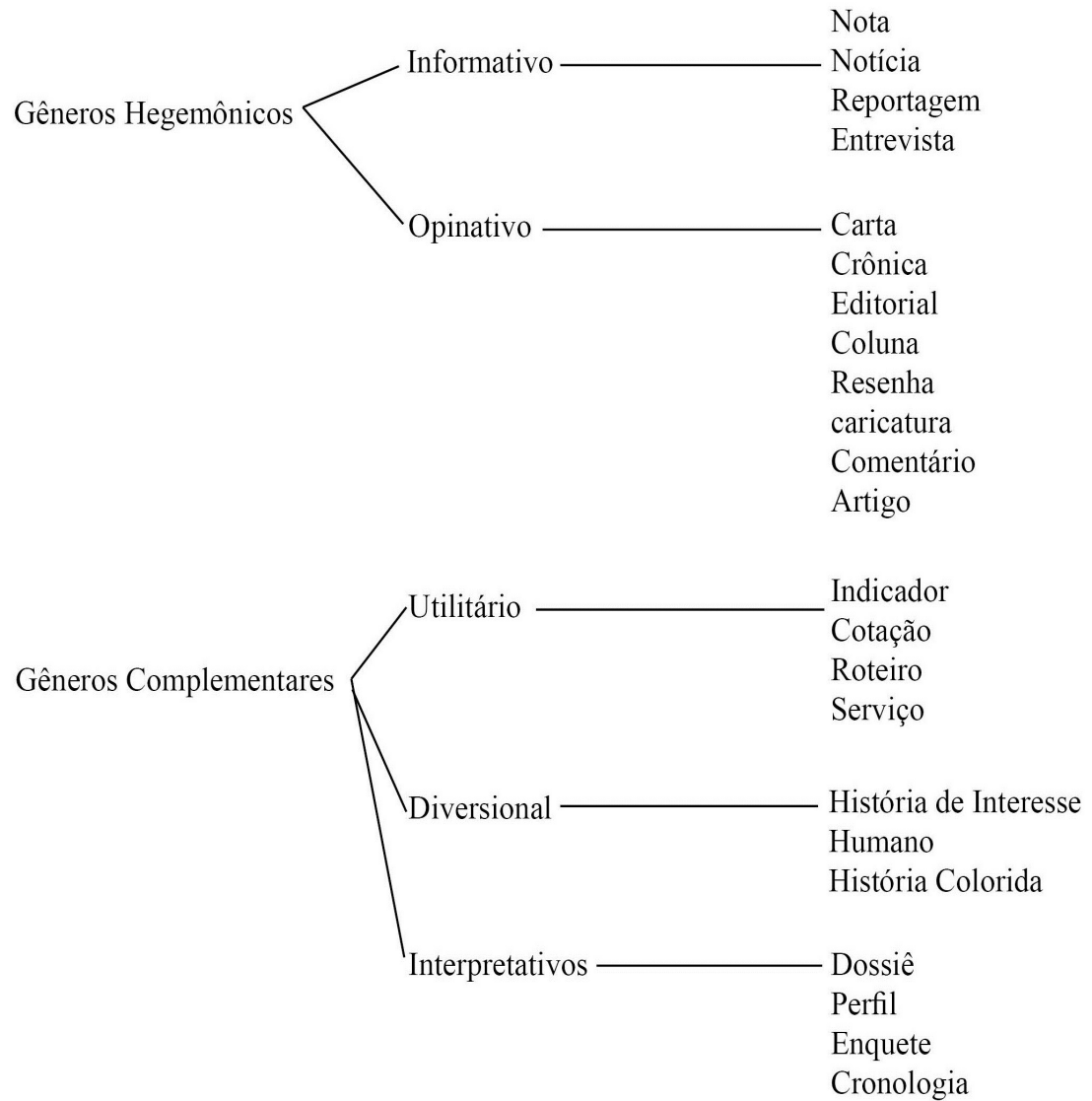


Tabela 2: Divisão quantitativa dos Indicadores

Q&A	1) Entenda a crise na Grécia e suas implicações	2) Greece Q&A	3) Austerity debate	4) Senado aprova texto-base do Código Florestal; entenda as mudanças	
Categorias					Total
Histórico	1*	1 e 2	X	1	4
Contexto	0*, 1, 2 e 6	0, 1, 2 e 4	0, 4, 5 e 6	0, 1, 2, 3 e 4	17
Explicação	1, 2, 3, 4 e 5	0, 1, 2, 3 e 4	1, 2, 4, 5 e 6	0, 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 8	23
Análise	4 e 6	0, 1, 3 e 4	2 e 5	2	9
Opinião / Ponto de Vista	3 e 5	0, 2 e 3	0, 1, 2, 3, 4 e 5	0, 2, 4 e 5	15
Consequências	3 e 5	1 e 2	1 e 6	X	6
Previsões	0, 3 e 6	0, 3 e 4	5 e 6	X	8
Resumo	3	0 e 2	0, 2, 3 e 4	0, 1, 3 e 5	11

* Os números que apresentamos na tabela (retirando-se a coluna “Total”) fazem referência a respectiva pergunta realizada no Q&A de sua coluna.

* Consideramos o 0 como a parte inicial do material; o *lead* e o *sublead*.

Tabela 3: Descrição do material de análise

Q&A	1) Entenda a crise na Grécia e suas implicações	2) Greece Q&A	3) Austerity debate	4) Senado aprova texto-base do Código Florestal; entenda as mudanças
Categorias				
	Composto de 6 perguntas, sem nenhum hiperlink, contém uma matéria relacionada no corpo do texto e uma foto ilustrativa.	Composto de 4 perguntas, possui 2 hiperlinks (que remetem a matérias da própria BBC), contém 8 matérias relacionadas no corpo do texto, dois materiais “interativos” e um infográfico. Entre os materiais interativos está uma espécie de glossário com os termos que são utilizados nesse tipo de	Composto de 6 perguntas, possui 8 hiperlinks (somente um deles não remete a matérias da própria BBC, indo direto a fonte – um arquivo PDF do pacto fiscal da UE) contém 4 matérias relacionadas no corpo do texto (as mesmas que o Q&A 2, pois fazem parte do mesmo material) e uma foto ilustrativa.	Composto de 8 perguntas, sem nenhum hiperlink, contém duas matérias relacionadas no corpo do texto e uma foto ilustrativa. É o único Q&A que aponta um dia em especial “nesta última 3º feira”, como no padrão de uma notícia convencional.

Detalhes		assunto – em especial termos em “economês” e siglas. O outro material é uma espécie de “linha do tempo” composta por fotos dotadas de legendas que contextualizam o quadro da situação grega. O infográfico aponta os países que estão mais expostos a dívida grega.		
Histórico	1 ³⁶ - Um histórico é apresentado na primeira pergunta. Ele aparece logo no início, apontando para quando foi aprovado o primeiro pacote de resgate grego e continua ao longo de toda a questão, traçando um panorama do que aconteceu na Grécia – como a atribuição da pior nota de risco do mundo pela agência S&P- até chegar a situação que se encontrava em 2011.	1- A referente pergunta suscita um histórico. Ele demonstra que os elevados gastos públicos levaram a Grécia à situação atual. 2 – Um histórico dos empréstimos realizados pela Grécia é tecido no texto. Um de 110 bilhões de euros feito em 2010 e outro de 130 bilhões no início desse ano.		1 – Um breve histórico, apontando que o Código Florestal foi criado em 1965, apontando que sua elaboração durou mais de dois anos.
Contexto	0 – Fornece-se o contexto do que está acontecendo em relação a crise grega. Apresenta que em Atenas os protestos populares acontecem em meio a aprovação do pacote de medidas de austeridade. Apresenta quais são os atores na questão (FMI, UE e Grécia) e informa o país em crise necessita dessas medidas para receber a “última parcela do resgate financeiro”. Informa também que um segundo empréstimo já está em formulação, no intuito de evitar a moratória grega. 1 – Ao mesmo tempo que se realiza o	0 – O contexto da questão grega já é fornecido no <i>lead</i> . Informa-se que depois de meses discutindo a possibilidade da Grécia sair da Zona do Euro, os agentes da questão já começam a considerar essa possibilidade. A contextualização continua no sublead, momento no qual se fala da dificuldade política grega – rejeição das medidas de austeridade que foram propostas pela UE e pelo FMI – e a questão de negociação da dívida. 1- O contexto nessa pergunta é fornecido através da análise da situação. 2 – O contexto é	0 – O contexto da questão é fornecido resumindo o quadro que se apresenta com o o presidente Hollande no poder. 4 – Contextualiza-se a questão acerca da proposta do presidente francês, François Hollande, informando que ele baseou sua campanha na renegociação do pacto fiscal da UE. 5 – O contexto da negociação do pacto fiscal é fornecido através de vários atores envolvidos na questão, as quais ideias são apresentadas no texto. Vale-se das palavras de um editor da BBC. Há também a apresentação de que 25 dos 27 Estados	0 – O contexto da questão é fornecido já no <i>lead</i> . Aponta-se quem está em embate diante do texto polêmico: políticos, ambientalistas, ruralistas e acadêmicos. 1 – Aponta-se o por quê do Código Florestal e sua importância. 2 – O contexto do porque as mudanças no Código devem ocorrer é fornecido ao longo da explicação do por que ele precisa ser alterado. 3 – Contextualiza-se que desde que o projeto foi apresentado ele sofreu várias alterações.

³⁶ - Em nossa tabela vamos utilizar referenciais em cada Q&A que vai apontar em qual pergunta encontramos determinado indicador. Logo o “1” que está marcado faz referência a resposta da primeira pergunta e assim por diante. Utilizaremos o “0” quando fizermos referência ao *lead* e *sublead*.

	<p>histórico se está também fornecendo o contexto da situação. Demonstra-se qual é a razão para contrair o empréstimo, quais são os credores (FMI e UE), explicita a intenção do Governo para realizar essa atitude (sanear a economia), aponta que não se obteve sucesso e conclui que a Grécia continua tendo as dívidas e não pode quitá-las.</p> <p>2- Contextualiza o porquê a Grécia se encontra na situação. Ela gastou mais do que podia, pedindo altos empréstimos. Gastou públicos altos, cofres vazios e evasão de impostos tornaram o país vulnerável a crise de 2008. Isso fez com que investidores desconfiassem do país, exigindo maiores juros para novos empréstimos.</p> <p>6 – Há o fornecimento do contexto da questão, apontando que pode ocorrer problemas caso a crise grega se espalhe, chegando a Irlanda e a Portugal, países os quais já tiveram resgates econômicos. Esses resgates foram estruturados para ajudar os países até que fossem novamente capazes de obter dinheiro no mercado.</p>	<p>fornecido no momento da explicação da situação grega.</p> <p>4 – O contexto é importante nessa pergunta, e ela é fornecido ao longo do texto, na explicação da situação.</p>	<p>da UE assinaram o documento, que está no momento em processo de ser ratificado nos próprios países.</p> <p>6 - Afirma-se o futuro da Grécia está mais uma vez indefinido, pois na última eleição nenhum partido obteve 20% dos votos – o que levou a outra eleição.</p>	
Explicação	<p>1 – A explicação está presente de forma complementar no momento em que se apresenta o contexto.</p> <p>2 – Ocorre o mesmo que a questão “1”, a explicação é complementar.</p> <p>3 – Há o fornecimento de dados para a questão.</p>	<p>0 – Explica-se o que os termos impostos pela UE e pelo FMI são os termos que demandam medidas de austeridade para o pagamento das dívidas gregas.</p> <p>1 – Explica-se o que é um “deficit”: a diferença entre os gastos e o que se arrecada.</p>	<p>1 – A pergunta clama por uma explicação. Explica-se do que se trata as medidas de austeridade e porque elas são aplicadas. Explica-se também outros termos, como o que é um deficit de um país e o nível de dívidas – explicações breves de termos simples – e a</p>	<p>0 - Apresenta-se qual é o trâmite do projeto e explica qual é sua função: ele determina como será a exploração e preservação das áreas brasileiras – explica-se também que ele é cheio de polêmicas.</p> <p>1 – Pergunta</p>

	<p>Explica-se que o parlamento grego aprovou um pacote de medidas de austeridade.</p> <p>4 – A explicação aparece no primeiro momento e persiste por todo o texto. Explana-se o que é moratória e o porquê a Grécia não a declara.</p> <p>5- A explicação da questão é a motivação da pergunta. Explica-se como está o panorama europeu em relação ao empréstimo a ser realizado para a Grécia – foca-se na situação da Alemanha e da França e seu desejo de que os bancos privados entrem nessa ajuda. Apesar disso as agência de classificação de risco e de crédito são indolentes a essa manobra.</p>	<p>2 – De forma irreverente – se pensarmos em BBC - inicia-se a explicação do que se realizou para ajudar a Grécia. O texto diz: “In short, a lot”.</p> <p>Dois empréstimos, o cancelamento de mais de 50% dívidas pela maioria dos credores, e o renegociamento dos empréstimos, oferecendo menores taxas. Explica-se que sem um crescimento econômico a Grécia não pode aumentar suas arrecadações, tendo que pedir ajuda para pagar seus empréstimos.</p> <p>3- Explica-se que todas as atenções estão voltadas na eleição de junho – ela quem vai definir o que poderá acontecer.</p> <p>4 – A explicação começa mais uma vez de forma básica: “It matters a lot”, apesar da sua importância no texto. Ao longo do texto explica-se a questão trabalhada no Q&A 1, a qual vimos a importância do pagamento da dívida por parte da Grécia. Caso essa dívida não seja paga, aumentaria a possibilidade de que outros países (Espanha, Itália) não paguem suas dívidas, fazendo com que os investidores não comprem os papéis desses países, resultando no fato de que esses países não poderiam pagar suas dívidas – um círculo vicioso. Isso poderia levar também a uma crise bancária mundial, pois os bancos estariam mais relutantes em emprestar dinheiro entre si, e porque os bancos gregos devem a diversos outros bancos</p>	<p>conjuntura de como se deu essa situação. Além, há considerações acerca dos gastos governamentais, que se somaram a ajuda aos bancos depois da crise financeira de 2008.</p> <p>2 – Outra pergunta de cunho explicativo. Explica-se o porque da impopularidade das medidas de austeridade e aponta uma crítica. Demonstra-se que várias economias não estão conseguindo se recuperar da recessão, o que gera apoio para medidas de assistência ao crescimento, ao invés de austeridade.</p> <p>4 – Explica-se do que se trata a renegociação do pacto fiscal da UE. Nele os países se comprometeriam a impor limites de orçamento, para enfatizar no crescimento.</p> <p>5 – Explica-se como se dá e qual é o objetivo do pacto fiscal da UE – inclusive se direciona para outro Q&A acerca da temática do pacto fiscal. Disciplinar os governos nos gastos e convencer os mercados que as finanças governamentais não vão sair do controle outra vez.</p> <p>6 – Breve explicação. Explica-se que as parcelas do resgate são pagas de acordo com “critérios estritos”, mas não os explicita.</p>	<p>essencialmente explicativa. Explica-se o que é o Código Florestal: ele serve para regulamentar a exploração da terra no Brasil. Explicita que a terra exploração é bem de interesse comum a todo a população. O Código estabelece parâmetros, limites e penas nesse âmbito.</p> <p>2 – Explica-se o por que de o Código necessitar de alterações: uma nova realidade brasileira e mundial e as constantes mudanças via decretos e medidas provisórias são os motivos.</p> <p>3 – No texto remete-se a explicações que estão em outras partes do texto, utilizando-se de “leia mais abaixo” e “ler abaixo”.</p> <p>4 – Explica-se uma das restrições impostas pela bancada ruralista: a defesa “de que todas as pequenas propriedades pudessem receber os benefícios previstos no Código e não apenas aquelas que se encaixam no conceito de agricultura familiar, ou seja, no qual apenas membros da família trabalham”</p> <p>6 – Explica-se do que se trata as APPs e o por que o novo Código traz polêmicas nesse ponto. As APPs são os terrenos mais vulneráveis de uma propriedade particular, seja rural ou urbana. Elas devem ser protegidas pois podem ser atingidas por deslizamentos, erosões ou enchentes. O texto cita o caso das margens de rios para apontar a polêmica da questão, pois o novo Código flexibiliza a extensão e o uso dessas</p>
--	---	---	---	---

		<p>europeus – há de se notar que os investidores também migrariam para bancos menos vulneráveis. No entanto a Europa prepara um pacote de 700 bilhões para proteger a Zona do Euro, caso a Grécia venha declarar moratória.</p>		<p>áreas já ocupadas.7 – Diferencia-se AAP e Reserva Legal: a Reserva legal é a parte do terreno dentro de cada propriedade que deve manter a vegetação original com o intuito de preservar a biodiversidade da área. Aponta-se ainda o tamanho de cada uma dessas Reservas dentro da propriedade de acordo com os locais: 80% na Amazônia, 35% no cerrado pertencente a Amazônia Legal e 20% no restante. 8 – Pergunta que remete a uma explicação simples. Segundo o texto o módulo fiscal é uma unidade de medida que varia de acordo com o Estado e é determinada pelo Inca. Ela varia de 5 a 110 hectares.</p>
Análise	<p>4- Duas breves análises. Caso a Grécia não pague a dívida isso pode estimular outros países a seguirem o mesmo caminho e gerar um maior juros para empréstimos a outros países menores da UE. Devido a esse motivo, afirma-se que enquanto a Europa conseguir bancar a ajuda a esses países e evitar calote, é provável que continue com a mesma atitude. Se encontra a explicação do que se trata uma agência de crédito. 6- Breve análise. Aponta a dificuldade por parte da Espanha de conseguir empréstimos a bons custos, analisa o tamanho da sua economia e prevê as dificuldades que a UE</p>	<p>0 – Breve análise. O texto afirma que a votação que acontecerá em junho é vista como um referendo ao Euro. 1- A análise se faz o mais importante nessa questão. Todo o texto é calcado em análise: inicia-se afirmando que a Grécia já estava gastando mais do que podia antes de entrar na Zona do Euro, e que, após adotar uma moeda única os gastos se elevaram – um aumento de 50% em 8 anos. A BBC afirma que esses gastos cresceram muito mais do que em outros países do euro. A soma dos gastos públicos à evasão de impostos, ao longo desses anos, criou um deficit que saiu fora de controle. Em 2008, com a crise mundial a Grécia não estava preparada, o que fez</p>	<p>2 – Breve análise, que direciona a outra matéria que explica o por que dessa conclusão. Os Estados Unidos escolheram não cortar gastos, mas mesmo assim o seu crescimento econômico não diminuiu. Dessa forma essa abordagem é questionada por “others”, que dizem que ela não necessariamente obteve maior sucesso. 5 – Analisa-se a questão durante o fornecimento do contexto. A análise também fica por conta de Andrew Walker, editor de economia da BBC, (acredita que a algumas semanas atrás as ideias de Hollande pareciam ter deixado a Europa insatisfeita, mas que agora existem) que conclui que o foco da Zona do Euro passou</p>	<p>2 – A análise do por que o Código Florestal precisa ser alterado não é contundente no texto, porém calca-se nas visões dos grupos envolvidos na questão para apontar o por que dessa necessidade. A única “análise” é: “na maioria dos países que vem conseguindo avançar nessa questão ambiental” - no entanto essa citação não é definida como dita por esses grupos ou emitida pela BBC.</p>

	teria caso necessitasse resgatar o país.	com que suas dívidas alcançassem um nível qual ela não podia arcar, recorrendo a ajuda da UE e do FMI. 3- As análises seguem os possíveis quadros apontados nas previsões. 4- As análises são feitas ao longo da explicação do quadro econômico. Destacamos que o texto considera que esses potenciais cenários seriam “immensurably worse” caso a Grécia deixe o euro – o retorno do drachma traria uma enorme inflação, fazendo com que se torne ainda mais difícil o pagamento das dívidas.	mais para o crescimento e menos para a austeridade, o que significa que o presidente Hollande poderia ser acomodado nas discussões. No texto também analisa-se que a Alemanha sempre dominou as renegociações do pacto já existente, porém parece que ela está aberta à ideia de promoção de crescimento e maior competitividade.	
Opinião / Ponto de Vista	3 – O ponto de vista é aferido ao setor público, aos servidores públicos e aos sindicatos. O setor público acredita que o plano reduz os ganhos dos servidores, já os servidores desconfiam de que essas medidas são externas (vindas de outros países da UE) enquanto os sindicatos chamam de “antipopulares” e “bárbaras” (a BBC redige os termos entre aspas). 5- Explora-se os pontos de vista dos diversos agentes envolvidos. A França e seu presidente Nicolas Sarkozy, a Alemanha e suas instituições e as agências de risco e de crédito.	0 – Vale-se do ponto de vista da Alemanha, que declara não haver possibilidade de negociar a dívida. 2 – De forma impessoal o texto aponta que “vários comentaristas” acreditam que os empréstimos e o corte das dívidas não serão o bastante para evitar que a Grécia se retire da Zona do Euro. 3 – Aponta-se que os líderes europeus esperam que a economia grega comece a se recuperar devido as reformas propostas, e que, assim, a Grécia pague sua dívida – o texto diz “stand again on its own two feet”.	0 – Utiliza-se da ideia e da fala do presidente francês François Hollande. Segundo ele deve-se refocar os esforços para longe da austeridade para atingir o crescimento. “austerity can no longer be the only option”. 1 – Vale-se de um ponto de vista “geral” (widespread agreement among leaders and international institutions) ao afirmar que introduzir as medidas de austeridade eram a melhor forma de combater a crise de dívidas. 2 – Para apontar a crítica que é feita à austeridade vale-se da visão de uma agência de classificação: Standard & Poor's. Segundo a agência, a austeridade pode se converter em uma “auto derrota” pois ela entra em consonância com a atitude dos consumidores: diante de um panorama preocupante eles tendem a consumir menos e a se preocupar mais com suas economias, o que	0 – Vale-se da visão dos senadores, que elogiaram o projeto do Código Florestal organizado por Luiz Henrique da Silveira e Jorge Viana. 2 – Vale-se de “citações” dos três grupos (ambientalistas, ruralistas e cientistas) para apontar uma urgência de tal alteração: a inclusão de benefícios e subsídios para aqueles que preservam e conservam a mata. 4 – Questão de ponto de vista. Os representantes do setor ruralista acreditam que o antigo Código era obsoleto e comemoram o situação atual. Assuero Veronez, vice presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, “em entrevista à BBC Brasil” disse que o novo Código foi um “calvário” e que a antiga lei atrapalhava o desenvolvimento da nação. 5 – Outra questão de ponto de vista. Segundo ONGs de defesa do meio

			<p>diminui as receitas fiscais do país. Afirma-se que vários economistas são a favor das medidas de crescimento, citando o ganhador do prêmio Nobel, Joseph Stiglitz, 3 – Vale-se da visão Olli Rehn, comissário americano para questões econômicas e monetárias, que acredita que a Europa deve encontrar o balanço certo entre cortes e estimulação da economia – segundo ele os cortes devem ser feitos de forma gradual e diferenciada.</p> <p>4 – Questão específica das propostas de um agente. Aponta-se as propostas do presidente Hollande. Ele propõe a criação de 150 mil empregos para estimular o crescimento francês, além de introduzir dois impostos mais caros, implementar um novo imposto em transações financeiras e aumentar o imposto de ganhos monetários dos bancos. Na mesma questão se aponta outro ponto de vista, mas de forma impessoal. Segundo o texto “some say” que isso se trataria de um tipo diferente de austeridade, afetando os ricos com impostos maiores.</p> <p>5 – As visões dos atores compõem boa parte do texto. Pippa Malgrem, presidente do Principalis Gestão de Ativos, diz que os novos presidentes que pretendem sair da austeridade serão constringidos – seja por decisões previamente estabelecidas ou por “fatos econômicos”. O Ministro do Exterior alemão, Guido Westerwelle, afirma que o crescimento não pode</p>	<p>ambiente e especialistas na área a tese dos ruralistas é equivocada. Eles afirmam que com as terras já exploradas pode-se dobrar a produção, aumentando a eficiência das lavouras. Para os ambientalistas, o Código possui brechas, o que pode aumentar o desmatamento e colocar em risco fenômenos naturais importantes. Segundo Ricardo Ribeiro Rodrigo, pesquisador da Esalq, um dos pontos mais graves é o perdão a quem desmatou ilegalmente no passado e a autorização de atividades agropecuárias e de turismo nas APP.</p>
--	--	--	---	---

			ser alcançado somente com maiores gastos, mas pode ser obtido através de reformas estruturais que aumentam a competitividade.	
Consequências	3 – É apontada uma consequência. Com as medidas propostas a população realizou protestos “alguns deles violentos”. 5- Atenta-se as eventuais “consequências” que podem se dar. Não consideramos previsão, pois essas “consequências” foram enunciadas pelos agentes (agências de crédito e risco) e não pela BBC.	1 - “In short term”, aponta-se que as condições dos empréstimos criaram os problemas gregos. 2 - Aponta-se que as medidas de austeridade surtiram efeito devastador na recuperação econômica grega.	1 – Aponta-se que após a crise financeira os níveis das dívidas governamentais aumentaram significativamente. 6 - Devido ao fato de que não foi possível a formação de uma coalizão no governo, uma nova eleição foi marcada para o dia 17 de junho, prolongando a crise na Grécia.	
Previsões	0 - Existe previsão já no <i>sublead</i> do material. O texto aponta que caso a Grécia declare moratória existiria a possibilidade de que outros países europeus fizessem o mesmo, contaminando o sistema financeiro mundial. 3- Breve previsão. Afirma-se que se Irlanda e Portugal realizassem o calote os bancos credores seriam afetados, elevando a demanda por fundos do Banco Central Europeu. 6- A pergunta gera instintivamente uma previsão. Retoma a previsão realizada na questão “3” e a aprofunda. Caso a Grécia declare moratória os investidores questionariam se outros países fariam o mesmo. Prevê o problema que a UE irá enfrentar em caso de uma crise na Espanha.	0 – Há a previsão de que mesmo que os partidos pró-austeridade vençam a eleição, a Grécia poderá ter que abandonar o Euro. 3 – Dotado de uma pergunta particular, as previsões são essenciais no texto; elas inclusive são seguidas de análises. Traça os panoramas possíveis dependendo de cada resultado da eleição de junho e também o panorama caso a população grega se rebele. No caso dos que são anti austeridade ganharem, a Grécia iria tentar renegociar os termos do empréstimo, porém caso a presidente alemã não mude de postura, isso irá falhar. A Grécia poderia também congelar os pagamentos, mas isso traria uma ainda maior desconfiança por parte do setor bancário europeu. Tais quadros poderiam resultar na expulsão da Grécia do	5 – O texto afirma que vai ser interessante ver como o presidente Hollande agirá na renegociação do pacto fiscal, uma vez que o foco no crescimento é um fator na discussão. 6 – A previsão é feita de forma “impessoal”. “Some analysts” advertiram que a Grécia poderá ficar sem dinheiro em junho, já que estará sem um governo para negociar a próxima parcela do seu resgate. De acordo com o texto, caso isso aconteça a Grécia poderia acabar deixando o euro.	

		<p>euro. Caso os que são a favor da austeridade ganhassem, a austeridade iria continuar – o texto afirmar que, assim, a economia grega continuará a sofrer. Mesmo com a austeridade, a economia da Grécia pode continuar em contração, fazendo com ela necessite de mais ajuda, então, se a UE não a fornecer a Grécia poderia ser forçada a sair do euro. Caso a população se rebelasse, seria impossível continuar a austeridade, forçando, também, a saída do euro.</p> <p>4 – Várias prováveis consequências são apresentadas ao longo do texto, remetendo ao que pode acontecer caso aconteça da Grécia não honrar suas dívidas.</p>		
Resumo	3- Resume-se o plano de austeridade citando suas principais características e sua duração, mas sem explicá-lo.	<p>0 – O resumo da questão política e monetária da Grécia fornece o contexto.</p> <p>2 – Resumo das medidas que foram pedidas pela UE e pelo FMI em troca dos empréstimos: cortes drásticos em gastos, aumento dos impostos e reformas no sistema de trabalho e pensão.</p>	<p>0 – O resumo do panorama da questão é dado logo no <i>lead</i>. O novo presidente socialista francês, François Hollande, prometeu renegociar o acordo das medidas de austeridade.</p> <p>2 – O resumo em que culminam as medidas de austeridade.</p> <p>3 – Questão que suscita um resumo. Há de se destacar que as alternativas não são necessariamente atribuídas a um autor: no texto se utiliza “some have argued”, “some have said”. Alguns argumentaram desde o começo da crise que a austeridade era inevitável, enquanto outros dizem que os gastos deveriam ter como foco aumentar o crescimento. Ainda</p>	<p>0 – Resume-se que o Novo Código Florestal é polêmico e causa discórdias. Se apresenta o que ocorreu na reunião na qual foi aprovado de forma resumida, apontando a vitória por 59 à 7 votos e que foram aceitas as emendas propostas. Resume-se também qual é o trâmite e a pressão que o ocorre no projeto: aprovado pelos deputados, agora ele corre para sanção presidencial, porém ambientalistas tentam pressionar o veto da lei.</p> <p>1 – Resume-se do que se trata o Código Florestal.</p> <p>3 – Resume-se as principais diferenças entre o projeto atual e o antigo. São elas: o aumento da área de conservação, a permissão do tipo de cultivo em</p>

			<p>existem aqueles que isso se trata de uma questão de como se economiza.</p> <p>4 - No texto resume-se as propostas do presidente Hollande.</p>	<p>áreas protegidas a recomposição de Áreas de Preservação Permanente e a isenção da recomposição de áreas desmatadas por um novo grupo de agricultores.</p> <p>5 – Resume-se os fenômenos naturais que poder estar em risco.</p>
--	--	--	--	---

ANEXO

TRANSCRIÇÃO 1 - Entenda a crise na Grécia e suas implicações

Atualizado em 29 de junho, 2011 - 16:08 (Brasília) 19:08 GMT

Medidas de austeridade foram recebidas com protestos na Grécia

Em meio a protestos populares em Atenas, o Parlamento grego aprovou um pacote de medidas de austeridade exigidas pelo FMI e a União Europeia (UE), para que a Grécia, que está em uma grave crise fiscal, receba a última parcela de um resgate financeiro.

Um segundo empréstimo já está sendo formulado, para evitar que a Grécia declare a moratória de sua dívida, o que poderia levar a uma série de calotes de outros países europeus igualmente em crise e à contaminação do sistema financeiro mundial.

Entenda melhor a crise da dívida da Grécia:

Por que a Grécia já precisa de um segundo pacote de resgate?

O pacote original foi aprovado há pouco mais de um ano, em maio de 2010.

A razão para o resgate é que o país estava tendo dificuldades em obter dinheiro emprestado no mercado para quitar suas dívidas. Por isso recorreu à União Europeia e ao FMI.

A ideia era dar à Grécia tempo para sanear sua economia, o que reduziria os custos para que o país obtivesse dinheiro no mercado.

Mas isso não ocorreu até agora. Pelo contrário: a agência de classificação de risco S&P recentemente deu à Grécia a pior nota de risco do mundo (dentre os países monitorados pela agência).

Assim, o país continua tendo diversas dívidas a serem quitadas, mas não é capaz de obter dinheiro comercialmente para refinanciá-las.

Por que a Grécia está nessa situação?

A Grécia gastou bem mais do que podia na última década, pedindo empréstimos pesados e deixando sua economia refém da crescente dívida.

Nesse período, os gastos públicos foram às alturas, e os salários do funcionalismo praticamente dobraram.

Enquanto os cofres públicos eram esvaziados pelos gastos, a receita era afetada pela evasão de impostos – deixando o país totalmente vulnerável quando o mundo foi afetado pela crise de crédito de 2008.

O montante da dívida deixou investidores relutantes em emprestar mais dinheiro ao país. Hoje, eles exigem juros bem mais altos para novos empréstimos que refinanciem sua dívida.

O que a Grécia está fazendo para reverter a crise?

A Grécia apresentou planos para cortar seu déficit de maneira escalonada.

Para isso, o Parlamento grego aprovou, em 29 de junho, um pacote de medidas de austeridade apresentado pelo governo.

O plano prevê aumentos de impostos, cortes orçamentários, redução de benefícios previdenciários e privatizações, durante um período de cinco anos.

Para o setor público, o pacote do governo estabelece redução de ganhos de servidores e tetos salariais.

O plano prevê ainda o aumento da idade para a aposentadoria, em uma tentativa de economizar dinheiro no sistema de pensões, já sobrecarregado.

A população reagiu com protestos, alguns deles violentos.

Muitos servidores públicos acreditam que a crise foi criada por forças externas, como especuladores internacionais e banqueiros da Europa central.

Os dois maiores sindicatos do país classificaram as medidas de austeridade como “antipopulares” e “bárbaras”.

Por que a Grécia não declara moratória de suas dívidas?

Se o país não fosse membro da zona do euro, talvez fosse tentador declarar a moratória, o que significaria deixar de pagar os juros das dívidas ou pressionar os credores a aceitar pagamentos menores e perdoar parte da dívida.

No caso da Grécia, isso traria enormes dificuldades. As taxas de juros pagas pelos governos da zona do euro têm sido mantidas baixas ante a presunção de que a UE e o Banco Central Europeu proveriam assistência a países da região, justamente para evitar calotes.

Uma moratória grega, além de estimular países como Irlanda e Portugal a fazerem o mesmo, significaria um aumento de custos para empréstimos tomados pelos países menores da UE, sendo que alguns deles já sofrem para manter seus pagamentos em dia.

Se Irlanda e Portugal seguissem o caminho do calote, os bancos que lhes emprestaram dinheiro seriam afetados, o que elevaria a demanda por fundos do Banco Central Europeu.

Por isso, enquanto a Europa conseguir bancar a ajuda aos países com problemas e evitar seu calote, é provável que continue fazendo isso.

Então por que os países europeus não concordam logo com um novo pacote de resgate?

Alguns governos, como o da Alemanha, já defenderam que os bancos privados europeus também entrem na ajuda à Grécia. No entanto, existem temores de que o envolvimento destas instituições traga graves riscos ao mercado financeiro.

O presidente da França, Nicolas Sarkozy, já chegou a um acordo para que os bancos franceses ajudem a Grécia, dando ao país mais tempo para pagar dívidas que estão prestes a vencer.

Os demais bancos da zona do euro estão sendo pressionados pelos governos para também ajudar o governo grego. As instituições alemãs já estariam interessadas no modelo francês.

No entanto, as agências de classificação de crédito, que estimam se a compra de bônus das dívidas dos países vale ou não a pena, já afirmaram que qualquer rolagem da dívida grega será considerada um "calote técnico", que pode levar à insolvência.

A agência de classificação de risco Moody's já declarou que pode rebaixar a nota dos três maiores bancos da França por causa de sua vulnerabilidade à dívida grega.

A crise na Grécia pode se espalhar?

Se a Grécia promover um calote, os problemas podem se espalhar para a Irlanda e Portugal.

Mesmo sem uma moratória, ainda pode haver dificuldades, já que os pacotes de resgate oferecidos a esses dois países foram estruturados para ajudar Lisboa e Dublin até que seus governos fossem novamente capazes de obter dinheiro no mercado – como no caso de Atenas.

Um calote grego pode fazer com que investidores questionem se a Irlanda e Portugal não seguirão o mesmo caminho.

O problema real diz respeito ao que acontecerá com a Espanha, que só tem conseguido obter dinheiro no mercado a custos crescentes.

A economia espanhola equivale à soma das economias grega, irlandesa e portuguesa. Seria muito mais difícil para a UE estruturar, caso seja necessário, um pacote de resgate para um país dessa dimensão.

TRANSCRIÇÃO 2 - Greece Q&A

16 May 2012 Last updated at 12:06 GMT

After months of refusing to countenance the possibility of Greece leaving the euro, eurozone politicians are slowly beginning to acknowledge there may be no option but to let the country go.

Greece's political parties have failed to form a working coalition following voters' rejection earlier this month of austerity measures insisted upon by the European Union and the International Monetary Fund, so the Greeks will return to the polls in June.

The vote is being seen as a referendum on the euro. Syriza, which came second in the recent election, is promising to freeze payments to creditors and renegotiate the terms of the bailout from the EU and IMF - terms that demand austerity measures to bring down Greece's debts.

Germany has said the loan terms are not negotiable.

But even if the pro-austerity parties win the election, Greece may still be forced to give up the euro.

Why is Greece in trouble?

Greece was living beyond its means even before it joined the euro. After it adopted the single currency, public spending soared.

Public sector wages, for example, rose 50% between 1999 and 2007 - far faster than in other eurozone countries.

And while money flowed out of the government's coffers, its income was hit by widespread tax evasion. So, after years of overspending, its budget deficit - the difference between spending and income - spiralled out of control.

When the global financial downturn hit, therefore, Greece was ill-prepared to cope.

Debt levels reached the point where the country was no longer able to repay its loans, and was forced to ask for help from its European partners and the International Monetary Fund (IMF) in the form of massive loans.

In the short term, however, the conditions attached to these loans have compounded Greece's woes.

What has been done to help Greece?

In short, a lot.

In May 2010, the European Union and IMF provided 110bn euros (\$140bn: £88bn) of bailout loans to Greece to help the government pay its creditors.

It soon became apparent that this would not be enough, so a second, 130bn-euro bailout was agreed earlier this year.

As well as these two loans, which are made in stages, the vast majority of Greece's private creditors agreed to write off more than half of the debts owed to them by Athens. They also agreed to replace existing loans with new loans at a lower rate of interest.

However, in return for all these loans, the EU and IMF insisted that Greece embark on a major austerity drive involving drastic spending cuts, tax rises, and labour market and pension reforms.

These have had a devastating effect on Greece's already weak economic recovery - in the first three months of this year, initial official estimates suggest the economy shrank by a frightening 6.2%. Greece has already been in recession for four years.

Without economic growth, Greece cannot boost its own income and so has to rely on aid to pay its loans. Many commentators believe even the combined 240bn euros of loans and the debt write-off will not be enough.

What happens next?

All eyes are now [on next month's election](#).

If the anti-austerity parties win, Greece will attempt to renegotiate the terms of its loans from the EU and IMF. Unless German Chancellor Angela Merkel softens her stance on austerity, it will probably fail in doing so.

Greece may also freeze loan repayments to its creditors, which would undermine yet further confidence in the eurozone banking sector and in other highly-indebted countries' ability to repay their debts (see below).

This may result in [Greece being forced to leave the euro](#).

If pro-austerity parties - or rather those willing to meet the terms of the bailouts in order to remain within the euro - win the election, then austerity will continue and Greece's economy will continue to suffer.

If the economy continues to contract sharply, Greece may not be able to repay its debts, meaning it will need further help. If the rest of Europe is no longer willing to provide it, then Greece may be forced to leave the euro.

There is of course the possibility that the Greek people, fed up with rising unemployment and falling living standards, will make it impossible for the government to continue with austerity. In this case, again, Greece may be forced to leave the euro.

However, European leaders are hoping that the Greek economy will slowly begin to recover thanks to the wide-ranging reforms insisted upon by the EU and IMF, allowing Greece to make its repayments and, once again, stand on its own two feet.

Why does this matter for the rest of Europe?

It matters a lot.

If Greece does not repay its creditors, a dangerous precedent will have been set. This will make investors increasingly nervous about the likelihood of other highly-indebted nations, such as Italy, or those with weak economies, such as Spain, repaying their debts. If investors stop buying bonds issued by other governments, then those governments in turn will not be able to repay their creditors - a potentially disastrous vicious circle.

To combat this risk, European leaders have agreed a 700bn euro firewall to protect the rest of the eurozone from a full-blown Greek default.

Equally, if banks that are already struggling to find enough capital are forced to write off money over and above that which they have already agreed to, they will become weaker still, undermining confidence in the entire global banking system. Banks would then be even more reluctant, and less able, to lend to one another, potentially sparking a second credit crunch, where bank lending effectively dries up.

For example, Greece owes French banks 41.4bn euros, German banks 15.9bn euros, UK banks 9.4bn euros and US banks 6.2bn euros.

This problem would be exacerbated by savers and investors taking money out of banks in vulnerable economies, such as Greece, Portugal and Spain, and moving it to banks in safer economies such as Germany or the Netherlands. This could lead to more banks defaulting on their loans.

These potential scenarios would be made immeasurably worse if Greece were to leave the euro. The country would almost certainly reintroduce the drachma, which would devalue dramatically and quickly, making it even harder for Greece to repay its debts.

TRANSCRIÇÃO 3 - Austerity debate

23 May 2012 Last updated at 12:31 GMT

Socialist Francois Hollande has won France's presidential election, having promised to renegotiate a European agreement aimed at cutting government debt.

Mr Hollande believes the EU must refocus its efforts away from austerity to growth.

"Europe is watching us, austerity can no longer be the only option," he says.

But is it possible to end austerity in Europe?

What is austerity?

Government austerity measures include higher taxes and spending cuts. The aim is to reduce a country's deficit - the amount it spends every year over and above what it earns.

Following the financial crisis, [government debt levels](#) - that is, the sum of all borrowing - rose sharply. With companies, in particular financial institutions, making less money during the ensuing recession, tax revenues fell. Governments were also accused of having spent too much during "the good times" and then came under pressure to spend more on rescuing banks, battered in the wake of the credit crunch.

There was widespread agreement among leaders and international institutions that introducing austerity measures was the best way to tackle the debt crisis. It was said that markets would "punish" any countries not doing enough to slash their deficits by making it even more expensive for these cash-strapped countries to borrow.

What is the problem with austerity?

Austerity measures are hugely unpopular with the public, as they typically result in cuts to public services, higher retirement ages and reduced public sector wages and pensions.

Another criticism is that austerity stifles growth. "Austerity alone risks becoming self-defeating, as domestic demand falls in line with consumers' rising concerns about job security and disposable incomes, eroding national tax revenues," the ratings agency Standard & Poor's said when it downgraded France and other eurozone countries earlier this year.

As many major economies are struggling to recover from recession, Mr Hollande is not alone in believing that focusing on growth assistance is much more important. Many economists share that view, including [Nobel Prize winner Joseph Stiglitz](#).

[Some point to the US](#), which has chosen not to cut spending as far and as fast. But while the US's economy has grown faster than say, the UK's, its [economic growth rate is nevertheless slowing](#) and unemployment is still high, leading others to argue that the US's approach has not necessarily been more successful.

What are the alternatives?

Some have argued from the beginning of the crisis that austerity was not inevitable.

Some say that spending should be targeted at boosting growth. For others it is a question of how savings are made.

Olli Rehn, the EU's commissioner for economic and monetary affairs, says Europe needs to get the balance right between cutting debt and stimulating growth.

"Fiscal consolidation, while necessary, [needs to be] done in a growth-friendly and differentiated way, in order to strike a balance between necessary fiscal consolidation and concerns for growth," he says.

What does Mr Hollande propose instead?

He campaigned to renegotiate the EU fiscal pact, in which countries signed up to strict budget limits,

to put more emphasis on growth.

To stimulate growth in France he has pledged to create 150,000 new jobs. He also said he would [introduce two new higher tax rates, implement a new financial transaction tax and increase capital gains taxes on banks.](#)

However, some say that this may just be a different kind of austerity - hitting the rich with higher taxes.

Is it possible to renegotiate the fiscal pact?

[The EU's fiscal pact](#) has been signed by 25 of the 27 EU states, and is now in the process of being ratified in individual countries. [It aims to make governments more disciplined about their finances,](#) and is intended to convince the markets that government finances won't be allowed to get out of hand again.

It will be interesting to see how Mr Hollande's pledge to renegotiate the pact, to focus more on growth, plays out.

BBC World Service's economics editor Andrew Walker says that a few weeks ago that looked like it might upset Europe's laboriously agreed plans. But there are now signs of a wider shift of emphasis in the eurozone - more on growth, less on austerity - meaning Mr Hollande could probably be accommodated.

But Pippa Malgrem, president of Principalis Asset Management, says newly elected leaders who wish to move away from austerity will be constrained - by decisions made by their predecessors, as well as by "economic facts". These countries are still required to make debt payments and therefore have to tighten their belts, she says.

Germany has categorically ruled out renegotiating the existing EU pact, but seems open to the idea of a separate agreement to create growth and greater competitiveness.

German Foreign Minister Guido Westerwelle has stressed that growth does not have to be achieved by spending more, but can also be achieved through structural reforms to improve competitiveness "and spending better the money that we have".

What about in Greece? Could the bailout fail?

The future of Greece is once again in doubt following the country's latest election, where no party won more than 20% of the vote.

With none of the leading parties able to form a coalition government, a new election has been scheduled for 17 June, prolonging the political crisis.

Some analysts have warned that Greece could run out of money in June without a government to negotiate the next tranche of its bailout, which is paid in instalments according to strict criteria.

If so, Greece could conceivably end up leaving the euro.

TRANSCRIÇÃO 4 - Senado aprova texto-base do Código Florestal; entenda as mudanças

Atualizado em 6 de dezembro, 2011 - 22:48 (Brasília) 00:48 GMT

O Plenário do Senado aprovou nesta terça-feira o texto-base do polêmico novo Código Florestal, colocando na reta final um processo que se arrasta há meses e vem causando discórdia entre políticos, ambientalistas, ruralistas e acadêmicos.

O texto foi aprovado no plenário por 59 votos contra 7. O relator, Jorge Viana (PT-AC), acatou 26 das dezenas de emendas ao texto-base, também aprovadas pelo Plenário.

O projeto, modificado, volta agora para a análise da Câmara, que já havia aprovado em maio a versão do deputado e hoje ministro do Esporte, Aldo Rebelo (PC do B-SP). Depois da votação dos deputados, ele seguirá para sanção presidencial.

Enquanto muitos senadores elogiaram o projeto organizado pelos relatores Luiz Henrique da Silveira (senador PMDB-SC) e Jorge Viana (PT-AC), ambientalistas organizaram protestos em Brasília, na tentativa de pressionar a presidente Dilma Rousseff a vetar a lei.

O novo Código Florestal, que determina como será a exploração das terras e a preservação das áreas verdes do país, está envolto em polêmicas. Entenda as principais delas:

O que é o Código Florestal?

Criado em 1965, o Código Florestal regulamenta a exploração da terra no Brasil, baseado no fato de que ela é bem de interesse comum a toda a população.

Ele estabelece parâmetros e limites para preservar a vegetação nativa e determina o tipo de compensação que deve ser oferecido por setores que usem matérias-primas, como reflorestamento, assim como as penas para responsáveis por desmate e outros crimes ambientais relacionados.

Sua elaboração, por uma equipe de técnicos, durou mais de dois anos.

Por que ele precisa ser alterado?

Ambientalistas, ruralistas e cientistas concordam que o Código precisa ser atualizado, para se adaptar à realidade brasileira e mundial e também porque foi modificado várias vezes por decreto e medidas provisórias.

Uma das urgências citadas pelos três grupos é a necessidade de incluir incentivos, benefícios e subsídios para quem preserva e recupera a mata, como acontece na maioria dos países que vem conseguindo avançar nessa questão ambiental.

Quais as novidades do novo Código Florestal?

Desde que foi apresentado pela primeira vez, o projeto de lei sofreu diversas modificações.

As principais diferenças entre o atual projeto e o código antigo dizem respeito:

- À área de terra em que será permitido ou proibido o desmate: uma das principais alterações eleva de 20% ou 35% para até 50% a área de conservação obrigatória em determinados cenários.
- Ao tipo de cultivo permitido em áreas protegidas: no novo código, atividades enquadradas como de "interesse social", de "utilidade pública" e de "baixo impacto" estão liberadas. Alguns setores, como o dos produtores de cacau, querem ser encaixados nesses parâmetros.
- À recomposição das Áreas de Preservação Permanente (APPs, leia mais abaixo): a autorização para compensar desmatamento ilegal (realizado antes de 2008) passa a ser válida também para os grandes produtores.
- À anistia: um novo grupo de agricultores pode ficar isento de recompor áreas preservadas que desmatar, se suas propriedades tiverem até quatro módulos fiscais (ler abaixo).

Qual a avaliação que ruralistas fazem do novo Código?

Durante o processo, líderes da bancada ruralista apresentaram restrições ao texto, como a defesa de que todas as pequenas propriedades pudessem receber os benefícios previstos no Código e não apenas aquelas que se encaixam no conceito de agricultura familiar, ou seja, no qual apenas membros da família trabalham.

Apesar de tais restrições, os representantes do setor comemoraram o conteúdo do atual texto, já que

acreditam que o antigo Código era obsoleto por ter sido criado quando agricultura e pecuária tinham baixa produtividade.

Em entrevista à BBC Brasil, Assuero Veronez, vice-presidente do CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária), disse que a votação do novo Código foi um "calvário" e que antiga lei prejudicava o país, atrapalhando o desenvolvimento da nação.

O que dizem ambientalistas e acadêmicos?

Boa parte das ONGs de defesa do meio ambiente e especialistas na área rebate a tese dos ruralistas, afirmando que as terras já exploradas são suficientes para dobrar a produção, bastando para isso aumentar a eficiência das lavouras e dos pastos por meio de tecnologia sustentável.

Para os ambientalistas, o novo Código abre brechas para aumentar o desmatamento e pode pôr em risco fenômenos naturais como o ciclo das chuvas e dos ventos, a proteção do solo, a polinização, o controle natural de pragas, a biodiversidade, entre outros. Tal desequilíbrio prejudicaria até mesmo a produção agropecuária.

Eles também acreditam que a lei não vai coibir desmatamento. Para Ricardo Ribeiro Rodrigo, pesquisador da Esalq e membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), um dos pontos mais graves é o perdão, em vários níveis, a quem desmatou ilegalmente no passado e a autorização de atividades agropecuárias ou de turismo em Áreas de Preservação Permanente. A permissão para que produtores reponham áreas desmatadas em outras regiões do bioma também é alvo de críticas.

O que são as APPs, um dos principais pontos de discórdia?

As chamadas Áreas de Preservação Permanente (APPs) são os terrenos mais vulneráveis em propriedades particulares rurais ou urbanas. Como têm uma maior probabilidade de serem palco de deslizamento, erosão ou enchente, devem ser protegidas.

É o caso das margens de rios e reservatórios, topos de morros, encostas em declive ou matas localizadas em leitos de rios e nascentes. A polêmica se dá porque o projeto flexibiliza a extensão e o uso dessas áreas, especialmente nas margens de rios já ocupadas.

Qual a diferença entre APP e Reserva Legal?

A Reserva Legal é o pedaço de terra dentro de cada propriedade rural - descontando a APP - que deveria manter a vegetação original para garantir a biodiversidade da área, protegendo sua fauna e flora. Sua extensão varia de acordo com a região do país: 80% do tamanho da propriedade na Amazônia, 35% nas áreas de cerrado nos Estados da Amazônia Legal e 20% no restante do território.

O que é um módulo fiscal?

É uma unidade de medida determinada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que varia de acordo com o Estado. Ele pode medir de 5 a 110 hectares. Em Brasília, por exemplo, um módulo fiscal equivale a 20 hectares, enquanto no Acre é de 378 hectares.